

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

MARIA ISABEL MEDEIROS ALMEIDA

**Memória e História: o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto na
Narrativa Histórica**

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

SÃO PAULO
2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC - SP

MARIA ISABEL MEDEIROS ALMEIDA

**Memória e História: o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto na
Narrativa Histórica**

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social, **sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Estefânia K. C. Fraga**

SÃO PAULO
2011

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. (Orientador)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC

Prof^a. Dr^a.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC

Prof. Dr.
Centro Universitário Fundação Santo André – São Paulo

Dedico este trabalho ao meu sobrinho Guilherme, ao meu afilhado Pedro Artur e ao sobrinho e afilhado Caio. Pelos anos que não os vi crescendo, por tudo que perdi por querer voar e conquistar o mundo. Que eles um dia entendam e me perdoem. E que eles cresçam sabendo que a tia e a madrinha fez tudo isso para trazer de volta a memória do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto. E eles saberão...

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais. Pelo amor incondicional, pelo apoio nessa aventura e por nunca terem deixado de acreditar na filha caçula. Obrigada por me deixarem voar.

A professora Estefânia C. K. Fraga, pela generosidade, por ter aceitado o desafio de pesquisar sobre o Caldeirão antes mesmo de eu entrar no Mestrado e, principalmente, por ter acreditado na minha trajetória como historiadora.

Aos meus familiares, em especial aos meus irmãos, Dan, Lu e Junior. Mesmo distante, o amor que nos une foi o bastante para seguir em frente.

Aos meus amigos do Ceará, que sempre estiveram presentes, prontos para aguentar uma crise nervosa ou compartilhar uma vitória: Kataoka, Suspiro (e Isadora), Sam, Bel, Paullinha, Davi, Iuri, Soninha, Amada, Mônica Mourão, Gerson e tantos outros amados do meu mundo.

Aos meus amigos cearenses que moram em São Paulo. Para Manu, que me acolheu desde o primeiro dia, que me adotou como irmã. Agradeço pela companhia, por aguentar meu stress, por ser sempre solícita e companheira. Agradeço também aos queridos Artur Menezes, artista talentoso, que, dentre outras coisas, traduziu o resumo da dissertação; Ló, que me abrigou no período de processo de seleção, e Rê Gauche.

Também agradeço aos amigos paulistas, que me ajudaram e me socorreram nos momentos bons e ruins: Muriana, que é só amor desde os tempos de Guaramiranga, Alê Medina e Loos Agra, a pessoa mais bonita que já conheci.

Aos mestrandos da PUC, que em pouco tempo se tornaram melhores amigos: Paulo, Fábio (e sua respectiva, Bibia), Marcelo, Rafa, Cícero, Fabrício, dentre outros. Com eles, tive a certeza do meu potencial como historiadora. E juntos, levamos nossos assuntos acadêmicos para qualquer lugar, inclusive para uma mesa de bar.

A Tatiana, minha roommate e amiga linda, por proporcionar momentos de descontração durante o processo de pesquisa, além do carinho e compreensão, desde sempre.

A Cassia Domingues, chefe, companheira e amiga, que me inspira diariamente. Agradeço pelo apoio, pelo cuidado e pelo carinho que sempre demonstrou sentir por mim e pela minha pesquisa. Agradeço também a todos que conheci por conta do trabalho, em especial ao Lucas Martini, assessor de imprensa da melhor qualidade!

Ao CNPQ, pela bolsa de estudos.

E, principalmente, agradeço a todos os pesquisadores que se propuseram a estudar o Caldeirão, José Lourenço e seus bravos sertanejos.

RESUMO

O presente trabalho tem por compreender o processo que levou ao esquecimento da existência do Caldeirão, comunidade camponesa, fundada em 1926 na região do Cariri, ao sul do Ceará, e os fatos que envolveram sua destruição, a partir da relação entre memória e história. Para isso, serão analisadas as matérias dos jornais cearenses *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste*, entre 1935 a 1981. Por comungarem dos mesmos interesses políticos, econômicos e sociais, os três veículos construíram um discurso semelhante em relação ao combate do Caldeirão, que contribuiu para o seu esquecimento. Esta pesquisa também aborda o reencontro do Caldeirão, a partir da perspectiva de que, após o processo de esquecimento, surgiram iniciativas que trouxeram a comunidade de volta à memória. Para isso, será analisado o documentário *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, do cineasta cearense Rosenberg Cariry, e cordéis sobre a comunidade e o seu líder, José Lourenço.

Palavras-chave: Caldeirão; esquecimento; memória; história; imprensa; documentário; cordéis

ABSTRACT

This presentation explains the process that made people in general forget about the Caldeirão, a peasant community, created in 1926 at Cariri, south of Ceara, and the facts that destroyed it, through the relationships between memory and history. For that, *O Povo*, *O Estado* and *O Nordeste*, newspapers from Ceara, will be analyzed, from 1935 to 1981. These newspapers had the same opinion about politics, economy and social issues, so, they had a very similar speech about the war in Caldeirao, that helped it to be forgotten. This research also brings back the memory of Caldeirao, after the ostracism, through some initiatives. The documentary *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, from the movie maker Rosenberg Cariry, and the string poetry about the community and its leader, José Lourenço, will be analyzed.

Keywords: Caldeirão; forget; memory; history; newspaper, documentary; string poetry

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I	
O PAPEL DA IMPRENSA NO PROCESSO DE ESQUECIMENTO DO CALDEIRÃO.....	28
1.1 Irmandade da esperança.....	28
1.2 Imprensa e Memória.....	33
1.3 Comparar para esquecer.....	52
CAPÍTULO II	
“LUTAS NO SERTÃO”: O MILAGRE POLÍTICO DE JOSÉ LOURENÇO E PADRE CÍCERO.....	58
2.1 Política, poder e religião.....	58
2.2 Oligarquias, religião e sedição.....	65
2.2.1. Vítimas da seca e a imprensa cearense: constituição de “uma memória”	69
2.3 Ameaça Comunista e Lembrança de Canudos.....	74
2.4 Jornalistas contra jornalista.....	86
CAPÍTULO III	
(RE)ENCONTRANDO O CALDEIRÃO.....	89
3.1 O cinema é documento.....	89
3.2 Documentário <i>O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto</i> : um sertão de memórias.....	91
3.3 O cordel conta o Caldeirão.....	101
3.4 Oralidade e academia.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
FONTES.....	117
BIBLIOGRAFIA.....	119

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente estudo é compreender o processo que levou ao esquecimento a existência do Caldeirão, comunidade camponesa, fundada em 1926 na região do Cariri, ao sul do Ceará e os fatos que envolveram sua destruição. A partir da ideia de que a memória se concentra na forma como os sujeitos e as sociedades se lembram e se esquecem de fatos que ocorreram no passado, a pesquisa também tem o objetivo de identificar e de apontar o processo no qual o Caldeirão foi “apagado” da memória oficial e o modo como ocorreu esse processo, ao longo do período em que a comunidade existiu, chegando aos dias atuais.

A relação entre “memória e história” constituiu a questão central da pesquisa. Entre os autores que abordam o estudo da memória no campo da História Social, foram de fundamental importância para análise das fontes: Le Goff, Pierre Nora, Halbwachs, Paul Ricoeur, dentre outros. O foco escolhido para se trabalhar essa problemática foi o noticiário do fenômeno pela imprensa da época. No decorrer do estudo, vai-se perceber que essa imprensa apresentava o Caldeirão, aos seus leitores, como ameaça iminente à sociedade cearense, que, a partir do início do século XX, vivia o processo de modernização e de crescimento econômico e social apontado por Sebastião Rogério Ponte, no livro *Fortaleza Belle Époque* (1993).

A construção da memória, conforme aponta Halbwachs (2004), no livro *Memória Coletiva*, não acontece de forma homogênea e depende da relação de cada sujeito com a sociedade, tanto em um período passado como no presente. Ao se analisarem os jornais *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste* e a forma como abordaram o Caldeirão, em suas páginas, além de como se posicionaram diante dos acontecimentos relacionados a José Lourenço e seus seguidores e como isso influenciou a luta contra a comunidade, tomam-se como referência os próprios sujeitos, produtores das notícias publicadas naqueles periódicos.

Os jornais que se leem atualmente se consolidaram no século XIX. Primeiramente, o processo de afirmação do jornalismo aconteceu na Inglaterra, França e Estados Unidos para que, posteriormente, pudesse chegar a outros

países, como o Brasil. De acordo com o pesquisador Roberto Seabra (2002), a nossa imprensa teve origem apenas em 1808, a partir da chegada da família real portuguesa ao país.¹

O pesquisador também identificou cinco fases do jornalismo no Brasil: jornalismo literário, jornalismo informativo estético, jornalismo informativo utilitário, jornalismo interpretativo e, por fim, o modelo atual, denominado por Seabra de jornalismo plural.

O jornalismo literário vai de 1808 até o fim do século XIX. Pode também ser caracterizado como jornalismo opinativo e ideológico, pois o jornalismo praticado no período fazia parte de um momento em que as empresas de comunicação ainda não eram vistas sob a ótica capitalista, e sim como um instrumento de luta ou de embates entre ideais estéticos. Seabra explica que muitos dos donos dos jornais ou os próprios jornalistas eram políticos oficiais ou líderes de movimentos emancipatórios ou conservadores.

O jornalismo informativo estético, de acordo com a classificação de Seabra, corresponde o fim do século XIX e a Primeira Guerra Mundial. Ele começa a se definir, a partir de 1880, graças ao desenvolvimento industrial. Nas redações, a maquinaria gráfica foi modernizado e houve um maior investimento na compra de papel. Além disso, a partir do jornalismo informativo estético, a informação passou a ser vista como um produto.

“Os acontecimentos políticos, econômicos e sociais passaram a ocupar o espaço antes preenchido pelo mero debate e os veículos impressos são agora os portadores dos interesses da classe produtora e das camadas médias da população” (SEABRA, 2002: p.34).

O jornalismo informativo utilitário vai do período entre guerras até a década de 1950 e 1960. É a fase em que a imprensa brasileira se afirma de fato. Os jornais abandonam o sistema de empresa familiar para entrar de vez na era capitalista, ou seja, na produção industrial de notícias. O jornalismo informativo utilitário também é marcado pelo surgimento de novos meios de

¹ De acordo com Seabra(2002), o primeiro jornal brasileiro, fundado justamente no ano de 1808, foi o “Correio Braziliense”. O veículo era editado por Hipólito José da Costa, em Londres, pois até então era proibido editá-lo no Brasil.

comunicação, como o rádio e a TV, além do uso de ilustrações nos veículos impressos.

O jornalismo interpretativo é a fase que começa na década de 1970 e termina na última década do século XX. Nesse período, os jornais tiveram que repensar a prática do fazer jornalístico graças, como já foi dito anteriormente, à concorrência com o rádio e a TV. Por isso, algumas empresas passaram a investir nas revistas de reportagem. O jornalista, então, poderia não só descrever o fato, mas também elaborar textos mais interpretativos e reflexivos.

“O estilo jornalismo interpretativo significou, além do fim da ditadura do lead, a valorização da reportagem e de uma elite de repórteres especiais. Em razão disso, permitiu a retomada de velhos estilos literários, como a narrativa, e a elaboração de textos mais ousados e criativos” (SEABRA, 2002: p.41)

Já o “jornalismo plural” é o modelo que os jornais seguem atualmente. Seabra defende que o estilo jornalístico de hoje em dia passa por uma nova mudança. Segundo o pesquisador, o surgimento de novas tecnologias de comunicação, além da utilização da narrativa como forma de expressão, contribuiu para o aparecimento de novos estilos jornalísticos.

Tomando como base a classificação proposta por Seabra, pode-se afirmar que, durante os anos 1930, quando existiu o Caldeirão, a imprensa nacional e a cearense, passavam pela fase identificada como jornalismo informativo utilitário. Foi nesse período que os grandes jornais abandonaram o sistema de empresa familiar, o que foi crucial para o surgimento do modelo industrial de produção de notícia.

O Jornal *O Povo* foi fundado no dia 7 de janeiro de 1928 por Demócrito Rocha. A ideia era inaugurar o veículo dois dias antes, no aniversário de sua filha, Albanisa, esposa de Paulo Sarasate, um dos fiéis amigos e parceiro de Rocha no jornal.

A primeira edição do jornal *O Estado* foi publicada em 24 de setembro de 1936, ou seja, quase um ano antes da morte do capitão José Bezerra por alguns dos remanescentes do Caldeirão. O veículo foi fundado por José Martins Rodrigues, com o objetivo de defender o governador do Ceará, Menezes Pimentel. Outra característica d’ *O Estado*, que acabou influenciando a maneira como as matérias descreviam José Lourenço e o Caldeirão, era a

forte ligação com a Igreja Católica, pois o jornal seguia à risca as diretrizes da Arquidiocese de Fortaleza. Além disso, José Martins Rodrigues chegou a exercer o cargo de presidente do Círculo Católico de Fortaleza e também era membro ativo da Liga Eleitoral Católica.

Fundado por João Alfredo de Souza, *O Nordeste* iniciou suas atividades no ano de 1922. Também ligada à Arquidiocese de Fortaleza, a publicação trazia elementos, como aponta as pesquisadoras Erolde Honório Silva e Tânia Furtado (2007), de uma censura religiosa e moral. “*A disseminação das informações objetivava formar uma opinião pública que consolidasse na família e na sociedade os valores morais e religiosos ali expressos*” (HONÓRIO; FURTADO, 2007: p. 3).

Somam-se aos elementos apontados pelas pesquisadoras os aspectos econômicos e políticos, conforme afirma Raimundo Helio Lopes (2009) ao abordar o tema da defesa da Era Vargas por parte d’ *O Nordeste*. Nessa questão, entende-se a maneira como o jornal se posicionou diante da penetração do Comunismo no Brasil, mais especificamente no Ceará. Além disso, como aponta o historiador Samuel Pereira de Souza (2010), a aproximação entre o Integralismo no Ceará e a Igreja Católica se deu, inicialmente, por meio do jornal *O Nordeste*, que em 1932, antes mesmo da criação da Ação Integralista Brasileira, já publicava artigos de Plínio Salgado em suas páginas. Como descreve Souza, os textos de Plínio Salgado abordavam questões como a importância da educação religiosa e, principalmente, o combate ao marxismo e à luta de classes.

A compreensão as características e de peculiaridades de cada um desses jornais, bem da imprensa no Brasil e no Ceará nos aponta para algo em comum: *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste* comungavam dos mesmos interesses políticos, econômicos e sociais. Dessa forma, o discurso do combate ao Caldeirão, que contribuiu para o seu esquecimento em seguida, é semelhante nos três veículos.

O uso das notícias referentes ao Caldeirão não serão utilizadas como “meras fontes de informações”², como alerta Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, no artigo “Na Oficina do Historiador: conversas

² CRUZ; PEIXOTO, 2007: p. 256

sobre história e imprensa”, publicado na 35ª edição da revista Projeto História (2007). Metodologicamente, o estudo da imprensa:

“Implica, sim, em trazer para cada conjuntura e problemática que se investiga os desdobramentos teóricos e metodológicos que ela encaminha, articulando a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua. Nessa concepção propõe-se, no estudo da imprensa, um deslocamento que nos conduza da história dos meios de comunicação para o campo da história social” (CRUZ; PEIXOTO, 2007: p. 257))

Portanto, para se investigarem os “desdobramentos teóricos e metodológicos”, esta pesquisa parte de questionamentos como: “Quem eram os donos desses jornais?”; “Qual a representatividade deles na sociedade cearense na época?”; “Por que esses periódicos se posicionaram tão fortemente contra o Caldeirão?”; “Quem eram os leitores?”; e, principalmente: “quem era a sociedade cearense e quais os seus anseios?”.

Vale destacar que as respostas para estes questionamentos se dão a partir do campo da subjetividade, pois, como afirmam Cruz e Peixoto, a análise dos jornais e demais periódicos deve superar a ideia de neutralidade e objetividade, que é apontada como característica primordial dos veículos de comunicação, não apenas das publicações impressas. Dessa forma, as notícias publicadas nos jornais O Povo, O Estado e O Nordeste *“delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos”* (CRUZ; PEIXOTO, 2007: p. 258), além de articularem um entendimento sobre temporalidade, presente e *“memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro”* (op. cit.).

Ao lado de Halbwachs, quem aponta caminhos acerca do estudo da história e memória é Jacques Le Goff. Ao afirmar que a memória é essencial à identidade, tanto individual quanto coletiva, o autor explica que o processo de busca dessa memória é *“uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”* (Le Goff, 2003: p. 469). Além de conquista, a memória coletiva se torna, a partir de então, um objeto de

poder. E esse poder está relacionado, segundo o pesquisador, às classes sociais dominantes, ao que elas querem que seja, ou não, de ordem coletiva.

Não se trata, pois, de perceber apenas os motivos que levaram ao combate ao Caldeirão, como também de compreender que seu esquecimento está relacionado às lutas de forças sociais com o objetivo de levar à opinião pública a versão dos fatos, a memória oficial.

“Tomar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 2003: p. 422)

O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto foi fundado em 1926 no Cariri, Ceará, na Serra do Araripe, e tinha como líder o beato José Lourenço. Paraibano, ele foi ao Juazeiro do Norte, também no Ceará, com o objetivo de ficar mais próximo de Padre Cícero. Inspirado no catolicismo popular, José Lourenço acreditava que a fartura e a dignidade só seriam alcançadas através de muito trabalho e orações. Seus seguidores sabiam disso, e mais: tinham a certeza de que, ao lado do beato, por meio da fé e da enxada, a realidade seria mais digna do que fora dos limites do Caldeirão. Tudo o que ali era produzido pertencia, de forma igual, a todos. Trabalhavam em prol do bem comum.

Em 1936, a Diocese do Crato, latifundiários, coronéis locais e representantes do Governo do Ceará se reuniram para discutir que medidas deveriam ser tomadas para combater o avanço do Caldeirão. Concluíram pelo aniquilamento da região. As tropas invasoras, sob o comando do Capitão José Bezerra, expulsaram os “fanáticos”. Parte dos bens que existiam no Caldeirão foi destruído, roubado ou usado em benefício dos invasores. A polícia saqueou e incendiou as casas dos sertanejos do Caldeirão. Zé Lourenço conseguiu fugir.

Em maio de 1937, a ala mais radical dos sertanejos do Caldeirão, contrária à resistência não-violenta pregada pelo beato, arquitetou um plano para invadir a cidade do Crato. Sabendo disso, José Bezerra seguiu para a Serra do Araripe com mais 18 soldados, ocasião em que se travou feroz combate entre estes e os sertanejos do Caldeirão. Na luta, morreu o Capitão,

seu filho e seu genro, além de vários soldados. Em represália, tropas do Exército invadiram a região, com o objetivo de destruir todos os remanescentes e acabar de vez com qualquer resquício do Caldeirão. Aviões sobrevoaram a região, metralharam os que resistiram a ataques anteriores, incendiaram os casebres, dentre outras atrocidades.

Um fato de tal proporção, com a violência sofrida pela Comunidade, com as mortes causadas, deveria estar no imaginário da população brasileira, assim como outras comunidades camponesas, como Canudos e Contestado, por exemplo. O Caldeirão, em algum momento, perdeu-se na memória.

O processo de apagamento do Caldeirão da memória oficial não ocorreu de forma homogênea. Atualmente, a memória da luta de José Lourenço e seu povo está presente, em especial, na região do Cariri, por meio da literatura de os cordel e de festejos escolares, que revisitam os sentidos dessa memória. Neste trabalho, utiliza-se autores como Régis Lopes, Luitgarde Barros, Rui Facó, Domingos Sávio de Oliveira Cordeiro, dentre outros, para se descreverem detalhes da comunidade e de seu líder, evidência de que a academia também está voltada para discussões sobre o Caldeirão.

Entretanto, o combate e, posteriormente, o processo que culminou no apagamento da memória oficial foi suficiente para que esse esquecimento persistisse. O jornal O Estado de São Paulo, um dos principais veículos midiáticos do Brasil, com tiragem de quase 260 mil cópias, publicou um suplemento especial no dia 19 de novembro de 2010, intitulado “Guerras desconhecidas do Brasil”, no qual o Caldeirão é citado como exemplo. A introdução do caderno é enfática, ao afirmar que “o Brasil registra pelo menos 32 conflitos esquecidos ou desconhecidos pela maioria dos brasileiros nos últimos 100 anos”.

Também podemos perceber que o Caldeirão foi esquecido da memória, com base na análise da própria imprensa. A partir da pesquisa sobre a imprensa, realizada na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, em Fortaleza, constata-se que o Caldeirão e o seu líder começaram a aparecer nas páginas dos jornais justamente após a morte de Padre Cícero. Entende-se, pois, que o sacerdote, falecido em 20 de julho de 1934, aos 90 anos, influenciou de forma efetiva a proteção de José Lourenço e seus seguidores diante das elites dominantes e, conseqüentemente da imprensa.

A primeira reportagem negativa sobre o Caldeirão foi publicada no jornal *O Povo* em 2 de março de 1935. O conteúdo da matéria, que é assinada por Antônio de Alcântara Machado, já desqualificava a experiência de José Lourenço e seus adeptos. Para tal, o autor compara o líder do Caldeirão com Antônio Conselheiro. Ainda em 1934, quando Padre Cícero ainda estava vivo, o jornalista e farmacêutico cearense José Alves de Figueiredo já havia escrito um artigo sobre o Caldeirão. Contudo, por seu conteúdo favorável aos ideais de beato, Figueiredo foi perseguido e preso.

O Caldeirão e o seu líder passaram a ser temas abordados de forma efetiva pela imprensa no ano de 1937, a partir da repercussão do combate de 10 de maio, que acarretou a morte do Capitão José Bezerra. Os jornais *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste* denunciaram o ataque sofrido pelo exército, justificando, assim, o combate à comunidade e aos seguidores de José Lourenço.

Após toda a repercussão em torno da necessidade de destruir a comunidade, a próxima matéria que referenciou José Lourenço foi publicada apenas em 1948, ano da morte do Beato José Lourenço. Em seguida, o tema voltou aparecer apenas em 10 de maio de 1969, no jornal *O Povo*, em reportagem favorável ao beato e ao seu trabalho desenvolvido no sítio. Deve-se essa nova abordagem, principalmente, à obra *Cangaceiros e Fanáticos – gênese e lutas*, de Rui Facó, cuja primeira edição foi publicada 1963. Por mais de 20 anos, a imprensa cearense não escreveu uma linha sequer sobre o ocorrido.

A partir dos exemplos citados, pode-se afirmar que a imprensa se posicionou de forma positiva quase 30 anos depois da destruição do Caldeirão. A exceção ficou por conta do artigo de José Alves de Figueiredo, em 1934. Isso demonstra a eficácia do processo de desqualificação e de esquecimento da comunidade, imposto para opinião pública, determinados sujeitos e grupos e também a própria imprensa. Dessa forma, entendemos os motivos pelos quais a retomada do assunto, por parte da imprensa, ocorreu de forma espaçada, com intervalos considerados de anos. Os jornais voltam a escrever sobre o Caldeirão em 1977, no veículo independente *O Mutirão*, e, posteriormente, em 1981. Nesse ano, O Caldeirão foi destaque de matéria de uma página do *Jornal do Brasil*, intitulada “A Chacina do Caldeirão”.

Uma das consequências da relação entre memória e história, presente no Caldeirão, foi a tentativa das camadas sociais que detinham o poder no Ceará, naquele período, de oficializar a sua versão dos acontecimentos. A partir daí, pode-se perceber a participação dos jornais *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste* nesse processo, que publicavam matérias “denunciando” o perigo que representava a presença de José Lourenço e seus seguidores no Ceará, resultando na constituição de uma memória oficial sobre a comunidade e seu líder.

As reportagens publicadas nos três jornais analisados nesta pesquisa denunciavam indícios, na perspectiva dos autores das matérias, de ideários e práticas próprias do comunismo. Em uma sociedade majoritariamente católica, na qual um dos braços do poder local era representado pela Igreja, o teor dos artigos e reportagens repercutiu profundamente nos leitores, facilitando a disseminação do receio e das dúvidas em relação aos objetivos e ao trabalho de José Lourenço, que culminou no processo que gradativamente “apagou” o episódio da memória oficial.

Se a história oficializada, ensinada nas escolas sobre o Caldeirão³, constituiu a memória oficial, podemos afirmar, contudo, que a lembrança da comunidade, a perseguição que sofreram seus integrantes, resultando no aniquilamento do sítio não foram apagadas da memória da população mais humilde da região. O Caldeirão sobreviveu, conforme dito anteriormente, nos festejos escolares da região do Cariri e na oralidade, como podemos perceber através da literatura de cordel, onde José Lourenço e seu povo estiveram e ainda estão presentes.

Portanto, a presente pesquisa busca compreender também o processo de esquecimento da destruição do Caldeirão da memória oficial, mas que apesar de perpetuar esse apagamento, para além da década de 1930, a comunidade não deixou de estar presente na memória popular. Conforme destacamos acima, alguns pesquisadores já abordaram o Caldeirão da Santa

³Mesmo presente nos livros didáticos, a comunidade não é vista de forma tão aprofundada, principalmente se comparada com os demais assuntos relacionados à História do Ceará. O professor Airton de Farias, por exemplo, no livro “História do Ceará: dos índios à geração Cambéba”, aborda o Caldeirão em apenas nove páginas, enquanto a evolução política do Ceará, entre 1945 e 1964, possui 19 páginas.

Cruz do Deserto em suas dissertações, teses e livros. Todavia, a maioria dessas pesquisas relata o ocorrido a partir dos depoimentos dos próprios remanescentes, sem adentrar de forma aprofundada na relação entre história e memória e imprensa.

Régis Lopes (1991), por exemplo, no livro “Caldeirão”, referência obrigatória para o estudo de José Lourenço e seus sertanejos, preferiu abordar a história do Caldeirão que não foi contada nas páginas dos jornais. Logo na introdução de seu livro, Régis Lopes afirma que era impossível perceber, pela leitura desses jornais, como era a vida dos moradores do Caldeirão. Para ele, as reportagens publicadas abordavam apenas a versão oficial dos fatos, além de enfatizar a destruição do sítio e também de desqualificar os sertanejos, chamando-os de fanáticos e outros adjetivos pejorativos. A experiência da Irmandade da Santa Cruz do Deserto, portanto, não estava presente nos jornais da época. Assim, suas principais fontes foram os remanescentes da comunidade que ele ainda encontrou, no Cariri, na década de 1990.

Diferentemente da metodologia utilizada por Lopes, esta pesquisa não pretende relembrar ou contar a história do Caldeirão, mas perceber que o discurso da imprensa da época influenciou o gradativo apagamento da comunidade da memória oficial. Dessa forma, a leitura das matérias dos jornais da época se torna fundamental.

Outro aspecto levantando nesta pesquisa está relacionado à religiosidade, como campo da memória popular, componente intrínseco da cultura sertaneja. Ela foi fundamental para que a experiência do Caldeirão não fosse totalmente esquecida, visto que muitos dos remanescentes da comunidade se dirigiram para o município de Casa Nova, na Bahia, onde estava situada a comunidade Pau de Colher. A ligação entre as duas experiências se explica na figura de Severino Tavares. Aliado de José Lourenço, ele costumava percorrer o sertão para chamar os nordestinos para o Caldeirão. Durante suas andanças, Severino Tavares também levava os ideais pregados por José Lourenço para outras localidades. Dessa forma, conseguiu formar o Pau de Colher, comunidade que fora capaz de seguir os mesmos ensinamentos e trabalhos praticados na Irmandade da Santa Cruz do Deserto.

Indo para o Pau de Colher, os remanescentes do Caldeirão sabiam que os ideais de fé, trabalho e fraternidade seriam mantidos. Eles teriam a chance

de reconstruir suas vidas, mas sem abandonar o que aprenderam com José Lourenço. Contudo, o Pau de Colher também foi cruelmente sufocado, com morte de homens, mulheres e crianças.

O Pau de Colher é comumente comparado a Canudos. O médico e professor Raimundo Estrela, natural de Casa Nova, publicou, em 1997, um livro que aborda exatamente essa relação, intitulado “Pau-de-Colher, um pequeno Canudos”. Já nesta pesquisa, usam-se como referência as diferenças e semelhanças entre o Caldeirão e a experiência liderada por Antônio Conselheiro, visto que se entende o Pau de Colher como um desdobramento da própria experiência dos remanescentes da comunidade de José Lourenço.

Vale, contudo, salientar que as três comunidades têm em comum o caráter messiânico, em maior ou menor grau. Dentre os diversos conceitos e teorias existentes, de uma forma geral, entende-se por messianismo determinados grupos que acreditam, ou acreditaram, na vinda de um salvador, que seria o próprio Deus ou um emissário enviado por Ele à Terra, que conduziria os seguidores dessas comunidades à prosperidade, igualdade e justiça. Seria, portanto, o fim da pobreza e da miséria, por meio da figura do salvador. Outra característica das comunidades messiânicas é representada pela figura de um líder religioso, com personalidade carismática, que conduz seus seguidores para uma nova ordem, de forma pacífica ou não.

Portanto, percebe-se que o elo entre Caldeirão, Canudos, Pau de Colher e até mesmo o Contestado está no teor religioso na formação dessas comunidades e também no aspecto messiânico. Mesmo que alguns autores, como o próprio Régis Lopes, afirmem que o Caldeirão não possui características do messianismo, visto que José Lourenço nunca se posicionou como um mensageiro de Deus, um enviado que conduziria seus seguidores para uma nova ordem social, o caráter religioso, a filosofia de vida do beato e dos demais moradores, a busca de melhores condições de vida e o combate à fome e à miséria etc. são aspectos também encontrados nos movimentos messiânicos.

Esses aspectos, certamente, contribuíram para o fim e também, no caso do Caldeirão, para o seu apagamento da memória oficial. Conforme explica Douglas Teixeira Monteiro:

“No caso de movimentos de rebeldia com teor religioso, a dimensão religiosa então pode ser facilmente alijada como um epifenômeno – uma capa que apenas esconde o que seria essencial. Procura-se o que estaria atrás dela, na suposição de que é o que realmente importa, sendo o resto, mera fantasmagoria, ou construção ideológica superposta aos ‘fatos’” (MONTEIRO, 1974: p. 12)

Para esta pesquisa, a escolha dos jornais *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste* merece justificativa. Os dois primeiros foram escolhidos pelo fato de ainda estarem em atividade em Fortaleza. Já o *Nordeste* está presente por possuir estreita relação com a Igreja Católica - órgão oficial da Diocese de Fortaleza. Nesse sentido, é importante observar como era a percepção da Igreja Católica sobre o Caldeirão e seu consequente posicionamento diante dele.

Fundados a partir da década de 1920, os jornais *O Povo* (1928), *O Estado* (1936) e *O Nordeste* (1922) eram comandados por figuras importantes, no âmbito político e econômico da sociedade cearense, naquele período. O dono d’*O Estado*, José Martins Rodrigues, defendia, em seu periódico, o então governador Menezes Pimentel. No livro “Memória do Jornalismo Cearense”, organizado por Geraldo Costa e Sebastião Rogério Ponte (1999), há um amplo depoimento do jornalista José Raymundo Costa, que trabalhou em *O Povo* por mais de 50 anos, chegando a exercer a função de diretor do veículo. Na publicação, “Seu Costa”, como era conhecido, explica que o jornal em questão nasceu para apoiar a Revolução de 1930, o que evidencia perfeitamente a teoria de que, na década de 1930, o *O Povo* tinha como principal característica a defesa dos interesses políticos e econômicos típicos da época, citando, inclusive o jornal *O Nordeste*:

“Então, era aqui o Sarasate, o Demócrito fazendo política. Depois, o jornal se engajou politicamente no PSD, que era o antigo Partido Social Democrático, contra a Liga Eleitoral Católica, que era presidida pelo Andrade Furtado que era do Jornal *O Nordeste*, um jornal político. Sarasate foi eleito Deputado Estadual; e o Demócrito Rocha, Deputado Federal. Em 1937, Getúlio acabou com a brincadeira. No dia 10 de novembro de 1937, decretou o Estado Novo; os partidos se dissolveram e os políticos voltaram para casa. Foi aí que Demócrito Rocha, que vivia da política, e o Sarasate passaram a viver do jornal. (...) Houve uma redemocratização em 1945 e foi criada a UDN, de um lado, União Democrática Nacional, à qual se filiava o Sarasate e outros políticos (...) Aos poucos, foram cedendo e o jornal foi abrindo espaço para os outros partidos. Antes só era a UDN, do Paulo Sarasate. Todo

dia tinha uma notícia do Paulo Sarasate. Ele era muito vaidoso” (COSTA, 1998: p.270).

Apesar de possuírem divergências e alguma rivalidade, pode-se afirmar que Demócrito Rocha e os fundadores dos demais veículos impressos cearenses mantinham relações cordiais. Exemplo disso foi que no dia 29 de novembro de 1943, data de sua morte, os jornais *O Nordeste* e *O Estado*, além do *O Unitário*, *Correio do Ceará* e *Gazeta de Notícias*, não circularam, como forma de luto.

Essa relação de respeito entre os jornais, os jornalistas e seus fundadores explica a existência de interesses comuns: eram parceiros de profissão, que comungavam dos mesmos ideais. Os jornais *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste* perseguiram e combateram o Caldeirão, de modo acirrado em 1937, quando foi travado o “combate final”, a partir da morte do Capitão José Bezerra em 10 de maio.

Os três jornais, do início ao fim da comunidade, posicionaram-se contra os trabalhos e o modo de vida pregados por José Lourenço. Classificavam seus membros e o próprio beato de “fanáticos”, “comunistas”, “ameaçadores à ordem”, além de publicou notícias falsas e de deram voz aos membros do Governo do Ceará e do Exército. O *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste* legitimaram as invasões e a destruição do Caldeirão, tanto em 1936 como em 1937.

A partir da análise das reportagens publicadas, pode-se afirmar que os três jornais insuflavam, aos seus leitores, a ameaça que o Caldeirão representava para o Ceará. Oficializavam a versão dada pelo governo sobre os acontecimentos, a partir da associação do Caldeirão aos ideais comunistas e também a Canudos. Para isso, não abriam mão de publicações de documentos oficiais, como relatórios e telegramas, enquanto os remanescentes do Caldeirão sequer tinham a chance de dar a sua versão dos fatos. A exceção foi o jornal *O Povo*, que, em 21 de maio de 1937, publicou uma matéria em que alguns seguidores de José Lourenço, já presos, foram ouvidos. Entretanto, os depoimentos foram usados para reforçar a ideia de que todos eram um “bando de fanáticos”, pobres e miseráveis, que precisavam ser combatidos.

A imprensa é uma fonte importante para os estudos históricos. De acordo com Leroi-Gourhan (1964-1965), não existia uma distinção clara entre a transmissão oral e a transmissão escrita até o surgimento da imprensa. Antes, todo o conhecimento, as histórias e as tradições, estavam inseridas nas práticas e nas técnicas orais. Afirma, ainda, que, a partir dos impressos:

“Não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é freqüentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito” (LEROI-GOURHAN, 1964-1965: p. 69-70)

Portanto, a imprensa se torna uma “força social ativa”, que fornece ao historiador conjunturas e problemáticas para o estudo referente ao campo “*de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua*”. A idéia das historiadoras Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007) guiam a pesquisa nessa direção. Não se trata de um estudo linear da história da imprensa, mas da compreensão, a partir da leitura dos jornais O Povo, O Estado e O Nordeste, de como a imprensa se constitui dentro da sociedade, detendo uma “historicidade e peculiaridade próprias” (CRUZ; ROSÁRIO, 2007: p. 260).

Como documento historiográfico, os jornais, assim como os demais veículos de comunicação (revista, gibi, rádio, TV, internet etc.) remetem ao campo da intencionalidade e, principalmente, ao da subjetividade. Por isso, o trabalho analisa as fontes, tendo como base não apenas ao que está dito, mas como determinados assuntos são abordados e, principalmente, o que é omitido. Para Cruz e Peixoto, “*transformar um jornal ou revista em fonte historiográfica é uma operação de escolha e seleção*” (CRUZ; ROSÁRIO, 2007: p. 260).

A análise dos jornais presentes na pesquisa parte para além do conteúdo descrito e não descrito nas matérias. Alguns aspectos apontados pelas autoras também nortearam este estudo, como título do jornal, projeto editorial, aspectos técnicos, como número de páginas, posicionamento das matérias, chamadas, manchetes, e posicionamento político dos veículos. Esse último aspecto é crucial para se entender a abordagem dada ao Caldeirão pelos três jornais.

Outra fonte que se juntará aos jornais para entender a relação entre memória e esquecimento dentro do contexto da comunidade é o documentário *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, do cineasta Rosember Cariry, que foi lançado em 1987. O filme conta a história do Caldeirão, através de depoimentos de quem esteve presente na comunidade e de quem participou, de forma direta ou indireta, do combate. Para contar essa história, o diretor utiliza recursos da própria cultura nordestina, como repentes, bonecos de barro, apresentação de grupos de reisado e poesias recitadas pelo grande nome da cultura popular nordestina, o poeta Patativa do Assaré.

Autores que promoveram o diálogo entre história e cinema, mais especificamente o documentário, estão presentes na pesquisa, com o objetivo de servir de suporte teórico para a análise do filme de Rosemberg Cariry. Dentre os pesquisadores presentes no estudo, destaquem-se para Mariza de Carvalho Soares e Jorge Ferreira. Para eles, no diálogo entre cinema e história percebe-se a relação entre e memória e história.

“Parte representativa da filmografia brasileira, por exemplo, transita justamente neste campo, no qual lembranças pessoais, memórias de grupos e mesmo “pesquisas” historiográficas mais sistemáticas têm levado à elaboração de filmes que constituem, hoje, quase como um gênero narrativo, com características próprias” (SOARES; FERREIRA, 2008: p. 11)

É interessante constatar que, apesar da existência do esquecimento, entre os cearenses, acerca do Caldeirão, uma obra cinematográfica foi feita com o intuito de relatar o ocorrido, principalmente se levado em consideração o fato de o diretor ter nascido na região do Cariri, a mesma onde se desenvolveu o Caldeirão. Encontra-se, nessa perspectiva, o pioneirismo do diretor, ao explorar um tema, até então, pouco visto, discutido e estudado como o Caldeirão.

A incorporação do documentário *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, como fonte historiográfica nesta pesquisa se torna fundamental para se compreender a construção da memória de determinados grupos da sociedade, a partir da relação entre presença e ausência da comunidade. No filme de Cariry, o diretor tinha o objetivo de (re)construir a memória do Caldeirão, motivo

pelo qual o trabalho de análise do documentário deve ser realizado a partir da percepção que Rosembeg Cariry apresenta sobre o beato e seus seguidores aos espectadores.

A partir destas pistas deixadas pelas fontes, que serão trabalhadas na pesquisa, pretende-se entender as principais questões referentes à memória e ao esquecimento e oferecer possíveis respostas para essas questões. Não se trata de fazer um resgate histórico do Caldeirão, do líder José Lourenço e seu povo. Este trabalho tem como proposta a análise do processo, que resulta na relação entre presença e ausência do episódio que envolveu a comunidade do Caldeirão, na história cearense, para que José Lourenço e a comunidade que fundou tenham o devido reconhecimento do seu lugar na história das lutas e das resistências que também marcaram outros acontecimentos no Brasil, como Canudos, Contestado, Pau de Colher, dentre outros.

No primeiro capítulo, analisam-se as matérias publicadas nos jornais *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste*. São reportagens publicadas entre 1936 e 1981, sendo que, as matérias publicadas até 1937 pelos jornais *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste* corroboraram o combate ao Caldeirão, e contribuíram, portanto, para o esquecimento da comunidade. Depois de 1948, quando a imprensa noticiava a morte de José Lourenço, os jornais passaram a abordar, mesmo que de forma intermitente, a história do Caldeirão em suas páginas.

As matérias dos jornais que serão estudadas neste capítulo, indicam o processo que levou o Caldeirão ao esquecimento, sempre tendo em vista a repercussão que o modo de vida adotado pela comunidade gerou na época. A partir do conteúdo, tem-se como base a maneira como os jornalistas se posicionavam diante do fato, a maneira como eles defendiam seus interesses e o que eles julgavam ser de interesse da sociedade, de uma forma geral. Dessa maneira, adentrarem-se, com mais ênfase, nas reportagens publicadas nos jornais *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste* em maio de 1937, pois, nesse período, em decorrência da morte de José Bezerra, a imprensa intensificou a perseguição aos sertanejos do Caldeirão e ao seu líder.

É interessante perceber que os três jornais trabalhados possuem discursos semelhantes quanto ao ataque. Todos eles destacaram apenas as mortes dos combatentes do Exército, esquecendo-se que combatentes do Caldeirão também foram assassinados. O Jornal *O Povo*, por exemplo, na

matéria publicada no dia 12 de maio, faz questão de desqualificar os membros do Caldeirão:

“Não é possível ocultar o perigo que acarreta este ajuntamento selvagem em lugar deserto e despoliciado como a serra do Araripe, não sendo de extranhar que dentro em breve surjam roubos e tropelias praticadas por aquele bando de inconscientes de quasi mil indivíduos, atualmente vagabundos e ociosos” (O POVO, 1937: p.8)

O jornal *O Estado* também se posiciona de forma parecida. Ao noticiar o combate, afirma, de forma categórica que “*o fanatismo ressurgiu, em fúria criminosa, no município do Crato*” (O Estado, 1937: p.1), um acontecimento “trágico e impressionante”.

Já o *O Nordeste* vai além. O primeiro parágrafo da reportagem publicada no dia 11 já deixa evidente a visão do jornal em relação ao Caldeirão e ao combate:

“Os fanáticos do Caldeirão, composto de míseras criaturas ignorantes que o beato José Lourenço, de Juazeiro, levava a se reunir em comunidade num arremedo de organização religiosa, foram, há pouco, dispersos pela polícia. Agora, numa espécie de reação contra aquela ordem das autoridades, os fanáticos prepararam uma emboscada à força commandada pelo capitão José Bezerra, composto de 11 homens, e que fazia reconhecimento do local, trucidando os soldados, poucos escapando sãos e salvos” (O Nordeste, maio de 1937: p. 1)

Percebe-se, portanto, que os três jornais em questão possuem a mesma perspectiva quanto à ameaça que o Caldeirão exercia, antes mesmo da morte do capitão José Bezerra. Os sertanejos da Comunidade sempre foram vistos como “fanáticos”, “ignorantes”, “míseras criaturas”. Após o conflito, os jornais deixam claro que, mais do que nunca, o Caldeirão e o seu povo precisavam ser exterminados, o que de fato veio a acontecer. Desse posicionamento, pode-se partir para a compreensão de como se deu o esquecimento.

Vale destacar que a pesquisa usará como fonte algumas outras publicações que não se enquadram no período delimitado. O objetivo do trabalho, com essa fonte, é o de contextualizar o período histórico no qual o

Caldeirão se encontrava. São textos que citam, por exemplo, o Comunismo do Brasil e no Ceará, a Guerra Civil Espanhola e o Estado Novo.

No segundo capítulo, serão explicitados as evidências e os motivos que levaram o combate ao Caldeirão e, posteriormente, o seu esquecimento. Para isso, será trabalhada a noção de elite, a partir das especificidades de cada sujeito. Fazem parte desta elite grandes proprietários de terra, latifundiários que utilizavam a mão-de-obra sertaneja em suas terras, os comerciantes que começavam a prosperar na capital cearense, as oligarquias, que se enfrentavam e se uniam para aumentar seus poderes políticos e econômicos e os clérigos que, além do poder religioso, também exerciam influência política e econômica, como o próprio Padre Cícero, que possuía terras e ainda era atuante na política, sob influência do já citado Floro Bartolomeu.

Dentre os autores utilizados na discussão e na reflexão sobre a elite cearense na década de 1930, estão Régis Lopes, Sebastião Ponte, Rui Facó, Wescley Dutra, dentre outros. Quem eram as elites dominantes? Como eles se formaram? Quais as relações econômicas, políticas e sociais que elas exerciam dentro do Ceará na década de 1930?

As características da comunidade e de seu líder com seus seguidores, a maneira como eles viviam e trabalhavam em prol do bem comum, da relação que todos possuíam com catolicismo popular, dentre outros aspectos, serão abordadas no segundo capítulo. Este último, por sua vez, apresentará aos leitores como toda a abordagem dada ao Caldeirão pela imprensa contribuiu para o aniquilamento da comunidade e, principalmente, para a repressão e o apagamento das vozes dos sertanejos de José Lourenço. Será mostrado, nesse capítulo, como ocorreu o fim do Caldeirão, mas também como essa experiência se manteve viva e estendeu-se para fora dos limites do sítio, tendo como referência a experiência do Pau de Colher.

É importante também compreender a constituição do discurso usado e, principalmente, autorizado, para se referir aos sertanejos do Caldeirão e ao seu líder. A maneira como as classes dominantes do período se referiam aos moradores do sítio legitimaram o combate e o esquecimento, a partir da desqualificação do popular.

Outro aspecto abordado neste capítulo será a questão das diferenças e semelhanças entre Canudos e Caldeirão, com o objetivo de entender como a

comunidade liderada por José Lourenço foi combatida pelas camadas dominantes a partir do temor que os ideais pregados por Antônio Conselheiro pudessem ser retomados. Além disso, é importante perceber que, apesar das semelhanças entre as duas comunidades,, o Caldeirão não está presente na memória como Canudos está.

Além disso, o segundo capítulo abordará a repercussão do artigo do jornalista José Alves de Figueiredo, publicado em 07 de maio de 1934, que acarretou sérias consequências para José Alves de Figueiredo. Além de perder seu prestígio político, o jornalista, escritor e farmacêutico foi preso.

O artigo ficou solitário, como afirma Régis Lopes, “*no rol de matérias que os jornais publicaram sobre o Caldeirão*” (LOPES, 2006, p. 16). A repressão que José Alves de Figueiredo sofreu, ao publicá-lo, foi indício de que, além de combater o Caldeirão, os políticos e a polícia também iriam perseguir aqueles que se posicionassem a favor da comunidade. Pode-se afirmar, portanto, que ocultar e, principalmente, combater opiniões favoráveis aos ideais e ao trabalho pregados por José Lourenço era uma forma de contribuir para o esquecimento definitivo da experiência do Caldeirão. Por isso, não é de se estranhar que até hoje se saiba pouco sobre esse episódio sangrento de nossa história, que a imprensa cearense, em comum acordo com a elite dominante do Estado, se encarregou de apagar paulatinamente da memória coletiva.

O terceiro capítulo terá como norte o reencontro do Caldeirão, a partir da perspectiva de que, após o processo de esquecimento, surgiram iniciativas que trouxeram a comunidade de volta à memória. Para isso, será analisado o documentário *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, do cineasta cearense Rosemberg Cariry a partir de especificações como: em que período o filme foi produzido, gravado e veiculado, quais os contextos históricos, políticos e sociais em que o filme estava inserido, quem fazia parte do círculo cultural e artístico do Ceará, o que motivou a produção do documentário, dentre outros aspectos. Além disso, será salientado, nessa etapa, quem foi o Rosemberg Cariry, qual a sua relação com a região do Cariri e com o Caldeirão, bem como sua representatividade no estado do Ceará. Todas essas questões estarão embasadas na experiência em fazer cinema com o conhecimento histórico.

O documentário não-ficcional, como é o caso *d'O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, dá indícios ao historiador sobre a visão do diretor em relação

ao ocorrido da Serra do Araripe, sendo norteado por depoimentos de remanescentes, de pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para o combate à comunidade e de especialistas no assunto. Constitui-se dessa forma, conforme define o historiador Pierre Nora, no artigo “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, presente na Revista Projeto História (1993), em um “lugar de memória”.

Rosemberg Cariry utiliza, em seu filme, recursos da própria cultura nordestina, que serão utilizados nesta pesquisa, como as tradições orais, tanto na ideia de elas estarem incorporadas à história do Caldeirão, prática comum entre os sertanejos, quanto como recurso fílmico, tendo em vista que o diretor utilizou essas manifestações da cultura popular para “narrar” o acontecido. Para esclarecer esses pontos, serão trabalhados textos específicos, que abordem a relação história e cinema e também de autores que tratem sobre história, história oral e cultura popular, como o historiador Roger Chartier.

A partir das leituras realizadas e das conseqüentes discussões, percebe-se a necessidade de também se analisarem os cordéis. Essa fonte será importante para se trabalhar o episódio do Caldeirão, a partir da memória popular, além de reforçar a ideia de que a comunidade pode ser classificada como um movimento religioso, com traços messiânicos.

A ideia deste capítulo é compreender como a cultura popular manteve, por meio dos cordeis, a memória do Caldeirão e, pelo documentário, destacar a intenção de se voltar à comunidade, através da memória do diretor, e como isso, se transformou no documentário. São estes, filme e cordel, portanto, os suportes de reencontro com o Caldeirão.

A partir das fontes, será apresentado ao leitor o que a historiografia desperta sobre o reencontro com o Caldeirão, ou seja, como e em quais contextos os historiadores, comunicólogos, sociólogos e demais pesquisadores abordam e/ou analisam as ações realizadas por José Lourenço na sua comunidade. O que já foi e como essas referências foram produzidas. Como elas observam os ideais do Caldeirão e o que esses pesquisadores estão inseridos também na questão do reencontro à comunidade.

CAPÍTULO I

O PAPEL DA IMPRENSA NO PROCESSO DE ESQUECIMENTO DO CALDEIRÃO

“(…) O tempo vivido que a memória busca resgatar ou ‘ressuscitar’ apresenta-se inicialmente. (…) Quem não experimentou, com mais ou menos angústia, o sentimento de fatias de vida e de experiências compartilhadas que se esvaem perdidas nas brumas espessas do esquecimento.”

(Jacy Alves de Teixeira)

1.1. Irmandade da esperança

Beato José Lourenço era um homem de fala mansa. Sereno, tranquilo, apesar das vicissitudes típicas de quem nasceu e viveu no sertão nordestino, entre o final do século XIX e o início do XX. Extremamente religioso, acreditava que as orações e as penitências o salvariam desse mundo cheio de fome e miséria. Levava o sentido da palavra fraternidade, tão estimulada pela Igreja Católica, às últimas consequências. Mesmo assim, com todas as qualidades inerentes ao bom sertanejo e ao seguidor dos preceitos divinos, Zé Lourenço foi perseguido e combatido como pouco se foi visto na história do Brasil.

Entre os anos de 1891 e 1892, não se sabe exatamente, José Lourenço Gomes da Silva chega a Juazeiro do Norte. Influenciado pelas idéias de Padre Cícero, decide fixar residência na cidade. Foi lá que ele passou a conviver com beatos, beatas, romeiros e penitentes. E lá também aprofundou seus conhecimentos cristãos.

Como José Lourenço vinha de uma família de agricultores, não se adaptou à vida urbana. De acordo com o historiador cearense Régis Lopes (1991), seguindo os conselhos de Padre Cícero, Zé Lourenço arrendou, no final da década de 1890, um pedaço de terra no sítio Baixa Dantas, de propriedade do Sr. João Brito. Fortemente influenciado pelos preceitos de caridade do catolicismo popular, o beato passou, então, a aceitar a vinda de pessoas pobres ao sítio. Lá, elas encontravam dignidade para viver melhor, por meio do cultivo da terra. “É o início da formação de uma pequena comunidade de camponeses” (LOPES, 1991, p.42).



Ilustração 1 – Mapa dos “Caminhos do Caldeirão”, publicado no jornal O Povo em 7 de setembro de 1996. Imagem retirada do livro “O Caldeirão Vivo: a saga do beato José Lourenço” (2000), do historiador Ailton de Farias

Em 1921, Padre Cícero presenteou Zé Lourenço com um touro da raça Guazerá, que foi carinhosamente chamado “Boi Mansinho”. O zelo e o cuidado que essas pessoas tinham com o animal foram a desculpa ideal para o início do aniquilamento do sítio Baixa Dantas. Isso ocorreu porque espalhou-se o boato de que o “Boi Mansinho” era adorado e cultuado como Deus.

Essa história, que à primeira vista não passaria apenas de uma invenção, trouxe várias consequências. O então deputado federal Floro Bartolomeu mandou prender José Lourenço, com o objetivo de abafar o caso. Tanto o Baixa Dantas quanto a Região do Cariri passaram a ser acusados, a partir da falsa ideia de adoração ao Boi, de propagar o fanatismo e a blasfêmia. Soma-se a isso o fato de que Juazeiro do Norte não parava de receber romeiros, atrás dos milagres de Padre Cícero. Tudo isso, como se pode ver a seguir, representava, na perspectiva da elite cearense, o atraso da região Nordeste do Brasil, e mais precisamente o do Ceará, diante do progresso notado em outros estados do país.

O beato ficou preso por 18 dias e o “Boi Mansinho” foi abatido. Os policiais quiseram obrigar Zé Lourenço a comer a carne do animal, algo que ele se recusou a fazer. Foi solto apenas por meio da intervenção de Padre Cícero no caso. Após a libertação, José Lourenço voltou ao Baixa Dantas.

Pode-se considerar esse episódio como a primeira tentativa de considerar os ideais de trabalho e de vida de José Lourenço como perigosos à ordem vigente no Estado do Ceará. Tanto que, apenas cinco anos depois da sua prisão, ele e seu povo precisavam que abandonar o local, pois o proprietário, João de Brito, ordenou, no ano de 1926, que Lourenço e os demais deixassem suas terras. Régis Lopes (1991) explica que, apesar de ter ficado no local por quase 30 anos, o beato foi obrigado a se retirar, sem nenhuma compensação pelos serviços realizados por três décadas, para uma fazenda de propriedade de Padre Cícero, de aproximadamente 880 hectares, denominada Caldeirão dos Jesuítas. Essas terras estavam situadas no município de Crato, região do Cariri, localidade que fica ao sul do Ceará, próxima à Serra do Araripe. Lá, os remanescentes do Baixa Dantas poderiam recomeçar seus trabalhos. Surgiu, então, o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto.

Existem inúmeras versões para a origem do nome “Caldeirão”. Uma das explicações para a denominação é a posição geográfica das terras, que era parecida realmente com uma caldeira, o que dificultaria o ataque por terra ao local⁴. Já a versão relatada por Régis Lopes (1991) é de que o lugar tem esse nome porque o solo do local conserva água dentro de uma formação natural de pedra. Esse fenômeno da natureza contribuiu, inclusive, para o desenvolvimento da comunidade, como explica Lopes.

Essa água é alimentada por um pequeno riacho que passa pelo “Caldeirão de Pedra”. Ainda hoje existem no local ruínas de uma pequena parede de pedra feita por Manuel Maria de Moraes, um engenheiro prático-intuitivo, o “mestre de obras” de várias construções no Caldeirão, inclusive uma capela. Essa pequena parede servia para a formação de um açude em miniatura. Aliás, com o evoluir da

⁴ Em 2006, eu, juntamente com um grupo de estudantes de jornalismo, ainda durante a minha graduação em Fortaleza, visitei o Caldeirão. O trajeto entre a cidade do Crato e o sítio foi feito de “pau da arara”. Durante o percurso, o motorista comentou, com os alunos, essa versão para o nome “Caldeirão”.

comunidade, várias barragens, semelhantes a essa, foram construídas em riachos lá existentes. (LOPES, 1991: p.59)

Na comunidade, as terras eram boas para o cultivo, apesar de o local ser acidentado e de existirem pedras em determinados locais. Com o conhecimento adquirido durante os 30 anos que viveram no Baixa Dantas, José Lourenço e os demais sertanejos que lá habitaram conseguiram fazer o sítio prosperar.

Inicialmente, o sítio era voltado apenas para a agricultura. Os trabalhos passaram a se diversificar apenas com o passar do tempo, graças ao grande número de sertanejos que procuravam por José Lourenço. Eram pedreiros, carpinteiros e ferreiros, que buscavam no Caldeirão uma oportunidade de trabalhar dignamente, longe das secas e da exploração.

Foi criado um engenho de madeira, que passou a produzir mel e rapadura. Outras atividades, como a especialização em trabalhos em couro e cerâmica, também se intensificaram a partir da evolução da comunidade. A pecuária também estava presente, com a criação de boi, porco e galinha.

Toda a produção da comunidade era destinada ao consumo interno. O lucro obtido pela comercialização dos produtos era dividido igualmente. Além disso, como prática do próprio catolicismo popular, os produtos agrícolas excedentes também eram destinados à caridade

A religião era o motor de todo o trabalho desenvolvido. José Lourenço orientava seus seguidores, promovia novenas, ladainhas e procissões, além das missas realizadas em dias santos e domingos. A base da comunidade era formada por valores cristãos de cooperativismo, de união, de solidariedade e de fraternidade, que estavam presentes, de forma efetiva, no modo de trabalho dos sertanejos de José Lourenço.

O Caldeirão, desde seu início, desagradou às classes dominantes, em especial aos ricos proprietários de terra, aos comerciantes, aos políticos e à Igreja. Inicialmente, ainda quando viviam no Baixa Dantas, José Lourenço e seu povo foram alvo daqueles que consideravam a maneira como eles viviam, baseados no catolicismo popular, um verdadeiro atraso para Juazeiro do Norte e também para o próprio estado do Ceará, que começara, no início do século

XX, a passar por profundas transformações econômicas, políticas, culturais e sociais.

Os centros urbanos, de uma forma geral, começavam, no final do século XIX e início do XX, a seguir os padrões de civilização e de progresso europeus. Para isso, era fundamental que houvesse, nessas cidades, uma “regeneração urbana”, que teria como base a racionalidade científica. Segundo o historiador Sebastião Rogério Ponte, no livro *Fortaleza Belle Époque* (1993):

“O advento da República e, logo a seguir a chegada do novo século reforçaram ainda mais os anseios por alinhar o Brasil à modernidade, o que significava a instauração efetiva de uma reordenação política-institucional que redimisse o país do “atraso” e “provincianismo” que lhe teria sido imposto pelo regime monárquico ao longo de quase todo o século XIX” (PONTE, 199: p. 3)

Conforme aponta Jesus Martin-Barbero (2009), a modernização, na América Latina, incluindo o Brasil, intensificou-se, principalmente, na década de 1930, com o estabelecimento do mercado nacional, que precisava também atender às necessidades internacionais. Pode-se identificar esses traços apontados pelo autor também no Ceará. Além da burguesia comerciante em ascensão, o campo também era responsável por produzir o necessário para abastecer a capital e, principalmente, para suprir o mercado internacional.

Percebe-se, então, que esse processo, baseado na relação entre os mercados do Brasil e do exterior, acarretou uma modernização desigual, conforme aponta Jesus Martin-Barbero (2009), um “*desenvolvimento desigual*”. Fortaleza prosperava, ascendia, enquanto o sertão sofria com as adversidades, a miséria, a fome e as secas. É o que Barbero denomina de “descontinuidade simultânea”, ou “*modernidade não contemporânea*”. Ou, de forma mais clara, “*um atraso que foi historicamente produzido*” (BARBERO, 2009: p. 217).

Pode-se inserir o Caldeirão nessa perspectiva, pois, desde o seu início, foi perseguido. A modernidade tão almejada, no país e no Ceará, excluía as diversidades e, por isso, a comunidade liderada por José Lourenço, assim como outras experiências camponesas, foi destruída e apagada.

O Baixa Dantas e, posteriormente, o Caldeirão significavam para as classes dominantes um sinal de atraso, de provincianismo, o oposto da modernidade que tanto se buscava alcançar. E foi exatamente por isso que o

caso do Boi Mansinho, já na década de 1920, causou tanta repercussão e tanta preocupação. Experiências que representassem retrocesso econômico e político, com o fanatismo que se dizia estar presente na região do Cariri, deveriam ser duramente combatidas.

1.2. Imprensa e Memória

Os motivos deflagradores da perseguição ao Caldeirão, por parte de autoridades e de outros segmentos sociais do Ceará, na década de 1930, e também o processo que levou a comunidade ao esquecimento estão relacionados às lutas entre forças sociais pelo poder visando ao controle da memória coletiva⁵. Nessa perspectiva, diz o historiador Le Goff: *“Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”* (2006: p. 422).

O Caldeirão, antes de desaparecer, foi também lembrado por aqueles que lá viviam. Conforme aponta Jacques Le Goff, o embate entre o lembrar e o esquecer é motivado por todos os sujeitos históricos envolvidos no acontecimento, dos sertanejos ou simpatizantes da comunidade liderada por José Lourenço à polícia do Estado do Ceará, latifundiários, Igreja Católica, coronéis e políticos. Pode-se, portanto, afirmar que a construção da memória, assim como a do esquecimento, não acontece de forma homogênea. Esse processo, segundo Halbwachs (2004), varia, a partir da relação de cada sujeito com a sociedade.

O Caldeirão esteve ausente na memória daqueles que viveram e conviveram com os ideais de trabalho e de oração pregados pelo beato. Um exemplo que ilustra essa questão é a relação que se estabelece entre aquela comunidade e as lutas por terra, nos dias atuais, como apontam Judson Jorge da Silva e Francisco Amaro Pontes de Alencar, no artigo “Do sonho à devastação, onde tudo se (re)constrói: experiências e memórias nas lutas por

⁵ O conceito de “memória coletiva” utilizado neste trabalho remete à ideia desenvolvida por Maurice Halbwachs (2009), quando afirma que “nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança não na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias” (HALBWACHS, 2009: p. 25).

terra da região do Cariri – Ce” (2009)⁶. Para os autores, o “*modus vivendi adotado pelo sítio, construído por uma experiência de coletivismo, que garantiu, durante dez anos, a qualidade de vida dos seus moradores*” (ALENCAR; SILVA, 2009: p. 127), serviu de inspiração para diversos grupos organizados, na atualidade, como o Movimento dos Sem Terra (MST), Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e Comissão Pastoral da Terra (CPT); o que só foi possível porque os ideais de partilha, de solidariedade e de justiça do Caldeirão permaneceram vivos na memória dos camponeses da região do Cariri, seja pela oralidade, ao tomarem conhecimento da existência da comunidade pelos remanescentes, ou através da leitura dos cordéis, em que José Lourenço e seu povo estiveram e estão até hoje presentes.

A comunidade de José Lourenço, contudo, foi esquecida, ao longo de sua existência e no decorrer dos anos seguintes, no Ceará e na historiografia oficial. Nesse sentido, a imprensa contribuiu para o apagamento da experiência do Caldeirão. Vale destacar que esse processo não é perceptível apenas nos jornais dos anos de 1930, período em que a imprensa se mobilizou para legitimar o ataque aos sertanejos da Santa Cruz do Deserto e também para desqualificá-los. Como se pode perceber a seguir, o tema Caldeirão foi retomado, *a posteriori*, a partir de 1969, em plena ditadura militar, mais especificamente pelo jornal O Povo, no artigo assinado por Ademar Távora, intitulado “José Lourenço, um pioneiro”.

Mais de 30 anos após a destruição, o autor do texto questiona o ataque, ao afirmar que, na visão das classes dominantes, o Caldeirão

“Constituía uma série ameaça à ordem pública no nosso Estado. E sem procurar saber se era procedente improcedente a denúncia recebida, mandou o governo cearense um contingente da Polícia Militar atacar e destruir o Caldeirão, como se fosse este um antro de malfeitores”. (O POVO, 1969: p. 4)

Os artigos e as reportagens influenciavam profundamente os leitores, o que acarretou o “apagamento” do Caldeirão da memória dos cearenses. Ao se posicionar favoravelmente à destruição do sítio e ao massacre de seus moradores, a imprensa não apenas legitimava os atos arbitrários das

⁶ Publicado na revista 14ª edição da Revista NERA

autoridades, mas também contribuía para consolidar a ideia de que o Caldeirão representava uma ameaça iminente à ordem.

O apagamento da experiência da comunidade da historiografia foi percebido, anos depois, pela própria imprensa. Em outubro de 1977, o jornal cearense *O Mutirão* publicou o artigo intitulado “Por que ninguém quer falar do Caldeirão?”. O texto questiona o leitor sobre “O que foi o Caldeirão? Por que não aparece nos livros escolares? Onde estão localizadas as fontes para o conhecimento dessa importante tragédia?” (*O Mutirão*, outubro de 1977, p. 6).

O primeiro número do *Mutirão* foi lançado em 1977, em pleno período de ditadura militar, durante o governo de Ernesto Geisel, enquanto os demais jornais cearenses sofriam censura, enquanto o *Mutirão* representava até então o primeiro, e único, veículo alternativo do Ceará. Costumava publicar matérias sobre a classe operária, denunciava pobreza e injustiças. Dava voz e vez, diferentemente dos demais veículos impressos, ao cidadão comum, trabalhador e batalhador, incentivando-o a lutar pelos seus direitos. Até o seu fechamento, em 1982, o *Mutirão* sofreu ameaças de fechamento, represálias por parte do governador do Ceará, Virgílio Távora, além de presenciar conflitos internos, como falta de verba e divergências partidárias entre seus colaboradores.



Ilustração 2 – Capa do jornal O Mutirão

Fonte: <http://fortalezaemfotos.blogspot.com/2010/11/jornal-mutirao-o-alternativo-do-ceara.html>

Contudo, por tratar-se de um jornal alternativo, “livre”, apesar da censura imposta pela ditadura militar, o Mutirão foi um dos primeiros a fazer a reflexão mais aprofundada sobre o Caldeirão a questionar o seu esquecimento. Já os demais jornais, mesmo após o fim da comunidade, não se posicionaram da mesma forma, contribuindo para a perpetuação do esquecimento do Caldeirão.

Halbwachs (1990) explica como ocorre o processo de esquecimento de determinados fatos, ou imagens antigas. A *“impressão que possamos ter guardado de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida”* (1990, p. 28) é influenciada pelo nosso meio. No caso do Caldeirão, portanto, tem-se a opinião pública influenciada pelos jornais e o tipo de abordagem dada à comunidade nas respectivas reportagens. Para Halbwachs:

“Pode ser que essas imagens reproduzam mal o passado, e que o elemento ou a parcela de lembranças que se achava primeiramente em nosso espírito, seja sua expressão mais exata: para algumas lembranças reais junta-se assim uma massa compacta de lembranças fictícias. Inversamente, pode acontecer que os depoimentos dos outros sejam os únicos exatos. E que eles corrijam e reorientem nossa lembrança, ao mesmo tempo que incorpora-se a ela”. (HALBWACHS, 1990: p. 28).

A partir de tais ideias do historiador, faz-se necessária uma análise aprofundada dos jornais e das matérias produzidas no período correspondente ao Caldeirão, para se compreender como o posicionamento desses veículos jornalísticos foi fundamental para a destruição da comunidade e como o discurso utilizado nas matérias serviram de base para o apagamento da Irmandade da Santa Cruz do Deserto da memória.

A revista *Projeto História* dedicou sua 35ª edição aos estudos de História e Imprensa (2007). Isso evidencia a importância da interdisciplinaridade entre essas duas áreas. A partir das pesquisas feitas, sob a perspectiva dos veículos de comunicação de massa, o historiador é capaz de articular, por exemplo, o conteúdo desses jornais ao campo das lutas sociais, contradições de classe etc. Na apresentação da revista, os editores científicos, Heloísa de Faria Cruz, Vera Lúcia Vieira e Antônio Rago, abordam essa questão:

“A pesquisa nestes diferentes materiais dá visibilidade a um repertório de indagações instigantes e que remetem a campos essenciais da reflexão histórica na área, tais como: as relações entre imprensa, poder e a configuração dos sistemas políticos em diferentes situações; a atuação da imprensa como espaço de mobilização, difusão e generalização de diferentes projetos, valores e personagens de grupos que disputam/afirmam a hegemonia a cada conjuntura histórica; os mecanismos de controle e censura que a cada momento regulam os conteúdos e o acesso aos meios impressos de maior circulação bem como a atuação de publicações alternativas”. (CRUZ, VIEIRA, RAGO, 2007, p. 10-11).

Le Goff (2003), a partir dos seus estudos sobre memória, também aborda a relação entre história e imprensa, ao afirmar que, com a consolidação dos veículos impressos, ocorre também a exteriorização da memória individual, de forma progressiva, a partir do momento em que as transmissões não ocorrem apenas de forma oral.

Nas páginas dos jornais e no processo de elaboração do conteúdo de suas matérias, estão presentes indícios da exteriorização da memória, ou, no

caso do Caldeirão, da tentativa de apagá-la. Sob a perspectiva da memória e do esquecimento, percebemos nos jornais *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste* a “institucionalização social dos sentidos”, conceito utilizado pela pesquisadora Bethania Mariani (1998). Para ela, a atuação do discurso jornalístico na “institucionalização do sentido” se dá a partir da promoção de

“Consensos em torno do que seria verdade de um evento. Para tanto, o discurso jornalístico assume caráter didático, em que as explicações têm a forma causa/consequência, aparecendo pontuadas com exemplos. A operação de definição faz parte dessa pedagogia institucional jornalística como modo de didatizar as informações” (MARIANI, 1998: p. 145).

Nesse sentido, pode-se citar a seção “Socialismo e Catholicismo”, publicada em 01 de abril a 07 de maio de 1937. Por quase um mês, o jornal *O Nordeste* editava textos que alertavam a burguesia cristã sobre o perigo do socialismo, sempre de forma didática. No dia 05 de maio, por exemplo, a seção veiculava:

“Todos aqueles, pois, que pretendem, realmente, melhorar a situação de tantos proletários que sofrem, de tantos revoltados que pedem justiça, de tanta miséria que reclama conforto, não se vão perder nas intrincadas vias sinuosas e de irrealidades côr-de-rosas, mas procurem dentro da grandeza constructora dos Evangelhos o caminho seguro para a solução de tantos problemas julgados insolúveis”- (*O Nordeste*, 1937: p. 6).

Já a historiadora Heloísa Cruz vai além do conceito de “institucionalização social dos sentidos”, quando afirma que “*o povo e a cidade intrometem-se nas páginas da imprensa*” (CRUZ, 2000: p. 19). O conteúdo dos jornais aponta para as relações entre modernidade, vida urbana e anseios da população. Durante a existência do Caldeirão, os jornais da época seguiam à risca o discurso de ascensão social e econômica do Ceará. O Caldeirão seria uma forma de a imprensa legitimar essa ideia, de que para manter o crescimento do Estado e da capital cearense seria necessário mostrar-se contra experiências que retardassem tal progresso, o que poderia deixar o Ceará em posição inferior em relação aos demais estados brasileiros.

O fanatismo religioso representava o atraso social e econômico do Ceará. Tanto que, ao se referir aos habitantes do Caldeirão, esse era o adjetivo mais usado pelos jornais: fanáticos. No dia 11 de maio de 1937, na matéria intitulada “Os trágicos e impressionantes acontecimentos do Cariri”, *O Estado* noticia aos seus leitores que o “fanatismo ressurgiu, em fúria criminosa, no município do Crato” (*O Estado*, maio de 1937: p. 1). A reportagem relata, sempre a partir da visão da polícia e das autoridades, os fatos que antecederam o combate de 10 de maio, que acarretou a morte do Capitão José Bezerra.

Inicialmente, o texto, que não é assinado, retoma o episódio que envolve o relatório elaborado, em setembro de 1936, pelo então delegado da Ordem Social, tenente José de Góes Barros, em que relata a entrada das tropas invasoras no sítio e intenciona legitimar, diante da opinião pública, tal ataque. Vale destacar aqui que esse relatório foi publicado na íntegra, em alguns jornais cearenses, como ocorreu em *n'O Estado* e *n'O Povo*. O relatório foi citado novamente porque foi, a partir dele, que se alertou a população cearense, de forma efetiva, sobre o perigo do Caldeirão e a urgência de destruí-lo.

Pode-se afirmar também que a publicação do conteúdo completo desse relatório evidencia a concordância entre governo e imprensa em relação à destruição do Caldeirão e a necessidade de alertar os leitores sobre a ameaça que pairava sobre o Ceará e o País. Calcavam-se em um dos principais preceitos da teoria da comunicação, o de que a imprensa tem a função de informar. Todavia, informavam os leitores a partir dos próprios interesses ou dos interesses que eram convenientes às classes dominantes no período. Dessa forma, *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste* contribuíram para o processo que culminou no apagamento, do Caldeirão, da memória oficial, a partir da legitimação ao ataque à comunidade e, posteriormente, da publicação do relatório de José Góes de Barros.

Ao reforçar que o êxito dessa ação não foi integral, quando afirma que “*o beato, parece que avisado a tempo, desapareceu*” (*O ESTADO*, maio de 1937: p. 1), o jornal transmite aos seus leitores a ideia de que a morte de José Bezerra poderia ter sido evitada, caso o Caldeirão já tivesse sido completamente aniquilado e seu líder capturado e morto. E, para vingar a

morte de José Bezerra, e também para evitar que outras ocorressem, a única solução seria destruir, prender e matar os remanescentes.

O Jornal *O Povo* compartilhou a mesma opinião com *O Estado*, em relação ao fato de que a fuga de José Lourenço, em 1936, foi o principal motivo do embate entre os remanescentes e os soldados liderados por José Bezerra:

“Em setembro do ano findo, conforme é do conhecimento público e acaba de ser divulgado em folheto da autoria de José de Gois Barro, delegado da Ordem Social a polícia deste Estado atacou a concentração de fanáticos que há tempos se formá-ra no sítio “Caldeirão”, do município do Crato, destruindo-a completamente. Os fanaticos, porém, chefiados pelo beato José Lourenço, tiveram tempo de evadir se nas fronteiras do Ceará com o estado de Pernambuco. As diligencias então realizadas obedeceram á orientação do próprio chefe da polícia, cap. Cordeiro Neto, o qual retornando depois a esta capital, deixou o capitão José Bezerra incumbido de completá-la” (O POVO, maio de 1937: p. 1).

A partir dos trechos citados, pode-se constatar que não bastavam expulsar os sertanejos e destruir suas casas, plantações e instrumentos de trabalho. presentes no Caldeirão. Para acabar com a comunidade, era necessário que se matasse também o seu líder, José Lourenço, bem como os demais remanescentes, já que vivos eles poderiam dar continuidade aos trabalhos.

A citação acima também aponta para outro detalhe: com a intervenção policial, em setembro de 1936, ficou decidido que os moradores de outros estados deveriam voltar para suas terras. Conforme relata José Góes de Campos Barros, “as passagens de trem ou de navio, oferecidos pelo Chefe de Polícia, foram unanimemente, rejeitadas”. Alguns dos remanescentes foram levados para Fortaleza, após verem suas casas “devoradas pela chamas”. Outros seguidores saíram sertão afora, evadiram-se, visto que tinham profundo conhecimento daquelas terras, algo que os membros da polícia não possuíam.

A morte de José Bezerra pelos remanescentes foi a motivação encontrada para justificar o uso da força e de recursos mais enérgicos e concretos para a destruição total da comunidade. Com o assassinato do capitão, com a evasão dos remanescentes, no ano anterior, e com a união de alguns dos sertanejos expulsos da comunidade no combate de 10 de maio de

1937, governo, tropas militares, imprensa e demais grupos ou indivíduos perceberam que a invasão e a destruição da comunidade não foram bem sucedidas. Para as tropas estaduais, portanto, o sinal da derrota veio, um ano depois, com o assassinato do capitão José Bezerra.

Matar o beato e os seus seguidores representaria o aniquilamento dos ideais, da filosofia de trabalho de José Lourenço, que tanto desagradava às camadas dominantes no Ceará.

A intervenção Federal não tardou a acontecer. O então Ministro de Guerra, Eurico Gaspar Dutra, tomando conhecimento das mortes ocorridas no combate de 10 de maio de 1937, enviou para a região do Cariri cerca de 200 homens das Forças Armadas. Além disso, Dutra encaminhou três aviões para bombardear o Caldeirão, *“deixando centenas de sertanejos mortos, entre adultos e crianças”* (SILVA, 2009: p. 93).

O ataque aéreo ao Caldeirão foi noticiado, e legitimado, pela imprensa local. O jornal *O Estado* assim descreve:

“Logo depois de ter conhecimento dos fatos do Cariri, o Exmo. Sr. Governador do Estado – em face da necessidade de se servir imediatamente dos aviões militares aqui destacados – comunicou-os ao Exmo. Sr. Ministro de Guerra, solicitando autorização para aquela utilização (...) Á noite, S. Excia. recebia daquele titular o seguinte radio: - “Governador do Ceará – Urgente – De Rio, 10 (horas 17. h. 30) – Em resposta ao vosso telegrama hoje recebido comunico a V. Excia. que acabo telegrafar ao comandante da 7ª Região, autorizando-o a mandar prestar o auxílio que seja necessário, no que se refere ao atentado do município do Crato. Atenciosas saudações – General E. Dutra, Ministro da Guerra” (O ESTADO, maio de 1937: p. 4 e 20).

A intervenção de Gaspar Dutra, no caso, exemplifica que não apenas as camadas sociais que detinham o poder no Ceará tinham a preocupação de acabar com o Caldeirão, mas que o caso se tornara uma preocupação nacional. A morte de José Bezerra foi o motivo encontrado para buscar recursos com o Ministério de Guerra, que não poupou esforços para destruir a comunidade e os seus seguidores. Portanto, a influência Federal oficializava a versão dos acontecimentos, dada pelo governo Estadual e pelas camadas sociais que detinham o poder no Ceará, que era reforçada também pela própria imprensa local.

Vale salientar que José Lourenço não teve participação direta com o combate de 10 de maio de 1937. O beato, desde o período do sítio Baixa Dantas, sempre pregou a via pacífica para a solução dos problemas que surgiam. Após o ataque à comunidade, realizado em 1936, alguns remanescentes, liderados por Severino Tavares, defendiam ações mais radicais para se proteger. Entretanto, a neutralidade de Zé Lourenço, nesse fato, não foi suficiente para que o líder da comunidade não fosse isento da responsabilidade pelas mortes, ou seja, deveria ser perseguido.

Os veículos de imprensa, no Ceará, no período do Caldeirão, eram destinados, em sua grande maioria, às classes dominantes, àquelas que também produziam e editavam seus conteúdos. Apenas as camadas sociais mais elevadas, pertencentes à burguesia da época, tinham acesso a jornais, por conta das altas taxas de analfabetismo da população.

Em 1940, por exemplo, o recenseamento nacional, elaborado e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que a taxa de analfabetismo entre a população com idade a partir de 18 anos era de 55%. Vale destacar, entretanto, que essas taxas variavam de acordo com cada região. Em São Paulo, o índice de alfabetizados, ainda de acordo com recenseamento de 1940, era de 60,20%, enquanto alguns Estados do Nordeste apresentavam percentuais abaixo de 30%.

Por não existir nenhum dado referente ao período de 1930, pode-se inferir que, no mínimo, mais de 50% da população cearense não sabia ler. E mesmo entre aqueles que eram alfabetizados, nem todos podiam comprar os jornais ou tinham contato com eles. Contudo, os que sabiam ler compartilhavam o conteúdo do que viam nas páginas dos jornais com os demais, que, por sua vez, comentavam com outras pessoas e assim por diante. Compreende-se, pois, que a maneira como *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste* se posicionaram em relação ao Caldeirão também alcançou a população mais humilde. O discurso usado para combater os ideais de José Lourenço e seu grupo era reforçado por meio da imprensa, e perpetuado não só através da letra, mas também pela oralidade, nas ruas, praças, cafés e clubes.

Tal fato foi possível porque existe um elo muito forte entre memória, escrita e oralidade. O conteúdo dessas reportagens era lido e interpretado por uma pequena parcela da população, que o legitimava e transmitia entre si e

aos demais indivíduos, ou seja, para aqueles que não sabiam ler ou não tinham acesso aos jornais. De modo que a imagem negativa do Caldeirão e de seus líderes se disseminou também via oralidade através de reportagens ouvidas e recontadas.

Por mais que não existisse uma quantidade expressiva de leitores, vale destacar que o surgimento e a consolidação da imprensa, no Ceará, na década de 1930, são reflexos da tentativa de modernidade, tão almejada no Brasil e também no Ceará. Os jornais fundados nesse período, em especial o *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste* viabilizam a criação e a organização de novas “instituições letradas”, conceito utilizado por Heloisa Cruz (2000). A historiadora explica, por exemplo, que atividades relacionadas à “*cultura letrada*”, “*tais como academias, bibliotecas, gabinetes de leitura e livrarias*” (CRUZ, 2000: p. 42) emergiram nos centros urbanos a partir do Império. Em seguida, há a incorporação da imprensa:

“Livre das interdições coloniais e com as mínimas condições técnicas, a imprensa ensaia seus primeiros passos. Para as elites letradas, coloca-se a tarefa de construção acelerada das instituições e práticas letradas da modernidade” (CRUZ, 2000: p. 42).

Com base na definição acima, de Heloísa Cruz, pode-se traçar um paralelo com *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste* quanto à abordagem feita por esses jornais, em relação ao tema do Caldeirão. Em uma dinâmica parecida com a apontada pela historiadora, observa-se que as elites letradas cearenses da época não só controlavam, mas utilizavam os jornais para legitimar seus interesses, com o pretexto de difusão de um ideal de modernidade. Os historiadores Paulo Henrique de Souza Martins e Gabriel Assis de Araújo Nascimento, no artigo “O Caldeirão do Beato José Lourenço: Fé, Trabalho e Luta Social” (2007: p. 5), reforçam o papel da imprensa diante da propagação da ideia de “*Nação Moderna’ que se pretendia construir para o Brasil àquela época*”.

Dentre os recursos utilizados pela imprensa para justificar o fato de que José Lourenço representava o oposto dos ideais modernos, destaca-se a maneira como os jornais designavam os integrantes do Caldeirão. As reportagens dos três veículos analisados nesta pesquisa classificam José

Lourenço e seus seguidores como “fanáticos” e que, por serem vistos exatamente dessa forma, deveriam ser combatidos e perseguidos, como pode-se verificar na reportagem de capa, continuando na página 8 do jornal *O Povo* do dia 12 de maio.

Trata-se, pois, de uma reportagem publicada no *Jornal do Crato* em 17 de abril de 1937, que foi transcrita na íntegra pelo *O Povo*. O repórter do veículo interiorano, “travestido de crente”, visita o Caldeirão e relata, à sua maneira, o que viu:

“A única ocupação útil a que se entregam agora os fanáticos consiste na construção de miseráveis casebres cobertos de folhas e algumas palhas, os quais mal os abrigam das chuvas. Verdadeiras casas de índios, estas moradias *sui generis* são construídas esparsamente no meio do mato, sem o conforto sequer de um pequeno terreiro. O que se objetiva é o disfarce de verdadeiro esconderijo. Quasi todas têm um único compartimento, em que se alojam, promiscuamente, homens, mulheres e crianças. (...) Não é possível ocultar o perigo que acarreta este ajuntamento selvagem em lugar deserto e despovoado como a serra do Araripe, não sendo de extranhar que dentro em breve surjam roubos e tropelias praticadas por aquele bando de inconscientes de quasi mil indivíduos, atualmente vagabundos e ociosos” (*O POVO*, 1937: p.8).

O trecho dessa reportagem transmite ao leitor não apenas o perigo que o Caldeirão e o seu líder representavam, mas principalmente a ideia da criminalização dos seguidores do beato. Denominações como “promíscuo”, “selvagens”, “despolidos” e “vagabundos e ociosos” reforçam essa questão.

Vale salientar a própria republicação da matéria do *Jornal do Crato* pelo *O Povo*. Nota-se que a imprensa cearense, tanto no interior como na capital, compartilhavam as mesmas opiniões sobre o Caldeirão. Além disso, pode-se afirmar que é uma forma de informar aos leitores de Fortaleza a abordagem dada por um veículo situado na cidade onde o Caldeirão estava situado, ou seja, uma visão próxima dos fatos.

A edição d’*O Povo*, do dia 12 de maio, também veicula uma reportagem, cujo conteúdo é baseado no depoimento do chefe de polícia, Capitão Cordeiro Neto, dado ao redator da matéria, sobre os fatos ocorridos na Serra do Araripe em 10 de maio:

“O Cap. José Bezerra, acompanhado de onze homens, cinco dos quais se distanciaram do seu grupo, resolvêra atacar um agrupamento de mulheres, nun lugar bastante perigoso. Assim agia, quando foi surpreendido por inumeros fanaticos. Estes dividiram se em seis grupos, sendo que cada um tomou conta de um militar. O massacre foi horrivel. Dele apenas saiu com vida o sargento Jaime, que se fez passar por morto, recebendo contudo fortes pauladas que o deixaram em estado de grave. Finda a chacina, os combatentes retiraram-se para um lugar que só ontem se veio a saber: Rasgão, no sopé da serra. Logo que chegamos a Joazeiro, empreendemos vôos de reconhecimento, nada encontrado, porém. Queremos crer que os fanáticos se acham dispersos na região, não sendo nada fácil sua captura” (O POVO, 1937: p.1).

Como foi dito anteriormente, a captura dos sertanejos do Caldeirão não era tarefa fácil, devido ao conhecimento que eles tinham da região. Isso fica evidente também na matéria do *Jornal do Crato* transcrita na mesma edição do dia 12 de maio, onde o repórter disfarçado relata que José Lourenço vivia em companhia de Valdevino, um “antigo morador da Serra, que conhece a palmo” (O POVO, 1937: p. 1), homem habilidoso, profundo conhecedor da região, guia de confiança do beato.

Outro aspecto que merece destaque nesse trecho é o fato de que o ataque a um grupo de mulheres foi percebido pelo chefe de polícia e, consequentemente, pelo *Jornal do Crato* e *O Povo*, como algo natural, inquestionável. Para Cordeiro Neto, o “massacre horrível” foi o cometido pelos remanescentes do Caldeirão contra os militares, opinião esta reforçada e legitimada pelos dois jornais.

O *Jornal O Nordeste* também compartilha desse mesmo posicionamento. Em trecho retirado de reportagem do dia 11 de maio de 1937, percebe-se a forma pejorativa e preconceituosa como esse veículo, que possui estreita ligação com a Igreja Católica, refere-se aos sertanejos do Caldeirão:

“Os fanáticos do Caldeirão, composto de míseras criaturas ignorantes que o beato José Lourenço, de Juazeiro, levava a se reunir em comunidade num arremedo de organização religiosa, foram, há pouco, dispersos pela polícia. Agora, numa espécie de reação contra aquella ordem das autoridades, os fanáticos prepararam uma emboscada à força commandada pelo capitão José Bezerra, composto de 11 homens, e que fazia reconhecimento do local, trucidando os soldados, poucos escapando sãos e salvos” (*O Nordeste*, maio de 1937: p. 1).

Já a matéria publicada no dia 11 de maio pelo jornal *O Povo* é o exemplo de como os fundadores dos veículos impressos, os jornalistas, os leitores e também os próprios governantes possuíam uma posição unânime em relação ao caso. A matéria abre espaço para a versão oficial dos acontecimentos anteriores ao conflito de 10 de maio de 1937, a partir da publicação do telegrama redigido pelo próprio capitão José Bezerra. Percebe-se, no trecho a seguir, a urgência das tropas estaduais em perseguir e destruir os remanescentes, pois soltos poderiam se juntar e retomar os trabalhos em comunidade:

“Juazeiro do Norte, 10 (7b. 15) - Chegou aqui o delegado da polícia do Crato pedindo socorro, pois aquela cidade está sendo ameaçada por parte dos fanáticos, chefiados por Severino Tavares, membro de José Lourenço. Referido grupo de fanáticos estava localizado nos lugares Rasgão e Mata dos Cavalos, no sopé da serra do Araripe, distante quatro léguas do Crato. Sigo nesta ocasião com a pequena força de que disponho, afim de prender os mencionados fanáticos. Fica respondendo pelo comando desta Companhia o tenente João Lima. Hoje ainda, direi o resultado da diligência. – capitão Bezerra, comandante da Cia.”. (*O Povo*, 1937: p.1).

O Nordeste também recorreu às fontes oficiais para fundamentar seus textos. Em 13 de maio de 1937 publicou, na íntegra, o telegrama o “exmo. sr. Capitão Chefe de Polícia (do Ceará) recebeu, nesta data” (*O Estado*, 1937: p. 1) do então delegado de segurança pública de Pernambuco, Dr. Adalberto Maciel, afirmando que o seu estado estava de prontidão para prender os “fanáticos” do Caldeirão que chegassem até lá.

O Estado também ignorou a versão dos “fanáticos” do Caldeirão. Além disso, na mesma matéria publicada no dia 10 de maio de 1937, o jornal mostrou profunda consternação com a morte de José Bezerra, prestando-lhe homenagem póstuma e honrando a bravura do capitão:

Registrando sua morte no campo de honra, fazemo-lo com o mais vivo sentimento de pesar, e expressamos a nossa mágoa a sua desolada esposa e família, bem assim a briosa corporação de que era um dos elementos de vivo destaque. (*O ESTADO*, maio de 1937: p.20).

Esses discursos foram construídos a partir da versão oficial dos fatos, da preocupação em combater o Caldeirão e seus seguidores. Já em relação aos companheiros de José Lourenço mortos no conflito, além de o governo não oferecer nenhuma honraria, a imprensa não lhes deu atenção.

Consta-se, a partir da leitura das fontes, a postura tendenciosa da imprensa sobre tais fatos. As reportagens publicadas n'O Povo, n'O Estado e n'O Nordeste reforçavam a ilegalidade, a improcedência da comunidade, e por isso criticavam repetidamente o beato José Lourenço e seu grupo.

Portanto, pode-se afirmar que o esquecimento do Caldeirão, da memória oficial, já foi sendo construído a partir do momento em que os fatos do Caldeirão eram abordados pela imprensa, como foi o caso da seção Necessidades do Interior, publicado n'O Nordeste, assinada por Meton Vieira, que, em 13 de maio de 1937, alertou os leitores sobre a presença de “beatos que cantam misticismo da sua raça de caboclos” no município de Jardim, interior do Ceará. O autor do texto é contundente, ao afirmar que esses fanáticos, semelhantes aos sertanejos do Caldeirão que *“estrapalham deshumanamente um capitão de polícia”*, não condiziam com o progresso do município. Ele afirma que:

“Antigamente, Jardim era a cidade roceira. Hoje é uma cidade modernizada. Já tem luz elétrica. Nos seus proximos arredores cerca de 22 motores moem canna, em logar do engenho atrasado, de outrora” (O Nordeste, maio de 1937: p.4).

Percebe-se, pois, que a forma como esse tema foi abordado induziu a opinião pública a voluntariamente esquecer aquilo que era considerado “arcaico” para os ares de modernidade por que sociedade estava ansiando naquele momento. Não apenas em relação ao Caldeirão, mas também às outras experiências semelhantes às ideias propagadas por José Lourenço.

A única matéria em que os remanescentes do Caldeirão foram ouvidos foi publicada no dia 21 de maio de 1937:

“A reportagem do O Povo procurou ouvi-los pela manhã de hoje. Os homens negam peremptoriamente que sejam fanáticos. Conversando com Valdevino Pereira dos Santos, indivíduo moreno, cego de um olho, de barba esquelética, roupa escura e preta, colhemos deles as seguintes declarações (...) “A’ cerca da santidade do beato, não acredito nada.

Sei apenas que é um homem como os outros, muito trabalhador e caridoso. Por isso é muito querido". (*O Povo*, maio de 1937: p. 1).

Mesmo publicando a versão dos remanescentes do Caldeirão presos, o jornal *O Povo* continuou desqualificando-os, quando noticiou a prisão *de “nada menos de 29 fanáticos, entre homens e mulheres, todos adeptos do beato Zé Lourenço”* (*O Povo*, maio de 1937: p. 1). Além disso, constata-se que o jornal tratava essas pessoas como meros objetos, que interessavam apenas para reforçar o discurso preconceituoso, propagado pelo veículo, durante todo o período em que existiu o Caldeirão.

Fanáticos do Caldeirão em Fortaleza

Interessantes Declarações feitas á Reportagem do O POVO

Como eles vêm o Beato Ze- lourenço

O trem horário que á noite de ontem chegou á Central da Rêde de Viação Cearense trouxe uma carga humana muito interessante para a reportagem dos jornais. Nada menos de vinte e nove fanáticos, entre homens e mulheres, todos adeptos do beato Ze-
lourenço, vieram presos de Joazeirô, para, nesta capital, seguirem o destino que a policia lhes der.

Aprisionados em suas proprias choupanas após os sangrentos sucessos da serra do Araripe, os fanáticos, atulhados num vagão da R.V.C., chegaram aqui escoltados por uma patrulha embalada, e foram conduzidos á Policia Maritima, em cujo albergue se encontram.

A reportagem do O POVO procurou ouvi-los pela manhã de hoje.

Os homens negam peremptoriamente que sejam fanáticos.

Conversando com Valdevino Pereira dos Santos, individuo moreno, cego de um olho, de barba esqualida, roupa escura e preta, colhemos dele as seguintes declarações:

— «Foragido do Caldeirão, o «beato» quasi nunca aparecia nos ajuntamentos. Foi ele quem deu dinheiro para nós

sairmos dali, e por isso o seguimos. Quando tinha de dar algum conselho, fazia-o por intermédio de Severinô. Zelourenço aparecia ora aqui, ora ali, de sorte que ninguem pudesse encontrá-lo.

A' cerca da santidade do beato, não acredito nada. Sei apenas que é um homem como os outros, muito trabalhador e caridoso. Por isso, é muito querido.

Acho difficil a policia prender José Lourenço, pois a terra em que ele anda é quasi desconhecida e mesmo pode ele ter fugido».

As declarações que nós fizemos os companheiros de Valdevino foram identicas.

As mulheres, por serem menos experientes, manifestam-se mais crentes no beato e o julgam um semi deus, a quem é devida cega obediencia.

Dentre elas destacam-se algumas de côr branca, pele rosea e assetinada, vestido, porém, habito preto, do qual se exhala um máo cheiro insuportavel.

Conforme nos declarou anteriormente, o sr. chefe de policia pretende fazer embarcar todos os fanáticos para suas terras de origem.

Ilustração 3 - Matéria publicada no dia 21 de maio de 1937, única em que os moradores do caldeirão foram ouvidos

O jornal *O Estado* também deu destaque aos seguidores de José Lourenço e, assim como *O Povo*, de forma negativa. Na edição de 15 de maio de 1937, o veículo destacou duas imagens de três remanescentes do Caldeirão, mortos no combate de 10 de maio. Uma das fotografias está presente na capa do jornal, com chamada para a matéria completa sobre os “Ecos da tragédia na Serra do Araripe”, publicada na página 4. É lá que está a segunda foto dos remanescentes mortos. O *O Estado* explica ao leitor que

nessa edição o jornal divulga “duas fotografias sensacionais. Elas representam os corpos de três fanáticos mortos no conflito de Conceição, e cujos cadáveres foram encontrados ao lado do Cap. José Bezerra” (*O Estado*, maio de 1934, p. 4).

A divulgação das imagens desses sertanejos pode ser interpretada a partir da perspectiva de que, apesar da morte do capitão José Bezerra e, principalmente, pela habilidade em evadir-se pelas terras áridas do sertão, dificultando a perseguição e a aniquilação total e completa do Caldeirão, os combatentes conseguiram capturar e matar alguns dos seguidores do beato. Seria, então, uma forma de mostrar aos leitores o que estava sendo feito, que apesar do falecimento de membros das tropas oficiais o Caldeirão também sofreu baixas e que a efetiva destruição dos remanescentes da comunidade não tardaria a acontecer.



Ilustração 4 - Matéria publicada no dia 15 de maio de 1937, página 4, com foto dos três remanescentes do Caldeirão mortos no combate

A ameaça que o Caldeirão representava não se traduz apenas no uso de adjetivos pejorativos, veiculados nas reportagens, além de denúncias dos supostos atos de crueldade cometidos pelos sertanejos contra os comandantes do exército, durante o conflito de 10 de maio de 1937. Ao se analisarem as matérias, pode-se constatar que muitas delas faziam apelos aos governantes por uma solução mais drástica, para combater os sertanejos do Caldeirão.

O próprio jornal *O Povo* fazia uso desse recurso. Ao transcrever a matéria, primeiramente publicada pelo *Jornal do Crato*, *O Povo* assumiu a mesma postura que o veículo interiorano teve em relação à urgência de se combater o Caldeirão:

Por isto, julgamos prestar grande serviço à nossa terra dando notícia da existência dentro das fronteiras do nosso município, deste cenaro social, afim de que, esclarecidos os poderes públicos, possam tomar, quanto antes, as medidas ditadas por um sã patriotismo e reclamados pela ordem pública. (O POVO, 1937: p.8).

1.3. Comparar para esquecer

Com o objetivo de justificar o combate ao Caldeirão, as camadas dominantes acusavam José Lourenço de fundar, em pleno sertão nordestino, um núcleo comunista. Conforme visto anteriormente, os ideais de trabalho e de vida pregados pelo beato comungavam com o modelo socialista, tão em voga, na década de 1930, no Brasil.

A partir dessa premissa, os jornais da época difundiam, em suas páginas, a comparação entre o Caldeirão e o comunismo. Ou simplesmente alardeavam que as famílias corriam perigo com a consolidação dessa nova corrente política, de modo que, quando as reportagens traçassem um paralelo do regime com o Caldeirão, os leitores acreditassem na veracidade dessa relação e apoiassem a perseguição contra José Lourenço e seu povo.

Nesse sentido, pode-se destacar a própria seção “Socialismo e Catholicismo”, publicada em 01 de abril a 07 de maio de 1937, já citada anteriormente. A partir da leitura do texto, percebe-se, além da questão da “institucionalização do sentido”, que a Igreja Católica, por meio do jornal *O Nordeste*, sabia das dificuldades enfrentadas pela grande maioria da população local. Todavia, o mesmo fragmento leva ao entendimento de que, cientes do poder revolucionário do socialismo, a Igreja e as elites passavam a ideia de redenção dos problemas por meio da fé, dos ensinamentos religiosos, como forma de controlar essa massa tão sedenta de transformações e de melhoria de vida.

O jornal *O Estado*, por sua vez, na edição de 10 de maio de 1937, aproximou a experiência do Caldeirão com a de Canudos. Afirma que a comunidade de José Lourenço era uma renovação daquilo que foi realizado por Antônio Conselheiro em Belo Monte, enfatizando o perigo da volta “desse novo surto de fanatismo”, acompanhado de extrema violência.

“O fato de José Lourenço haver fugido fazia prever a possibilidade, que agora se verificou, de um novo surto de fanatismo, com os ares de um Canudos, que se renova – desta vez com uma demonstração de ferocidade que produziu uma verdadeira tragédia” (O ESTADO, maio de 1937: p. 1).

O jornal O Povo, por sua vez, publicou, em 2 de março de 1935, um artigo assinado por Antônio de Alcântara Machado em que não compara o beato ao Antônio Conselheiro, mas enumera semelhanças, principalmente de ordem religiosa, entre os dois líderes. O autor inicia seu texto afirmando que “dois malandros do Ceará, José Lourenço e Severino (Tavares), andam explorando no Vale do Cariri a memória do Padre Cícero” (*O Povo*, março de 1934, p.2). Contudo, como já se abordou nesta pesquisa, a formação religiosa do beato, bem como o surgimento do Caldeirão, tiveram como principal incentivador o próprio Padre Cícero.

Em seguida, Machado parte para a relação entre José Lourenço e o líder de Canudos:

“José Lourenço não é nenhum Antônio Conselheiro, não se limita a receber a veneração e romper o misticismo analfabeto dos fieis, mas exige deles uma devoção em trabalho, lhes impõe uma penitencia de tantas horas de enxada, é bem possível que acabem por descrever de iluminados e beatos” (*O Povo*, março de 1935: p. 4).

Mesmo não igualando o beato do Caldeirão a Antônio Conselheiro, a menção a Canudos já aponta para o fato de que a imprensa e determinados grupos ou indivíduos já estavam em alerta. Por mais que não fossem necessariamente iguais, José Lourenço deveria ter o mesmo fim de Conselheiro. Além disso, quando Machado cita o misticismo, constata-se o aspecto messiânico do Caldeirão. Assim, apesar não ser classificado dessa forma pelo autor do artigo, José Lourenço guiava seus seguidores a partir do trabalho, da fé e da vivência em comunidade, ideias que precisavam ser combatidas e esquecidas.

O jornal *O Povo* ampliou a abordagem do tema para além da simples comparação entre Canudos e comunismo. Aludindo a um novo perigo para a população. No dia 18 de maio de 1937 foi publicada uma matéria intitulada “Um Novo Caldeirão?”. Em primeira página, o texto fazia uma espécie de denúncia, em um tom pessoal, relatando não apenas ao leitor, mas principalmente ao

próprio jornal, a preocupação diante do surgimento de uma nova comunidade semelhante à comandada por Zé Lourenço. Isso porque a publicação da matéria foi motivada, a partir de um texto enviado ao próprio jornal *O Povo*, que, por sua vez, deu continuidade ao assunto.

Escrevem-nos de Senador Pompeu. Tendo lido o noticiário do vosso conceituado jornal sobre a trágica ocorrência de Caldeirão em que perderam a vida o capitão José Bezerra e seus soldados, venho pedir a v.s. a publicação dessas linhas (...) No dia 10 corrente, realizaram ali uma festa em que tomaram parte mais de duzentos fanáticos, em trajes exóticos, com enfeites e botões pretos e cruzes encarnados nos braços... (O POVO, 1937: p.1).

Um novo Caldeirão ?

Os Fanáticos de Pedra Branca são partidários da Monarquia

Mais de duzentos, em Trajes exóticos, tomaram Parte na Festa do Dia dez

Escrevem-nos de Senador Pompeu:

Tendo lido o noticiário do vosso conceituado jornal sobre a trágica ocorrência de Caldeirão em que perderam a vida o capitão José Bezerra e seus soldados, venho pedir a v. s. a publicação dessas linhas.

No vizinho município de Pedra Branca, no lugar Cabeça Seca, um prospero agricultor residente ali, influenciado por um individuo chegado ha pouco do Estado de S. Paulo, fundou uma especie de nucleo de fanaticos, que dizem ser partidarios do regime monarchista.

No dia 10 do corrente, realizaram ali uma festa em que tomaram parte mais de duzentos fanaticos, em trajes exóticos, com enfeites e botões pretos e cruzes encarnadas nos braços, dando vivas a D. Pedro II, á monar-

quia e a seu chefe, a quem obedecem cegamente. Para a referida festa foram abatidos 8 caprinos e lanigeros.

Convem levar o fato ao conhecimento das autoridades para que não se repitam cenas desagradaveis como as que ocorreram em Caldeirão.

N. R.—Cumpra ás autoridades agir com intelligencia e cautela no combate a mais esse núcleo de fanatismo que reponta em nosso Estado. O caso é mais de catequese, de ensinamentos prontos e eficazes do que mesmo de policia. Tomando providencias oportunas e esclarecidas, o governo poderá extirpar essas deploraveis manifestações da ignorancia sertaneja, fazendo penetrar na orbita social aqueles que dela se encontram afastados á falta de instrucção.

Ilustração 5 - Matéria publicada no dia 18 de maio de 1937, a primeira que abordava o surgimento do "novo Caldeirão".

Vale ressaltar que o texto citado acima não foi assinado, o que já descaracteriza o conceito de carta do leitor. Apesar de estar localizado no primeiro caderno, o que evidencia a relevância da denúncia do Jornal *O Povo*

com ela, o texto foi publicado na íntegra, ou seja, não foi utilizado apenas como fonte para o jornal, algo que é comum hoje em dia nas redações dos principais jornais impressos, ou publicado em uma seção específica. Além disso, é interessante perceber que a denúncia do próprio leitor sobre a possível criação de um novo Caldeirão já é o resultado da própria abordagem do fato pela imprensa local, ou seja, uma visão influenciada pelos próprios jornais. É a memória oficial sendo construída, a partir da interferência do cidadão comum, que se posiciona de forma contrária em relação ao Caldeirão e a qualquer experiência que fosse semelhante à comunidade do beato José Lourenço.

O “Novo Caldeirão” foi abordado novamente pelo *O Povo* nos dias 19 e 20 de maio. Nota-se a preocupação em retomar o assunto rapidamente, como tentativa de manipular a opinião pública. A reportagem do dia 20, por exemplo, dá fim ao caso, afirmando que a comunidade localizada no município cearense de Pedra Branca, conforme denúncia do leitor, já havia sido extinta. A edição publica a imagem do líder do “antro de fanatismo semelhante ao de Caldeirão” (O POVO, maio de 1937: p. 1), Mestre Silvino, junto com sua esposa e filho.

O uso da imagem associada à maneira como Mestre Silvino foi retratado pelo chefe de polícia do Ceará, Capitão Cordeiro Neto, cujo depoimento foi publicado na íntegra pelo *O Povo*, apresenta o líder do grupo de Pedra Branca como perigoso e explorador de seus próprios seguidores:

“Está completamente extinto o antro de Maria Pereira, que estava localizado no sopé da serra dos Marroás e sete leguas da cidade. Como se vê, era um caso destituído de grande significado e que não se podia comparar com o do Caldeirão. Tendo conhecimento do feito por intermedio do delegado local, enviei uma diligencia, que procedeu a uma batida, e ontem cheguei áquele municipio. O acesso ao nucleo de Silvino é feito com sacrificio. Quando cheguei lá, já o delegado estava com o beato no xadrez. Minha preocupação, portanto, foi apenas de dar baixa nos tenentes e tratar de convencê los de que aquilo não passava de uma pantomina e grossa exploração por parte de Silvino” (O POVO, maio de 1937: p.1).

Na edição do dia 19 de maio, o jornal também desqualificou os seguidores de Silvino e o próprio beato, quando descreveu o chefe de Pedra Branca como “*caboclo de cincoenta anos presumiveis, conquistou facilmente a matutada que o rodeia, de maneira a ser cegamente obediente e acreditado*” (O Povo, maio de 1937: p. 4).

Nota-se que Cordeiro Neto, em seu depoimento, tenta amenizar o ocorrido, ao afirmar que o caso de Pedra Branca não representava o mesmo perigo que o Caldeirão, tanto que as duas comunidades não podiam sequer ser comparadas. Contudo, a rápida ação para capturar Silvino apontou para a preocupação de destruir qualquer experiência que tivesse o mínimo de semelhança com o Caldeirão. Além disso, sugeria aos leitores e à opinião pública a ideia de eficiência da polícia diante da situação e que o erro de ter deixado José Lourenço e seus seguidores “sobreviverem” por mais de dez anos não seria cometido novamente.

O beato Silvino foi classificado de fanático por suas manifestações religiosas, pelos “trajes exóticos, com enfeites e botões pretos e cruzes encarnadas nos braços” (*O Povo*, 1937: p. 1).



Ilustração 6 - Imagem de Mestre Silvino e sua família, publicada em 25 de maio de 1937 pelo jornal *O Povo*.

As reportagens publicadas no jornal *O Povo* sobre o “novo Caldeirão”, assim como as demais matérias dos jornais *O Estado* e *O Nordeste*, retratou bem a preocupação de se combater não apenas a comunidade liderada por José Lourenço, mas todo e qualquer grupo que não estivesse de acordo com

os interesses da elite dominante do Ceará nesse período. Assim, ao traçar um paralelo com o Comunismo, com Canudos e com outras experiências camponesas e religiosas, os jornais da época legitimavam o seu combate e davam a sua parcela de contribuição no processo que levou ao esquecimento do Caldeirão.

CAPÍTULO II

“LUTAS NO SERTÃO”: O MILAGRE POLÍTICO DE JOSÉ LOURENÇO E PADRE CÍCERO

“Por isso, toda tentativa de arregimentação das populações rurais sempre foi duramente combatida, a ferro e fogo, pelos dominadores, fosse na Colônia, no Império ou na República. Os escravos fugidos que formavam quilombos, os místicos dos sacrifícios sangrentos de Pedra Bonita, os *muckers* da colônia alemã do sul, os adeptos de Conselheiro, os homens do Contestado e do Caldeirão, sem contar os ajuntamentos menores, múltiplos, por todo o Brasil, foram atacados impiedosamente e destruídos até as raízes. Bastava que revelassem o menor indício de tentativa de romper o estado de coisas reinantes no campo: o monopólio da terra, as relações semifeudais de produção, o domínio absoluto do grande proprietário rural.”

Rui Facó

2.1. Política, poder e religião

O processo de reordenação política e econômica de Juazeiro do Norte foi o fator-chave para o combate ao Caldeirão. O principal representante desse movimento foi o já citado Floro Bartolomeu. Nascido em 17 de agosto de 1876, natural de Salvador, Bahia, ele chegou a Juazeiro do Norte em 1908 e, em pouco tempo, tornou-se o homem de confiança de Padre Cícero Romão Batista. Foi Floro Bartolomeu quem o convenceu a entrar de vez na política. Até então, Padre Cícero era visto como o grande líder de Juazeiro do Norte, mas no âmbito religioso, graças às suas ações no âmbito do catolicismo popular. Sua participação na política e, conseqüentemente, sua aliança com as camadas dominantes, contribuiu para a manutenção e a prosperidade de Juazeiro do Norte, tendo como seu braço direito, Floro Bartolomeu.

Com a bênção de Padre Cícero, não demorou muito para Floro Bartolomeu se tornar uma figura conhecida e respeitada por todo o Vale do Cariri. Ganhou, progressivamente, prestígio político. Foi eleito deputado estadual e, em seguida, federal, o que comprova que seus feitos, a partir da aliança com Padre Cícero, não se restringiam apenas aos limites de Juazeiro do Norte.

A história do Padre Cícero se confunde com a de Juazeiro do Norte. Nascido no Crato, Cícero Romão Batista, mais um sertanejo humilde, como tantos outros, ordenou-se padre aos 26 anos. Seus estudos no Seminário da Prainha, que seguia a orientação católica estritamente romana, não impediram que ele seguisse seus ideais. Ele costumava dizer que seu trabalho só foi possível por causa de um sonho, no qual Juazeiro do Norte seria o local para onde Jesus mandaria os mais pobres de seus filhos. Caberia, então, a Padre Cícero dar trabalho e dignidade aos humildes moradores de Juazeiro. Sabendo das intenções de Padre Cícero, beatas e beatos seguiam para Juazeiro do Norte, dentre eles o líder do Caldeirão, José Lourenço. Além disso, milhares de famílias de sertanejos miseráveis, assolados pela seca, pediam a bênção e a oportunidade de trabalhar para o “Padim”.

A preocupação em combater o catolicismo popular pregado por Padre Cícero foi potencializada por um fato, que ocorreu em 1889, no altar da Paróquia de Nossa Senhora das Dores. Ao dar a comunhão para a beata Maria de Araújo, 28 anos, solteira, a hóstia, em um ato considerado milagre divino, pelos seguidores do “padim”, se transformou em sangue. Foi o que bastou para dar visibilidade aos feitos de Padre Cícero e seus seguidores. Conforme descreve Lopes:

“Estes fatos relatados por Pe. Cícero trouxeram um verdadeiro rebuliço no clero. Uns diziam que era milagre, outros afirmavam ser embuste. A verdade é que os fenômenos promoveram um forte movimento religioso popular: as romarias. Juazeiro passa a ser um local sagrado para o sertanejo. Juazeiro fica repleto de beatos e beatas, que produzem crenças inspiradas no sangue derramado. Essas crenças giravam em torno da idéia de que o fenômeno era um sinal dos últimos tempos. O homem deveria preparar-se. Podemos interpretar isso como uma forma de esperança dos camponeses oprimidos na chegada de uma intervenção divina que trouxesse uma nova ordem social. O milagre era visto como uma prova concreta de que Cristo escolheu Juazeiro para a Redenção. Os fatos extraordinários tiveram uma considerável repercussão entre os sertanejos. Através do catolicismo popular, eles deram vida e (re)criaram o milagre” (LOPES, 1995: p. 31)

A popularidade do “Padim” passou a incomodar a alta hierarquia eclesiástica. Um de seus principais combatentes foi o então bispo do Ceará, D. Joaquim José Vieira, que ficou alheio em um primeiro momento, a todo o movimento criado em Juazeiro do Norte, considerando que, com o passar do

tempo, Padre Cícero e seus milagres caíam em esquecimento, algo que não aconteceu.

Após constatar que a repercussão dos milagres de Juazeiro do Norte não era algo passageiro, D. Joaquim se mobilizou para combater e desmoralizar Padre Cícero. Entretanto, os sertanejos pobres continuaram a seguir os ensinamentos do “Padim”. Quem, de fato, seguia as ordens do bispo eram os membros do clero, que se sentiram acuados, por conta das punições impostas a Cícero e Padre Cícero, padres da primeira comissão criada por Dom Joaquim, que constataram, em setembro de 1891, a sobrenaturalidade dos fatos.

A conclusão da segunda comissão criada pelo Bispo, para comprovar a fraude do milagre logo após a suspensão da ordem de Cícero e Padre Cícero, em nada mudou o pensamento das camadas leigas do catolicismo sertanejo, como ressalta Barros:

“Enquanto o Bispo acumulava provas contra os milagres e proibia o Padre Cícero a confessar e pregar na Diocese do Ceará, o prestígio do Padre crescia. As romarias aumentavam e os matutos traziam agora, ao “padre perseguido”, não mais apenas presentes e oferendas, mas dinheiro, muito dinheiro. E as vistas das autoridades cresciam para aquela riqueza. Crescia também a propaganda do prodígio em todo o Nordeste e o Padre Cícero não pregava de púlpito a descrença do milagre”. (BARROS, 1995, p.266).

Para satisfação de Dom Joaquim, o Santo Ofício decidiu, em 1894, contra a sobrenaturalidade dos milagres de Juazeiro. Barros afirma que, para o Bispo, a decisão acarretaria o aniquilamento de Juazeiro do Norte, que deixaria de ser um “antro de peregrinações”. As visitas à beata ficavam proibidas. Todos os escritos, fotos e medalhas que mencionassem o milagre da hóstia deveriam ser queimados. Os padres e leigos foram proibidos de escrever ou de falar sobre os fenômenos. Caso descumprissem a ordem, seriam excomungados.

Além disso, Dom Joaquim ordenou que a beata Maria de Araújo saísse de Juazeiro do Norte para morar em Barbalha. E suspendeu as ordens sacerdotais de Padre Cícero, que chegou a viajar para Roma, em 1898, onde se encontrou com o Papa Leão XIII e com a Congregação do Santo Ofício. Lá,

conseguiu a absolvição, mas, ao voltar para Juazeiro do Norte, o Vaticano revogou a decisão, excomungando-o.

A partir da suspensão de suas ordens religiosas, impostas pelo Vaticano, o então amigo Floro Bartolomeu convenceu Padre Cícero a ingressar de vez na política. Isso porque, mesmo com seu poder religioso enfraquecido pela Igreja, os sertanejos ainda o consideravam um homem santo, além de possuir respeito e admiração entre os políticos e grandes proprietários de terra da região. *“Enquanto Floro Bartolomeu decidia os assuntos políticos, Padre Cícero mandava distribuir seus romeiros entre os donos de sítios do Cariri”* (FACÓ, 2006: p. 177).

Ao se citar Rui Facó, neste trabalho, vale salientar o período e as motivações políticas e econômicas nos quais ele estava inserido. Comunista, o pesquisador publicou sua obra mais conhecida, *Cangaceiros e Fanáticos*, em 1963, mas começou a escrever a partir da década de 1950. Levando-se em consideração o contexto do qual Facó fazia parte, a sua visão de quem foi e o que representou Floro Bartolomeu no Juazeiro, a relação dele com Padre Cícero e com os governantes, proprietários de terra e a ascendente burguesia, condiz, de certa forma, com o pensamento vigente no período em que o autor viveu e produziu seus estudos. Para Facó, por exemplo, Floro Bartolomeu era:

“O misto de coronel e burguês, de latifundiário e capitalista, simultaneamente chefe de cangaço e político das grandes capitais, e que, nos meios políticos, seja do município, do estado ou em âmbito nacional, vai defender diretamente os interesses de sua grei, mas procurando conciliar por todos os meios os interesses da burguesia e do latifundiário” (FACÓ, 2006, p. 164).

Por sua vez, Régis Lopes ressalta que a obra de Rui Facó *“representa um significativo avanço em relação ao produzido sobre os movimentos sociais camponeses de inspiração religiosa”* (LOPES, 1995, p. 185). Lopes afirma que a visão do autor estava voltada apenas para o aspecto econômico, sendo a religiosidade apenas uma “capa”, uma característica que não trazia informações concretas para a análise da experiência da comunidade.

Outro tema presente no livro *Cangaceiros e Fanáticos* é a questão da luta agrária. Conforme ressalta o historiador Wescley Rodrigues Dutra (2010), fazendo referência ao período em que Rui Facó escreveu o livro, começavam a

surgir no Brasil questionamentos acerca das diferenças entre o Nordeste, região vista sempre como a mais atrasada do país, e o Sul, como o berço do progresso, com os Estados mais ricos e civilizados. *“A obra foi escrita em um momento no qual o país se sensibilizava com a realidade nordestina e buscava soluções”* (DUTRA, 2010).

Ou seja, Facó acreditava que os problemas sociais, no Nordeste, se resolveriam quando mudanças estruturais, no que diz respeito à questão da terra, fossem tomadas. Que a pobreza, a miséria, a desigualdade social, dentre outros aspectos, seriam extintos a partir de um sistemático trabalho de reforma agrária na região.

Entretanto, no caso do Caldeirão e do sítio Baixa Dantas, os aspectos econômicos e religiosos são intrínsecos à realidade nordestina e não podem ser estudados separadamente. Em setembro de 1923, por exemplo, Floro Bartolomeu proferiu um discurso, na Câmara Federal, com o objetivo de amenizar o episódio do Boi Mansinho e contradizer as acusações de que Juazeiro do Norte era uma cidade atrasada e repleta de “fanáticos”. Bartolomeu, em seu discurso, como aponta Régis Lopes, afirmou que Juazeiro era uma cidade normal, com problemas que são observados em qualquer outra do Brasil. Minimizou as romarias, afirmando que aqui e em outros países acontecem fenômenos semelhantes.

A questão é que, mesmo defendendo Juazeiro do Norte, em plena Câmara Federal, Floro Bartolomeu sabia que era uma cidade incomum. Por meio de seu discurso, dava a impressão de que as acusações de fanatismo e desordem eram improcedentes. Entretanto, ele, mais que ninguém, acreditava que Juazeiro do Norte possuía essas características. E foi, conhecidamente, o principal combatente do que considerava fanatismo e desordem. Para ele, todos aqueles sertanejos, todas as suas manifestações de fé representavam, um verdadeiro atraso. Por isso, dissimulado, fez questão de combater, de maneira veemente, José Lourenço, no caso do Boi Mansinho. Mas Bartolomeu usou e abusou da crueldade contra essas pessoas, conforme aponta Régis Lopes:

“Floro, com sua ânsia de urbanizar Juazeiro e acabar com os jagunços e beatos, que, ao seu ver, prejudicavam a cidade, chega ao extremo de criar a “rodagem”. Era o ápice de sua violência para com o povo. A

“rodagem” era simplesmente a matança, na estrada que liga Juazeiro ao Crato, de pessoas tidas como perigosas à ordem. Vemos, portanto, que o episódio da morte do Boi Mansinho não foi nenhuma novidade quando percebemos que a repressão se fazia presente diante de qualquer coisa que lembrasse desordem social ou fanatismo” (LOPES, 1995, p. 50).

Ainda no âmbito religioso e político, tendo como foco principal José Lourenço e seus sertanejos, vale salientar também a prática do catolicismo popular em Juazeiro do Norte e no sertão do Nordeste. Além de toda a questão que envolveu Padre Cícero e o milagre da beata Maria de Araújo, a preocupação maior dos coronéis e de alguns intelectuais da época, como por exemplo, Lourenço Filho⁷, era justamente com o que eles classificavam como “fanatismo religioso”.

O Caldeirão não usou, como alicerce, apenas o “aspecto religioso”, o catolicismo popular. A comunidade utilizava a fé para melhorar suas condições de vida e fugir da pobreza e das injustiças impostas por um contexto social desfavorável. O historiador Yves Delóye (2001), no artigo “A respeito dos ressentimentos identitários – Religião, passado e nacionalidade ideológicos na França”, publicado no livro *Memória e (Res)Sentimento*, afirma que o catolicismo não é apenas uma religião, mas principalmente uma identidade⁸.

⁷ Lourenço Filho nasceu em Porto Ferreira (SP) em 10 de março de 1897. Educador, teve participação ativa no movimento denominado Escola Nova (1920 e 1930), que possuía inspiração no Positivismo. Eles defendiam uma educação igualitária, laica e gratuita, para preparar as crianças de então para o desenvolvimento industrial, econômico e urbano por que o Brasil estava passando. Assumiu no ano de 1922 o cargo de Diretor da Instituição Pública do Ceará, ensinando também na Escola Normal de Fortaleza. Escreveu uma obra em que relatava suas impressões sobre Padre Cícero e a região, intitulada *Joazeiro do Padre Cícero – cenas e quadros do fanatismo no Nordeste*. O livro evidencia o fato de que o autor era influenciado pelo Evolucionismo, pela ideia de raça inferior e, sobretudo, pelo Positivismo. Por meio desta obra, Lourenço Filho exemplifica a “inferioridade racial do sertanejo como fonte geradora de desequilíbrios mentais ou sociais” (LOPES, 1995, p. 52). E foi justamente essa teoria preconceituosa que moldou o pensamento dos proprietários de terra, dos membros do governo de Juazeiro do Norte, do Ceará e, posteriormente, do Brasil, da burguesia em ascensão, daqueles que vislumbravam o progresso econômico, político e social da região e do país. Foi a partir das ideias de Lourenço Filho que todas estas pessoas se reuniram para lutar contra o que era classificado como atraso, fanatismo. Precisava-se, portanto, combater e varrer do mapa (e da memória) os sertanejos, os romeiros, os flagelados da seca, José Lourenço e seu povo.

⁸ O autor faz essa afirmação em artigo sobre a relação entre a religião, o passado e a ideologia nacional francês. Para o historiador, o catolicismo na França “*não é simplesmente uma religião, é uma identidade que a nação deve preservar sob o risco de colocar em perigo sua própria existência*” (DELÓYE, 2001: p. 509). E ainda afirma: “*Para todos, o catolicismo não é simplesmente uma religião, ainda menos uma confissão que se deve viver na intimidade da esfera privada, é uma identidade que a nação deve preservar aos olhos do mundo...*” (DELÓYE, 2001: p. 511).

Por isso, pode-se afirmar que foi a partir das crenças e manifestações religiosas que, no caso do Caldeirão, os sertanejos buscaram construir suas identidades e fazerem-se presentes, em uma realidade em que eles foram esquecidos, renegados e ignorados⁹.

Podemos afirmar que tanto Padre Cícero como José Lourenço foram profundamente influenciados pelas práticas populares do catolicismo, como fraternidade, justiça e solidariedade, visto que:

“As relações dos homens com o divino desdobraram-se necessariamente sobre questões ligadas à conceituação e à interpretação da cultura popular, na medida em que a experiência do sagrado é apropriada de maneiras diversas pelos grupos ou por indivíduos, caracterizando uma pluralidade de usos e de entendimentos” (GAETA, 1997)¹⁰

Entretanto, para os coronéis e intelectuais cearenses, como Clóvis Beviláqua¹¹, sob o impacto do Positivismo, corrente de pensamento tão em voga no período, o fanatismo religioso, por mais que tenha como principal representante Padre Cícero, era uma ameaça quando praticada pelos sertanejos, pelos flagelados da seca, pela massa que percorria quilômetros de distância, que largavam suas casas para seguir, em romarias, o “padim”, como pode-se constatar, a partir da perseguição e do combate ao Caldeirão.

⁹ Pode-se compreender que o Caldeirão foi o refúgio para a população tangida pela seca, em um movimento de diáspora. A acolhida e o ambiente que encontravam na comunidade eram diferentes dos acampamentos para refugiados da seca (campos de concentração), onde a cultura onde não tinham condição de encontrar continuidade. Conforme explica Stuart Hall: “Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de ‘tradição’, cujo teste é sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua ‘autenticidade’. É, claro, um mito – com todo o potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado às nossas vidas e dar sentido à nossa história” (2003: p. 29)

¹⁰ O artigo “A Cultura Clerical e a Folia Popular”, da historiadora Maria Aparecida Junqueira Veiga Gaeta, publicado em 1997 na Revista Brasileira de História, lança ao leitor reflexões sobre as características, diferenças e semelhanças entre o catolicismo popular e o catolicismo oficial. Ver mais: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200010&script=sci_arttext&lng=es Acesso em: 04/08/2011

¹¹ Considerado, por Ruy Barbosa, como o maior jurista brasileiro, Clóvis Beviláqua nasceu em Viçosa do Ceará e se formou em Direito no ano de 1882, em Recife. É considerado o principal responsável pela modernização do Direito Civil no País. Filósofo e professor, Beviláqua foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Também fez parte da Academia Francesa do Ceará, com inspirações positivistas, ao lado de outros intelectuais da época, como o historiador Capistrano de Abreu

Representantes das camadas dominantes não acreditavam no milagre da hóstia, mas apostavam nos dons da liderança política e econômica de Padre Cícero e no poder que ele exercia sobre as massas, nos seus bens, posses e terras. Era o oposto de José Lourenço, que, por sua vez, era um homem semianalfabeto, penitente, sem dinheiro, possuidor apenas do dom da oração e do conforto a milhares de pessoas iguais a ele: sertanejo, pobre e com uma fé inabalável em Deus.

O fato é que, graças ao milagre, Padre Cícero ganhou mais poder, tanto entre os sertanejos, ao considerá-lo então santo, como também no aspecto financeiro, conforme observado por Luitgarde Barros (1995). Portanto, fica clara a intenção de que os grandes políticos, os grandes proprietários de terra, as autoridades e os intelectuais combatiam o catolicismo popular, mas livraram os que poderiam auxiliá-los no aumento gradativo de seus poderes e, oportunamente, se uniram a eles, como foi no caso de Padre Cícero.

Quando o catolicismo se ajustou às necessidades dos mais pobres, passou a ser visto como “fanatismo”, e motivo para perseguir os seguidores do Beato José Lourenço e os romeiros de Padre Cícero. Todavia, os mesmos que os perseguiram sem trégua, aliaram-se ao principal nome do catolicismo popular, justamente por este acumular poder e riqueza, duas coisas que os sertanejos do Caldeirão, por exemplo, jamais tiveram ou ousaram possuir.

2.2. Oligarquias, religião e sedição

Antes da excomunhão de Padre Cícero, mais precisamente em 1924, a união entre o sacerdote e Floro Bartolomeu com os políticos locais se tornou mais evidente, graças ao evento conhecido como “Sedição de Juazeiro” e, principalmente, à aliança com Nogueira Aciolly, uma das figuras mais conhecidas, no que diz respeito ao coronelismo no Ceará e no Nordeste, tendo exercido seu poder entre os anos de 1896 a 1912. Nas palavras de Sebastião Ponte (1993), Accioly era a personificação da “raposa do Antigo Regime”:

“Em sua longa vivência, a oligarquia aciolina pautou-se por inúmeras arbitrariedades. Além do nepotismo, cometeu falcaturias financeiras e fraudes eleitorais. Contra seus ferrenhos opositores, lançou mão de empastelamento de jornais, deportações, espancamentos e assassinatos. Contra trabalhadores o tratamento não foi menos

virulento, vide os disparos de sua polícia para dissipar a greve dos catraeiros em 1904, matando duas pessoas e ferindo muitas”. (PONTE, 1993, p. 48).

A Sedição de Juazeiro se iniciou em 1911, quando Padre Cícero foi eleito prefeito da cidade e se colocou contra o presidente Hermes da Fonseca, favorável à política das salvação¹², manobra que visava à promoção da intervenção federal, com o objetivo de evitar que os opositores ao governo fossem eleitos para as esferas estaduais. Um dos Estados interditados por esta política foi o Ceará. Em 1912, derrubou-se o então coronel Nogueira Accioly, aliado de Padre Cícero e Floro Bartolomeu, dando-se lugar ao coronel Franco Rabelo¹³.

Nesse ano, houve eleição apenas para vice-governador. Padre Cícero, com sua fama, já percorrendo todo o sertão nordestino, conhecido por suas obras e seus milagres, foi eleito. A partir de então, começou a perseguição de Franco Rabelo a Padre Cícero. Para tentar conter os ataques e recuperar o poder, Floro Bartolomeu montou um verdadeiro exército de jagunços e romeiros, todos levados pela devoção a Padre Cícero. Os soldados de Franco Rabelo chegaram a Juazeiro e se depararam com esses homens, dispostos a darem suas vidas pelo “Padim Ciço”. Os enviados de Hermes da Fonseca foram facilmente derrotados.

Ainda não satisfeito, logo em seguida, Floro Bartolomeu partiu para o Rio de Janeiro. A ideia era conseguir mais adeptos da causa de seu amigo e aliado Padre Cícero. Obteve apoio do senador Pinheiro Machado. Enquanto

¹² O historiador Leonardo da Costa Ferreira, em sua dissertação intitulada “Memória, Política e na Obra de Amadeu Amaral entre 1916 e 1928, defendida em 2007 pela Universidade Federal Fluminense, aborda o tema em sua pesquisa. Ele explica ao leitor que o “presidente Hermes da Fonseca impôs a política das salvação, pela qual propunha ‘purificar’ as instituições republicanas, eliminando, assim, a corrupção e as fraudes eleitorais. Hermes da Fonseca promoveu, com isso, uma série de intervenções nos estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul e São Paulo” (FERREIRA, 2007: p. 22). Ver mais: http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_arquivos/6/TDE-2010-05-11T121035Z-2474/Publico/Dissert-2007_FERREIRA_Leonardo_da_Costa-S.pdf acesso em: 04/08/2011

¹³ Sebastião Rogério Ponte é um dos historiadores cearenses a que se recorre para contextualizar a saída de Nogueira Accioly do poder. O autor explica que Franco Rabelo exerceu seu cargo por apenas dois anos, pois “em 1914 da região do Cariri veio um exército de sertanejos, comandados por Padre Cícero, para depor pela força das armas o novo governo. A população de novo se preparou para mais um enfrentamento que acabou por não acontecer, face à intervenção do Governo Federal que substituiu Franco Rabelo por Setembrino de Carvalho (PONTE, 1999: p. 50)

isso, todo o exército que se formou em Juazeiro do Norte seguiu a pé para a capital Fortaleza, com a intenção de derrubar o governo.

A esquadilha da Marinha juntou-se aos soldados juazeirenses, cercando o litoral fortalezense. Sem muita escolha, Franco Rabelo foi deposto, entrando em seu lugar, em regime temporário, o interventor Setembrino de Carvalho. Foram escolhidos, por meio de eleição, Benjamin Liberato Barroso como governador e, mais uma vez, Padre Cícero como vice.

Vale salientar que o afastamento de Nogueira Accioly do poder, em 1912, se deu graças à revolta popular. Tanto os moradores de Fortaleza como os pobres sertanejos passaram a questionar as atrocidades cometidas contra a população durante a atuação de Accioly. Mesmo com toda a repressão às camadas mais pobres, aos sertanejos que Padre Cícero defendia em sua Juazeiro do Norte, era interessante para o sacerdote e demais políticos que a oligarquia Accioly continuasse. Tanto que, no dia 04 de janeiro de 1912, assinou-se o Pacto dos Coronéis, *“um dos documentos mais significativos da história do coronelismo brasileiro”* (FACÓ, 2009, p. 166).

Sob comando de Floro Bartolomeu, o Pacto dos Coronéis consistia em um acordo de paz, *“uma tentativa de reconciliação”* entre os principais chefes políticos e proprietários de terra do Estado, a partir da elevação de Juazeiro do Norte a município autônomo, com Padre Cícero sendo, a partir de então, o primeiro prefeito. Em assembleia, comandada pelo sacerdote, 17 coronéis, ou chefes de estados, reuniram-se em torno da paz e da ordem naquelas terras. Além disso, como explica Rui Facó, o pacto tinha como objetivo, mesmo que de forma implícita, a manutenção de Nogueira Accioly no poder, que nesse período já estava enfraquecida:

“(...) já não era segura a posição da oligarquia que, durante oito anos seguidos e mais quatro, depois de um breve intervalo, estivera à frente dos destinos políticos do estado. O governo Acióli, baseado fundamentalmente no poderio dos chefes políticos locais, fazendo a política que interessava aos latifundiários, incompatibilizara-se, de há muito, com a burguesia comercial de Fortaleza, com a pequena burguesia urbana, e contra ele se manifestavam os próprios operários, apesar de sua fraqueza numérica e de sua falta de organização. Assim, um dos objetivos do pacto dos coronéis era também mobilizar a opinião pública do estado a favor dos Aciólis, garantindo a seu governo a solidariedade e o apoio de seus grupos de cangaço, agora unificados” (FACÓ, 2009, p. 169).

Todavia, percebeu-se que a união entre os coronéis de menor expressão política e econômica não iria surtir efeito. O estopim de toda a revolta contra Accioly aconteceu 17 dias após a assinatura do Pacto dos Coronéis. Em 21 de janeiro de 1912, uma passeata de opositores da então oligarquia reuniu adultos e mais de 600 crianças. Nogueira Accioly, ignorando a presença destas, ordenou a cavalaria que combatesse todos os presentes na passeata, “pisoteando quem se encontrasse à frente” (PONTE, 1993, p. 48). A partir desse episódio, civis e policiais travaram combate direto, que acarretou na rendição de Nogueira Accioly.

Apesar da aliança entre Padre Cícero e políticos e fazendeiros, os mesmos que perseguiram e combateram o Caldeirão posteriormente, sua influência e, principalmente, sua presença, contribuíram para a permanência da comunidade por um tempo considerável. Antes da morte do religioso, em 1934, José Lourenço e seu povo eram até bem vistos por alguns proprietários de terra.

Essa questão fica evidente nas palavras de Régis Lopes, ao afirmar *que “a chamada ‘classe dominante’ ou ‘elite’ não possui uma visão única, mas várias perspectivas, que podem ser até conflitantes”* (LOPES, 1995: p. 94). Isso quer dizer que, por mais que existisse um movimento de combate e de apagamento da lembrança do Caldeirão, alguns fazendeiros mantinham uma relação pacífica com a comunidade. O historiador cearense, ao fazer essa afirmação, levou em consideração que, mesmo naquele período, não existia uma “classe dominante” unânime:

“Enquanto José Lourenço provocava admiração em alguns proprietários e até motivava-os a praticarem o cooperativismo, outros donos de terra e a Igreja elaboravam e/ou propagavam acusações contra o beato tipo “perigoso à ordem” ou “fanático”. Na realidade de líder popular, o beato é, então, várias vezes perseguido como criminoso” (LOPES, 1995, p. 94).

O pesquisador Lemuel Rodrigues da Silva explicou o motivo pelo qual o Caldeirão possuía uma boa relação com alguns vizinhos: porque, assim como fazia com os seus seguidores, José Lourenço Régis Lopes também tinha o hábito de ajudar aqueles que não estavam morando na comunidade, fosse ele um flagelado da seca ou um pequeno dono de terras. Em sua tese, defendida em 2010 pela Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN), Silva

ressalta que, durante a seca de 1932, o beato ajudava alguns proprietários de terra da região, reforçando ainda que a boa relação que Zé Lourenço mantinha com os fazendeiros ocorria por conta da influência de Padre Cícero. O autor afirma:

“Enquanto Cícero esteve vivo, ninguém o importunou. Segundo testemunhos, José ganhou simpatia de fazendeiros e de pequenos proprietários de terra da região que, em períodos de estiagens, recebia do beato ajuda com trabalhadores sem qualquer custo. Em 1932 (...) o Caldeirão foi essencial na ajuda aos flagelados da seca. Ao contrário dos currais do governo, as famílias eram bem tratadas e alimentadas, um oásis em pleno deserto” (RODRIGUES, 2010: p. 96)

2.2.1. Vítimas da seca e a imprensa cearense: constituição de “uma memória”

Régis Lopes (1995) acredita que a perseguição sofrida pelo beato Zé Lourenço começou a partir do caso “Boi Santo”. Entretanto, vale salientar também que a seca de 1932 serviu como estopim para o processo de extinção e apagamento do registro do Caldeirão na história do Ceará.

Para abrigar os famintos da seca, o Governo criou as Frentes de Serviço¹⁴. Em 1932, conforme aponta Kênia Sousa Rios (2004), sete “campos de concentração”: Crato, Quixeramobim, Ipu, Senador Pompeu, São Mateus e dois em Fortaleza. Provavelmente, foram criadas mais de uma frente de serviços para abrigar os flagelados que chegavam à capital.

Nos “campos de concentração”, os cearenses que sofriam com a seca recebiam alimentos do governo em troca da construção de obras, como estradas e palhoças, que favoreciam as camadas dominantes. Além disso, os campos de concentração, para as camadas dominantes, eram uma forma de controlar os flagelados e impedir que invadissem a capital cearense.

¹⁴ Conhecidas também como “Campos de Concentração do Ceará” ou “Currais do Governo”, as Frentes de Serviços foram criadas pelo Governo do Estado para retirar os milhares de sertanejos que sofriam com as secas que castigavam o estado, que saíam de suas cidades para a capital Fortaleza. Em 1932, as Frentes de Serviços foram criadas pelo governador Roberto Carneiro. A intenção, portanto, era a de evitar o convívio da massa faminta e doente com as camadas mais abastadas de Fortaleza, pois, sem perspectivas, os flagelados saíam do sertão em direção à capital, como tentativa de sobreviver à seca.

De acordo com Rios, a criação dessas frentes foi motivada com o intuito de separar os retirantes da seca das pessoas que compunham as classes dominantes, em ascensão no período. As fundadas no interior do Ceará tinham como objetivo impedir a ida dos sertanejos para Fortaleza. Entre abril e maio de 1932, muitos flagelados não mais chegaram à capital porque ficaram presos nos campos do interior (RIOS, 2004: p. 54) E as duas que existiam em Fortaleza serviam para isolar as classes mais abastadas dos retirantes que já estavam lá.

No Crato, o campo de concentração ficou conhecido como Curral de Buriti. Régis Lopes descreve como era o local.

“O Curral de Buriti era construído nas ruas formadas pelo alinhamento de palhoças que os flagelados faziam para se abrigarem no interior do campo. O Buriti chegou a ter milhares de flagelados vivendo (e morrendo) em condições indescritíveis. Certas áreas ficavam com um forte cheiro de fezes provenientes da diarreia que se alastrava por toda a parte. (LOPES, 1991, p.79)”

Outra maneira que alguns flagelados encontraram para escapar da seca foi se abrigarem no Caldeirão. Zé Lourenço e seu povo deram moradia e alimentaram aproximadamente **500 sertanejos**, que vinham de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. Muitos deles por lá ficaram, integrando-se ao sistema cooperativista de trabalho exercido pela comunidade.

Os flagelados da seca de 1932 encontravam, no Caldeirão, a única chance de sobrevivência, uma forma de fugir dos Campos de Concentração¹⁵

¹⁵ Entre as alternativas para fugir da fome, da sede e de outras mazelas inerentes à seca, os sertanejos viam no Caldeirão uma alternativa de sobrevivência. Os campos de concentração, para eles, significavam a certeza da morte e do abandono por parte das autoridades, que em nenhum momento se preocuparam em conter o sofrimento desses retirantes. Conforme explica Kênia de Sousa Rios: “No momento em que a seca de 1932 é declarada, a capital começa a tecer uma rede de relações com as quais se cria um cenário de terror. A imagem da preocupação com a seca e mais ainda com o flagelo dava respaldo e legitimidade aos projetos das elites para o controle da situação. Os poderes públicos bem como a burguesia de Fortaleza entendiam que era urgente conter a força demolidora da multidão que chegava de todas as partes do Estado. Os retirantes vinham de muitos municípios do Ceará e até de Estados vizinhos. Ocupavam os municípios do interior e Fortaleza. Vale destacar que a periferia da cidade ficou muito maior durante esta seca. O risco de ter seguido da compreensão de que a situação é trágica, portanto merece a atenção da burguesia caridosa e civilizada. No meio de várias polêmicas, a construção de ‘Campos de Concentração’ foi uma das idéias colocadas em prática pelos poderes públicos, para tentar salvar a cidade e os flagelados”. (RIOS, 2004: p. 40 e 41)

e, conseqüentemente, da morte. José Lourenço, a partir das relações de trabalho, fraternidade e orações, conforme os ensinamentos de Padre Cícero, conseguiu, apesar do número elevado de sertanejos e com a gravidade da seca, nesse ano especificamente, manter a população unida e sem conflitos internos.

A imagem transmitida, pela imprensa, para a população era a de que os flagelados da seca representavam a fome, as doenças e o atraso político, econômico e social. Isso já ocorria antes de 1932, conforme aponta a historiadora Marta Emisia Jacinto Barbosa (2004), em sua tese intitulada “Famintos do Ceará: imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX”. Ela aponta, dentre outras questões, que as fotografias dos sertanejos, publicadas nos jornais, aliadas ao modo como os jornalistas escreviam suas reportagens, foram cruciais para a “*construção de uma memória*” (BARBOSA, 2004: p. 246). Por isso, a pesquisadora afirma que as imagens publicadas nos periódicos:

“(...) montam um mosaico que provoca uma visualização da seca, a precariedade, a fome, a nudez, a escassez, o pitoresco e aprisiona os sujeitos fotografados de tal modo que, para além daquelas cenas, nada mais parece existir. A composição cria um efeito de quase dissolução entre as fotografias, talvez por numa tentativa de construir um quadro homogêneo para se refletir aqueles sujeitos e suas vidas. A citação, tipos, paisagens, modo de vestir e morar, já ressaltados em desde 1878, indicam traços do processo de constituição da reportagem, o que é preciso lembrar, o que deve ser recuperado para exibir no presente, o que vale destacar” (BARBOSA, 2004: p. 250)

A partir dessa citação, pode-se inferir que a cobertura dada pela imprensa cearense relacionava-se diretamente com a experiência do Caldeirão. Por mais que as matérias analisadas não façam referência direta aos sertanejos de José Lourenço como vítimas da seca, as fotos publicadas passavam para o leitor a ideia de que os moradores da comunidade representavam a fome, a miséria e o flagelo, contribuindo, assim, para a “construção de uma memória”.

Percebe-se essa questão no jornal O Estado de 11 de maio de 1937. Ao abordar o combate do dia anterior, com a morte do capitão José Bezerra, o jornal publicou uma das poucas imagens feitas dos seguidores de José

Lourenço. Ao descrever com detalhes o ocorrido, sempre lamentando a morte do capitão e reforçando a “fúria criminosa” dos sertanejos, o texto da matéria se refere aos habitantes do Caldeirão como “fanáticos e bandoleiros”.

Pode-se afirmar que o uso de certas imagens, a maneira como os moradores do Caldeirão eram retratados, desqualificavam os sertanejos e, além disso, reforçavam e legitimavam o combate à comunidade. Vale ressaltar que a fotografia usada no jornal O Estado, além de quase todo o registro que se conhece sobre o Caldeirão e seu povo, foi publicada em 1937, dentro do relatório “Ordem dos Penitentes”, elaborado por José Góes de Campos Barros para justificar e relatar a intervenção da Polícia no Caldeirão em setembro de 1936, conforme se verá a seguir. Nesse material, que foi amplamente divulgado pela imprensa, sendo inclusive publicado pelo próprio O Estado, Campos Góes classifica os seguidores do beato de “transviados”, chama José Lourenço de “preto sagaz” e afirma que o Caldeirão representa um “estado comunista e teocrático”.

2.3. Ameaça Comunista e Lembrança de Canudos

Junto ao carisma e ao poder de liderança que José Lourenço exercia, outros motivos levaram o Caldeirão a representar uma espécie de ameaça iminente, que acabaram influenciando o processo de combate à comunidade e seu conseqüente apagamento. Enquanto os fazendeiros vizinhos mantinham uma boa relação com o beato, políticos, latifundiários e a própria Igreja Católica viam, em toda aquela experiência, uma ameaça à ordem vigente.

Dentre as razões que foram usadas para justificar o processo de esquecimento do Caldeirão, estão a repercussão da Revolução Russa aqui e, por conseguinte, o surgimento e a consolidação dos Partidos Comunistas, ao redor do mundo, e mais especificamente a criação do PCB, no Brasil, em 1922. Antes desse período, assim como em outros países, o Comunismo era visto como uma consequência da Primeira Guerra Mundial. Por isso, como aponta o historiador Germano Molinari (1992), em sua dissertação intitulada “Controle Ideológico e Imprensa: o anti-comunismo n’O Estado de São Paulo (30-37)”, a Revolução Russa não provocou, em um primeiro momento, nenhuma reação contrária por parte dos países capitalistas.

O historiador reforça a ideia de que o Comunismo representaria um perigo iminente ao Ocidente, quando:

“(...) o estabelecimento do Comintern (Comunismo Internacional), em 1919 (...) inauguraria uma nova postura do mundo capitalista ocidental perante a revolução bolchevista. O surgimento de partidos comunistas em quase todas as partes do mundo e o seu confronto com a social-democracia mostravam a disseminação da ideologia comunista além das fronteiras russas. (MOLINARI, 1992, p. 24)”

Some-se a isso o fato de que, em 1922, estruturou-se a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Portanto, para Molinari, todos esses motivos foram cruciais para o combate às ideias comunistas.

A imprensa foi fundamental no combate às idéias comunistas, conforme aponta Bethania Mariani, no livro “O PCB e a Imprensa”. No Brasil, os jornais pós-1922 alertavam os leitores para a entrada do comunismo no País. As reportagens, segundo Mariani, chamavam a atenção para o perigo que a

propagação das ideias comunistas no Brasil representava para a família brasileira.

A pesquisadora ainda aponta para o fato de que era rara a presença de reportagens ou matérias, com a assinatura do próprio jornalista, que discutissem e/ou refletissem sobre a teoria política do Comunismo. Irá prevalecer, portanto, a maneira como os comunistas eram retratados – *“loucos astutos – os maus cidadãos (...) que correspondem a classe social inteira”* (MARIANI, 1992: p. 153).

Molinari explica que, no âmbito externo, a criação da imagem “subversiva” do comunismo foi propagada pela imprensa em diversos países, principalmente os europeus, além dos Estados Unidos, graças à presença de russos que fugiram de seu país de origem por serem contrários ao regime comunista, os “russos brancos” (MOLINARI, 1992: p. 25). Eles, em novas terras, usavam os jornais, revistas e folhetos, por exemplo, para propagar informações hostis ao regime e, com isso, alertar ao resto do mundo para o perigo iminente dessa nova ordem e a urgência de seu combate.

Pode-se constatar, portanto, que a imprensa foi um dos principais mecanismos de combate ao comunismo, tanto no Brasil como em outros países. Além de opor-se, pregava que a população deveria estar atenta para qualquer experiência que representasse ou tivesse ao menos alguma característica comunista, como parecia ser o caso do Caldeirão.

A presença do imigrante europeu no Brasil foi crucial para a proliferação de experiências comunistas no país, antes e durante a criação do PCB. Eles trouxeram da Europa os ideais anarquistas e socialistas, que ajudaram no “processo de formação do movimento sindical brasileiro” (MOLINARI, 1992, p. 27).

Os imigrantes anarquistas e socialistas, com histórico de lutas e reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida, logo se identificaram com os ideais comunistas vindos do Oriente. Mas a construção, por parte da imprensa, da imagem do operário propagador do comunismo no Brasil não ocorreu de forma imediata. Conforme explica Mariani, na década de 1920, os jornais viam os trabalhadores com certa condescendência. Esses operários se envolveram com os imigrantes e líderes anarquistas, como última tentativa de melhorar suas condições de vida. Após esse período, a partir da

consolidação do Comunismo no mundo e, conseqüentemente, no Brasil, a imprensa e as classes dominantes reviram suas opiniões, para atacar e combater o que consideravam representar perigo de ordem global, classificando seus simpatizantes como “bandidos, agitadores, criminosos e subversivos”.

Molinari aponta ainda outro fator para que, no Brasil, os operários deixassem de ser vistos de forma tolerante. Para ele:

“O fato de (...) o PCB dar uma dimensão nitidamente política à luta operária, gerou toda uma postura de temor, provocando uma reação concentrada de análises sobre o Comunismo, expressa particularmente nos órgãos de imprensa” (MOLINARI, 1992, p. 28).

O pesquisador Domingos Sávio de Oliveira Cordeiro, na sua obra intitulada *Um beato Líder: Narrativas Memoráveis do Caldeirão* (2004), faz referência aos aspectos do comunismo presentes naquela comunidade. Baseado nos relatos de alguns remanescentes, Cordeiro conclui que a presença de características dos ideais comunistas está mais relacionada à filosofia de trabalho e à igualdade entre todos, pregada por José Lourenço, a partir de sua afinidade com a religião. O pesquisador explica que:

“Revestidos de uma visão de mundo igualitário, o povo do Caldeirão teria construído na comunidade um modo de vida com relações equânimes, que se manifestava em um convívio equilibrado, col alteridade e capacidade de exercer, em ritos cotidianos, uma fé extraordinária” (CORDEIRO 2004, 1992, p. 88).

O beato e seus seguidores possuíam, segundo Cordeiro, o “reconhecimento de um antecedente de desigualdade econômica”. Entretanto, resolveram mudar essa realidade, por meio dos preceitos religiosos, e não através do Comunismo, mesmo que houvesse semelhança entre ambos, quando colocados em prática.

Apesar das semelhanças com as ideias pregadas pelos adeptos do comunismo, os membros da comunidade liderada por José Lourenço pautavam suas práticas pelos preceitos do catolicismo popular. Sendo os moradores oriundos de vários estados, e não somente do Ceará, e que encontraram possibilidade de sobrevivência no Caldeirão por meio da realização das tarefas cotidianas que se pautavam pelo princípio da propriedade coletiva, da divisão

dos produtos, da igualdade entre todos os membros, somados às orações, despertaram nos moradores o sentimento de pertencimento a um lugar onde as tradições culturais que constituíam sua experiência de vida nas regiões de origem eram respeitadas. Representavam, sobretudo, a esperança de uma vida menos sofrida. Portanto, as notícias de que naquele local encontrara guarida o ideal comunista e, conseqüentemente, um perigo potencial para o país, escondiam outros propósitos e interesses.

A partir disso, pode-se constatar que o comunismo no Brasil representava um perigo iminente. E que por esse motivo precisava ser combatido, exterminado. As experiências nesse sentido precisavam ser afastadas da família brasileira, para que algo semelhante não voltasse a se repetir. Ao se divulgar, sobretudo através da imprensa, que o comunismo era um perigo para o Brasil e que, por esse motivo, deveria ser combatido, os argumentos e a justificativa para ações repressivas encontravam respaldo junto à população brasileira, temente de que o comunismo significasse um perigo para a família. E não bastava ser um fato concreto, como a Revolução de 1935, em Natal¹⁶. Qualquer acontecimento com a mínima semelhança com as ideias comunistas era combatido duramente.

Particularmente no Ceará, o modo como José Lourenço conduzia o Caldeirão, onde tudo era feito por todos e todos recebiam os benefícios de seus trabalhos de forma igualitária, foi percebido, pelas camadas dominantes, como uma experiência comunista em pleno sertão cearense. Some-se a isso a aproximação geográfica entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte. A reportagem do jornal O Estado de São Paulo sobre o Caldeirão, publicada no

¹⁶ Tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas, a partir da implementação do regime comunista, que ocorreu em 23 de novembro, antecipando-se à Insurreição que estava sendo preparada por Luis Carlos Prestes. Durante quatro dias, os revoltosos tomaram o poder da capital do Rio Grande do Norte e também outras cidades do Estado. Alguns pesquisadores acreditam que o levante do 21º Batalhão de Caçadores em Natal foi organizado pelo Partido Comunista Brasileiro em nome da Aliança Nacional Libertadora, já que, nos dias seguintes à revolta explodiu no Recife e Rio de Janeiro. Entretanto, alguns historiadores, como Homero Costa, autor do livro *A Insurreição Comunista de 1935* (1995), rejeitam esta teoria, apontando que o movimento partiu apenas do PCB. Foi um acontecimento, portanto, que desencadeou e, acima de tudo, antecipou os planos de Prestes de implantar o Comunismo no país, tanto que um dia após o levante de Natal os Estados de Recife e Rio de Janeiro explodiram com suas revoluções. Em todos os locais, os movimentos foram combatidos e desmoralizados com crueldade, culminando com a prisão de Luis Carlos Prestes.

caderno especial sobre as guerras desconhecidas no Brasil (2010), aponta a relação entre comunismo e o Caldeirão, a partir da perspectiva de que o governo do Ceará, a polícia, o exército e a Igreja estavam dispostos a destruir a comunidade, por acreditarem que lá era um local de resistência comunista, conforme aponta a matéria, assinada pelo repórter Leonencio Nossa:

“Antes de um ataque, o capitão José Bezerra, veterano nas peijas contra cangaceiros, esteve no sítio num trabalho de inteligência. Passando-se por comprador de algodão, ficou impressionado com a quantidade de potiguares no reduto. O capitão voltou para Fortaleza com um relatório na mão. Escreveu que não tinha visto armas, mas não podia desprezar a possibilidade. É possível que tenha partido dele a informação falsa de que o sítio era um foco de remanescentes do levante comunista ocorrido em Natal, em 1935” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010: p. 07).

É falso afirmar, contudo, que a presença de inúmeras famílias do Rio Grande do Norte tenha representado alguma influência comunista no trabalho desenvolvido no Caldeirão. Primeiramente, José Lourenço orientava seus seguidores com base nos ideais do catolicismo popular de fé, trabalho e igualdade desde o sítio Baixa Dantas. Além disso, como aponta Lemuel (2009), não foram apenas os sertanejos do Rio Grande do Norte que foram para o Caldeirão. A comunidade também contava com pessoas vindas de estados como Pernambuco, Piauí, Alagoas, Maranhão e Paraíba. Em comum, todos eles fugiram de seus lugares de origem para escapar *da “miséria causadas pela seca e (da) exploração (...) pelos grandes proprietários de terra”* (SILVA, 2009: p. 7)

Como se verá de forma mais detalhada no terceiro capítulo, o filme *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, do cineasta cearense Rosenberg Cariry, reforça a ideia da perseguição aos comunistas no Ceará e às experiências que poderiam ter semelhanças com os ideais bolchevistas. O documentário cita, por exemplo, o próprio levante ocorrido no Rio Grande do Norte e também a prisão de Severino Tavares, acusado de ser comunista.

Assim, a comunidade do Caldeirão, durante toda a sua existência, foi constantemente associada ao comunismo, pois, segundo Departamento de

Ordem Política e Social (DOPS)¹⁷, a forma de trabalho adotada na comunidade lembrava os ideais comunistas. A partir da descrição da maneira como os sertanejos do sítio viviam, pode-se constatar as razões pelas quais os proprietários de terra, a Igreja e o Governo justificavam seus pensamentos e suas ações:

“Lá, o camponês não é explorado economicamente. No modo de produção da comunidade, a terra (meio de produção) era a propriedade coletiva. Não havia, dessa forma, uma classe dominante e uma dominada. Cada um recebia o necessário para viver bem e o excedente era aplicado na realização de benfeitorias para o uso comum ou em ações de caridade do beato” (LOPES, 1995, p. 185).

Certamente, a própria elite dominante, cearense e nacional, sabia que José Lourenço não tinha noção de que o trabalho feito na comunidade tivesse como base as ideias comunistas, como o documentário de Rosemberg Cariry também faz questão de deixar claro. Sertanejo, analfabeto, que saiu da Paraíba para Juazeiro do Norte, sem ter o mínimo conhecimento sobre a revolução que estava acontecendo, além do que viu e viveu, o beato apenas se engajou na causa sertaneja e lutou pelo que acreditava ser o correto, o justo, seguindo os ideais aprendidos com Padre Cícero.

Some-se a isso a prisão de Severino Tavares, visto pelo DOPS como comunista agitador e perigoso, para que a destruição da Comunidade se tornasse uma medida urgente e, acima de tudo, legítima.

Um exemplo para o entendimento de onde e como o Caldeirão se perdeu na memória social está na repercussão e no conhecimento, que persiste até hoje, de experiências semelhantes ao Caldeirão, tais como o Contestado e, principalmente, Canudos. Para isso, pode-se traçar algumas semelhanças entre a filosofia de vida e de trabalho de Antônio Conselheiro e a de José Lourenço.

¹⁷ Órgão criado durante o Estado Novo. Sua principal função era a de reprimir e de controlar qualquer movimento, de ordem política ou social, que se posicionasse contra ao novo regime. No Ceará, o DOPS teve intensa atuação, principalmente no que se refere à perseguição ao Comunismo e aos comunistas, no Estado. Foi por meio das “investigações” do DOPS que o beato Severino Tavares foi preso. Além disso, foi o próprio órgão que comandou as investigações contra o Caldeirão, como se verá com mais detalhes logo em seguida.

À primeira vista, a principal relação entre as duas experiências, que logo passaram a intrigar aqueles que deveriam manter a ordem e o progresso do Ceará, do Nordeste e do Brasil é a inspiração no catolicismo popular. Antônio Conselheiro e José Lourenço eram homens de fé, seguiam e pregavam os ensinamentos cristãos, mas faziam isso de uma maneira que em nada agradava os clérigos, pois ambos lideravam seu povo por meio dos ensinamentos e experiências do catolicismo popular. Tanto que Lourenço e Conselheiro foram acusados de propagar o fanatismo pelo Nordeste.

Cordeiro (2004) reforça essa ideia e ainda vai além, quando cita outros líderes que se guiaram pelo catolicismo popular, visando exercer também a autoridade civil, em torno de seus respectivos seguidores.

“José Lourenço como outros beatos Antônio Conselheiro / Canudos, José Camilo / Pau d’Colher, Monge José Maria / Contestado, congregam discípulos fiéis, produzem aos seus próprios objetos de adoração e criam os seus momentos de celebração. Suas práticas, freqüentemente, incluem elementos que se afastam dos produtos impostos pela hierarquia religiosa dominante, e, em diversos momentos da história, desafiam as estruturas de dominação, subvertendo a reprodução de contextos sociais, e tornando a religiosidade aparentemente irracional de pessoas ingênuas em movimento de libertação de formas opressão e exploração”. (CORDEIRO, 2004, p. 92).

Um aspecto relevante é que, tanto Canudos como Caldeirão, são experiências que ocorreram no Nordeste, local em que, principalmente até o final da década de 1930, predominavam (com resquícios até hoje) o coronelismo, as influências das oligarquias e as relações de apadrinhamento, como se viu anteriormente. No contexto da existência da Irmandade da Santa Cruz do Deserto, existia uma determinação para conter qualquer movimentação que representasse fanatismo, que era visto nas demais regiões do Brasil como um atraso, um retrocesso, não condizente com o progresso pelo qual o Brasil passava. Tanto que Floro Bartolomeu pode ser considerado, por mais que se leve em consideração sua aliança com Padre Cícero, o primeiro algoz de José Lourenço e seu povo.

Outro ponto comum entre ambas as comunidades é que tanto Canudos quanto o Caldeirão surgiram após da Proclamação da República. Com o fim do Império, existia no imaginário de quem lutou pela ordem republicana a ideia de que o Brasil finalmente sairia do atraso, ou seja, acreditava-se na melhoria das

condições econômicas, políticas e sociais, com base nos ideais positivistas de Ordem e Progresso. Isso chegou a acontecer para a classe dominante, mas não para os sertanejos de José Lourenço e Antônio Conselheiro, por exemplo.

As duas comunidades são, como afirma De Decca (2000), “vítimas da República”. No caso de Canudos, a ideia da volta da monarquia estava bastante clara e era declarada abertamente por Antônio Conselheiro. Seria uma forma de refúgio no passado, em que as condições poderiam ser diferentes para ele e seu povo. Já no Caldeirão, não existia esse discurso. O objetivo de sua fundação era apenas a melhoria da qualidade de vida dos romeiros, todos eles reféns da miséria. Nota-se que a opinião contrária a esses movimentos transmitia uma imagem negativa de seus líderes, Antônio Conselheiro e Zé Lourenço. São os chamados “loucos da República”, que ousaram afrontar, de forma direta ou indireta, o novo regime, a partir dos ideais mítico-religiosos.

Tanto o Caldeirão quanto Canudos estavam presentes nos jornais da época. No Ceará, os principais veículos impressos noticiaram e condenaram o Caldeirão, como o Jornal *O Povo*, *O Estado*, o *Nordeste*, o *Correio do Ceará* e *O Crato*¹⁸. Em Canudos, jornais do eixo sul-sudeste enviaram correspondentes para relatar à população o andamento dos embates entre o Exército e os sertanejos guiados por Conselheiro. Um desses jornalistas foi o escritor Euclides da Cunha, enviado para Belo Monte pelo jornal *O Estado de São Paulo*.

E é exatamente na figura de Euclides da Cunha como correspondente do Estadão, que se pode afirmar que a experiência realizada na Bahia está fortemente presente no imaginário coletivo e também na própria Academia. O Caldeirão foi noticiado nos principais jornais cearenses, como será visto posteriormente, mas obteve pouca repercussão nos veículos de outros estados. Já Euclides relatava os desdobramentos do combate a Canudos para um dos principais jornais do Brasil, veículo que influenciava outros jornais do País, contribuindo para que a população tomasse conhecimento da comunidade liderada por Antônio Conselheiro. Dessa forma, pode-se constatar

¹⁸ Dos jornais citados, serão analisados com mais profundidade os jornais *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste*. Entretanto, vale ressaltar que, além destes, outros veículos também combateram o Caldeirão.

que a comoção nacional em relação a Canudos teve início por meio dos artigos e cartas publicados no jornal paulistano, diferentemente do que ocorreu com o Caldeirão, que no primeiro momento teve, repercussão apenas local.

Euclides da Cunha não descrevia apenas as atrocidades cometidas contra os sertanejos. Pelo contrário. Fortemente influenciado pelos ideais republicanos, ele reforçava nas páginas do Estadão, conforme aponta Ricardo de Oliveira, em artigo publicado na Revista de História Brasileira da Associação Nacional de História (2002), “o heroísmo dos soldados da República” (OLIVEIRA, 2002: p. 517).

Ao escrever para o jornal O Estado de São Paulo como correspondente, os acontecimentos de Belo Monte logo foram difundidos para a população. Existe, contudo, um debate acadêmico acerca do posicionamento de Euclides da Cunha diante dos fatos, da sua influência positivista e republicana e de como o autor percebia Antônio Conselheiro e os sertanejos de Belo Monte. Nas páginas do Estadão e, posteriormente, nos três volumes de Os Sertões, Cunha “formaliza a mitologia da brasilidade sertaneja” (OLIVEIRA, 2002: p. 518), corrente que estava presente nos estudos sociológicos, antropológicos e históricos entre o final da Monarquia e início da República.

Oliveira (2002) retrata bem a contradição presente no caráter científico dos três volumes do Os Sertões (A Terra, O Homem e A Luta) e a maneira como os leitores do livro, antes representados na figura dos leitores do Estadão, compreendiam Antônio Conselheiro e seus sertanejos e como a experiência influenciou na manutenção da comunidade na memória dos brasileiros:

“Apesar do conflito interno à estrutura do livro, nos três pontos em que a narrativa do livro está encadeada, percebemos tacitamente as construções imaginárias, inicialmente de uma especialidade nacional, em seguida o estabelecimento de um tipo étnico que encarnasse a nação, o sertanejo, e enfim, no momento da luta, o conflito mais grave que é o reconhecido de que, grosso modo, a República, elemento que até então simbolizava de alguma maneira a idéia de nacionalidade, na cabeça do jornalista Euclides da Cunha presente no ocaso da tragédia, acabou sendo o algoz dos que são os primeiros e essenciais brasileiros” (OLIVEIRA, 2002, p. 520).

Independente da maneira como entendia e descrevia o ocorrido, visto que acompanhou *in loco* o desfecho de Canudos, Euclides da Cunha foi

fundamental para a manutenção do Arraial de Belo Monte na lembrança dos brasileiros. Seus escritos simbolizavam o período de maior tensão entre o **sertão**, que representava o atraso social, e a **capital**, as grandes cidades brasileiras, que simbolizavam o progresso e a modernidade. Além disso, merece destaque o próprio posicionamento do O Estado de São Paulo diante do que estava acontecendo na Bahia, ao ponto de enviar um correspondente para relatar as últimas notícias aos seus leitores.

Fundado em 04 de janeiro de 1875, sob o título de A Província de São Paulo, o Estadão até hoje é um dos veículos jornalísticos mais influentes do Brasil. Conforme ressaltado anteriormente, jornais de outras capitais e cidades, já no período de Canudos, tomavam como base para suas reportagens o que era publicado no O Estado de São de Paulo e também em outros grandes veículos do Brasil. A partir dessa prática, pode-se compreender como Canudos passou a ser conhecido e lembrado pelos leitores do Estadão e dos demais jornais do Brasil.

A historiadora Eli Napoleão de Lima (2008), por exemplo, destaca que as teses sobre Canudos se multiplicam, estando presentes em países como Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha e Itália.

De acordo com a pesquisadora, a obra *Os Sertões* representou um marco no pensamento social do país, gerando uma enorme reflexão da sociedade brasileira e da imprensa, a partir dos relatos de crueldade, tanto por parte dos sertanejos quanto as praticadas pelo exército, contidos em sua obra. Toda essa repercussão ocorreu pela forma como Euclides da Cunha conduziu a elaboração do livro. Isso porque o autor não publicou de imediato suas impressões sobre o que presenciou em Canudos, deixando claro que teve mais tempo para analisar, compreender e refletir e, por conta disso, “nenhuma das obras publicadas até então teve o impacto e a repercussão que viria a ter *Os Sertões* (LIMA, 2008, p. 245).

A história e a literatura são dois gêneros que dialogam frequentemente. Essa relação esteve mais presente na década de 1930, como afirma De Decca (2000). Ele também faz uma contextualização da importância da literatura para o estudo da história, que desde o século XIX contribui para a ideia da “história social e cultural no Brasil, procurando resgatar do silêncio da história os personagens anônimos” (DE DECCA, 2000, p. 142).

Por exemplo, em *Os Sertões* há relatos sobre o que os sertanejos de Canudos vivenciaram, como personagens anônimos, que estariam, em um primeiro momento, ausentes da história, mas que se fizeram presentes, no modo como Euclides da Cunha conduziu sua narrativa. Isso sem se deixar de levar em consideração o fato de que a obra literária mescla realidade e ficção.

Outro historiador que compartilha, com Lima e De Decca, da crença na relevância de *Os Sertões* é Christian K. Hauser (2001). Para ele, o livro contribuiu para que a repressão violenta do Exército “entrasse na memória nacional”. Ele é categórico, ao afirmar que a obra é “grande epopéia nacional, moldada na memória coletiva e na consciência histórica brasileira” (HAUSER, 2001, p. 161).

O ápice dessa epopeia é a forma como Conselheiro foi morto. Após a chacina em Belo Monte, o líder teve a cabeça decapitada e exposta em praça pública. A maneira como Euclides da Cunha apresenta esse fato ao leitor transforma Antônio Conselheiro no “*mártir da causa dos deserdados da terra*” (De Decca, 2000, p. 149).

Todo esse contexto literário pode ser transportado para o Caldeirão. Apesar de o assunto estar presente em publicações científicas, como as de Régis Lopes, por exemplo, um dos pioneiros a tratar do movimento, os trabalhos sobre Canudos são mais numerosos, distribuídos em livros, teses e dissertações. Referências importantes como o artigo escrito por Eli Napoleão Lima e o livro *Os Errantes do Novo Século*, de Douglas Teixeira Monteiro, uma belíssima obra sobre o Contestado, sequer citam o Caldeirão. É a partir da conclusão de Lima, ao afirmar que experiências que compartilham o mesmo fim cruel e sangrento não tiveram repercussão semelhante a de Canudos porque “*não encontraram seu autor, ou ainda, não contaram com um autor com a verve narrativa de Euclides*” (LIMA, 2008, p. 256), que este trabalho será conduzido.

Some-se a isso o fato de o Caldeirão, diferentemente de Canudos, não ser tema de uma obra literária com a mesma importância e dimensão de *Os Sertões* ou *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Esta última, apesar de não estar relacionada de maneira explícita com os casos de Canudos, aborda a Revolta da Armada. Esses livros, apesar de serem obras de ficção que se

relacionam com a história, são capazes de penetrar na sociedade, de se fazerem presentes. Como afirma De Decca:

“A narrativa de massacres, em seus mais variados modelos – romance, panfleto, notícias de jornal -, acabou por constituir-se num elemento importante de denúncia da violação da cidadania no Brasil durante as principais décadas da República” (DE DECCA, 2000, p. 155).

Ainda segundo De Decca, os massacres que aconteceram a partir do início da República se relacionam. Um movimento ilumina e, de certa forma, inspira o seguinte. Foi assim, seguindo essa ordem, “que Canudos ilumina o Contestado, que revela a Revolta da Chibata, que denuncia as mortes não investigadas da greve anarquista de 1917...” (DE DECCA, 2000, p. 152).

Apesar de o pesquisador não citar o Caldeirão em sua pesquisa, pode-se inferir que a comunidade também é uma vítima da república. Não no sentido de que este movimento tenha ocorrido sob a influência de outro. O fato é que existia, após Canudos, um medo de que essa experiência pudesse ocorrer novamente. E foi assim que o Caldeirão foi visto, como um novo Canudos, e José Lourenço como o próximo Antônio Conselheiro.

Os jornais da época propagavam essa ideia, estampando manchetes, em letras garrafais, que o Ceará corria perigo, por conta do surgimento de um “novo Canudos”. Essa comparação também pode ser relacionada à problemática memória/esquecimento do Caldeirão. Era interessante apagar da memória coletiva, o quanto antes, as experiências que se parecessem com o que ocorreu em Belo Monte. Eliminar este fato da história evitaria que algo semelhante surgisse mais uma vez.

Não bastava, portanto, associar o Caldeirão ao fenômeno do fanatismo. Questões políticas e econômicas estavam em jogo para aqueles que fizeram de tudo para combater a comunidade. Também era de fundamental importância fazer com que o sítio e a filosofia de vida de José Lourenço fossem lembrados o menos possível. Afinal, apagar da memória é fazer com que casos semelhantes ao ocorrido na Serra do Araripe não acontecessem novamente. Essa questão fica evidente nas palavras de Régis Lopes, quando afirma que, no Caldeirão, as “*vozes, que foram reprimidas e abafadas em um passado recente e, em nome do progresso, foram incompreendidas e taxadas de atraso social e fanatismo*” (LOPES, 1995, p. 188).

2.4. Jornalistas contra jornalista

Pode-se também afirmar que existia consenso, entre os jornais *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste*, sobre o Caldeirão e seu líder. Apesar das diferenças de estilos e de escrita, os três eram favoráveis à destruição da comunidade. Entretanto, um jornalista cearense demonstrou apoio a José Lourenço e, como consequência, foi perseguido, preso e desmoralizado.

José Alves de Figueiredo publicou em 07 de maio 1934 o artigo “O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri”. Também foi publicado na íntegra na *Coleção Outras Histórias*, projeto editorial do Museu do Ceará, que conta com a apresentação do historiador Régis Lopes, então diretor do Museu (2006). Para produzir esse material, José Alves de Figueiredo foi à comunidade, conheceu a rotina de trabalho e de oração pregados por José Lourenço. Tanto que a identificação com o beato fica evidente no decorrer da leitura, a partir do emprego de adjetivos como “laborioso agricultor”, “homem extraordinário” e “puritano”. Ao conhecer de perto José Lourenço, o jornalista percebe que *“esse humilde camponês, dominado sempre pela idéia, ou mania de ser superiormente humanitário, não será capaz de esperar dele um movimento qualquer que implique rebeldia”* (FIGUEIREDO, 2006, p.47).

Além disso, Figueiredo também faz uma dura crítica em relação às perseguições que José Lourenço sofreu ao longo de sua trajetória e ao fato de que muitos jornalistas também se mostravam favoráveis ao encalço do beato.

A publicação do artigo acarretou sérias conseqüências para José Alves de Figueiredo. Além de perder seu prestígio político, o jornalista, escritor e farmacêutico foi preso.

O artigo ficou solitário, como afirma Régis Lopes, *“no rol de matérias que os jornais publicaram sobre o Caldeirão”* (LOPES, 2006, p. 16). A repressão que José Alves de Figueiredo sofreu ao publicá-lo é um indício de que, além de combater o Caldeirão, os políticos e a polícia também iriam perseguir aqueles que se posicionassem a favor da comunidade. Pode-se afirmar, portanto, que ocultar e, principalmente, combater opiniões favoráveis aos ideais e ao trabalho

pregados por José Lourenço era uma forma de contribuir para o esquecimento definitivo da experiência do Caldeirão.

O curioso é que o artigo foi publicado no jornal *O Povo*, que durante toda a trajetória do Caldeirão se mostrou favorável ao seu fim. Isso aconteceu, principalmente, pelo fato de José Alves de Figueiredo ter sido na época uma pessoa influente, tanto no aspecto econômico quanto no político. Na apresentação do artigo, na *Coleção Outras Histórias*, Régis Lopes explica essa influência de Figueiredo e como ela foi desfeita:

“Naquela época, Figueiredo era farmacêutico, dono de terras, escritor e tinha no currículo o cargo de prefeito do Crato e amizade com elites, quer dizer, colecionava qualidades que poderiam atestar aquilo que se chamava de “boa conduta”. Mas, apesar disso, passou a ser visto como um homem perigoso na medida em que havia escrito sobre um homem que, depois do Caldeirão, tornara-se bem mais perigoso: o beato José Lourenço” (LOPES, 2006, p. 15).

Por conta do período em que foi publicado, era comum que jornais contassem com colaboradores, não necessariamente atrelados à publicação. O jornal *O Povo* foi fundado em 1928, ou seja, apenas seis anos antes da publicação das opiniões de José Alves de Figueiredo. Portanto, pode-se concluir que o periódico ainda era muito recente para ter, de forma efetiva, um quadro de jornalistas fixos.

Conforme define Le Goff (2006), a memória existe na medida em que nós a mantemos e a reconstituímos. Ela é prospectiva e projeta-se em direção ao futuro, como afirma Jacy Alves de Seixas.¹⁹ Por isso, pode-se afirmar que essa memória, na perspectiva do Caldeirão, foi trabalhada através da imprensa, para que a comunidade não fosse projetada para o futuro, ou seja, que fosse cada vez mais apagada da memória com o passar dos anos.

Isso não foi possível tão somente por conta do posicionamento ideológico desses jornais, que eram atrelados a interesses econômicos e políticos, contrários aos ideais de vida de José Lourenço e seus seguidores. Mais do que isso. A lacuna de mais de 20 anos entre as últimas notícias sobre os acontecimentos referentes ao Caldeirão e a retomada do assunto pelos jornais impressos cearenses apontam para duas reflexões. A primeira é a de

¹⁹ Historiadora e autora do artigo “Os Tempos da Memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a História?”, publicada na 24ª edição da revista *Projeto História*, que teve como tema as “Artes das Histórias – Outras Linguagens”.

que o Caldeirão, de fato, ficou ausente na memória coletiva. E por mais que nos dias de hoje exista um movimento de retomada dos ideais do beato e seus sertanejos, ela ainda não comparece de forma efetiva. Tanto que um dos principais jornais do Brasil, *O Estado de São Paulo*, publicou um suplemento especial no dia 19 de novembro de 2010, intitulado “Guerras desconhecidas do Brasil”, no qual o Caldeirão é citado como exemplo.

A segunda reflexão é consequência direta da primeira e se dá a partir da já referida afirmação de Le Goff. A figura de José Lourenço não se manteve na memória coletiva e muito menos foi reconstituída pela imprensa cearense. Assim, o Caldeirão e o seu líder não se projetaram, durante esses mais de 44 anos, em direção ao futuro. A realidade não é mais a mesma. Ou nunca deixou de ser, se tomarmos como perspectiva daqueles que conviveram de perto com o beato, e que por meio da oralidade souberam dos ideais de José Lourenço.

CAPÍTULO III

(RE)ENCONTRANDO O CALDEIRÃO

“O Caldeirão não é passado. O Caldeirão é uma aposta no futuro.”

Rosemberg Cariry

“A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”

Pierre Nora

3.1. O cinema é documento

A relação entre História e Cinema já está há, alguns anos, em profundo debate, principalmente no que concerne aos aspectos teórico-metodológicos. Do seu surgimento até a metade do século XX, os filmes, os documentários, os cinejornais e outras produções audiovisuais eram voltadas para o entretenimento. Contudo, mesmo com o surgimento do interesse por parte do pesquisador de perceber uma produção fílmica como documento, o campo da história e do cinema se confronta com *“uma dificuldade incontornável: não há uma tradição solidamente constituída acerca da relação História-Cinema”* (RAMOS, 2001: p. 16).

Conforme aponta o historiador Alcides Freire Ramos (2001), a apropriação do filme como documento histórico pelo pesquisador possui duas abordagens: os filmes de “atualidade”, categoria em que se insere o documentário, além dos cinejornais; e os ficcionais.

Historiadores que primeiramente se propuseram a discutir a relação entre história e cinema, como Georges Sadoul (1961), José Honório Rodrigues (1969), dentre outros, tentaram levar para suas pesquisas o aspecto da objetividade da produção fílmica, e constataram que isso só se tornaria viável com a análise de filmes de “atualidade”, em especial o documentário, por,

segundo essa corrente, aproximar-se da realidade e por ser um documento autêntico, se comparado com produções ficcionais.

A partir dessa perspectiva, pode-se observar duas questões. A primeira é a de que nos filmes ficcionais não se percebe o caráter autêntico. A subjetividade do roteirista, do diretor e dos atores impossibilitaria, segundo esses e outros pesquisadores, o uso do cinema como fonte historiográfica.

Essa forma de pensar e de analisar o filme, principalmente o ficcional, apenas partindo da subjetividade, muda com os estudos do historiador Marc Ferro. A partir da “História Nova”, o autor afirma que, apesar do controle dos produtores e da censura, as produções, documentais e ficcionais, também testemunham.

A segunda questão, referente às proposições dos primeiros pesquisadores a abordarem a relação entre cinema e história, está na ausência da percepção de características subjetivas também no documentário. Essa perspectiva descarta, talvez, a principal característica da produção cinematográfica, que é a “produção social de significados” (RAMOS, 2001: p. 325). Por isso,

“(…) podemos dizer que sem uma análise detalhada dos modos de composição (ou, em outros termos, dos passos que o autor utilizou para construir seu roteiro, filme, etc.) a análise histórica ficaria incompleta. As intenções manifestas (textos, depoimentos, etc.) constituem um primeiro passo, como vimos, na atribuição de significados” (RAMOS, 2001: p.326)

O cinema, portanto, torna-se fundamental, quando o pesquisador se insere nos estudos da memória. Dessa forma, compreende-se a importância da realização de um filme na tentativa de preservar a memória do Caldeirão. Tanto o processo de criação da obra como a sua recepção apontam, em um primeiro momento, para o fato de que a comunidade e o legado de José Lourenço se mantiveram vivos, na realidade retratada por Rosemberg Cariry, apesar de todo o processo de apagamento e de desqualificação pelo qual o Caldeirão passou.

A obra de Rosemberg visa a uma (re)construção da memória, tornando-se, conseqüentemente, um contraponto à maioria das publicações sobre o sítio, conforme se vê no primeiro capítulo desta pesquisa. Ao roteirizar, dirigir e

lançar o documentário *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, ele imprime tanto objetividade como subjetividade, porque o filme em questão pode ser classificado como documentário, mas, como veremos posteriormente, também possui elementos ficcionais.

O próprio diretor reforça essa questão. Para Rosemberg Cariry,

“O filme *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* é histórico em dois sentidos: primeiro, trata-se de documentário, longa-metragem, em cores e preto & branco, contendo depoimentos e imagens inéditos sobre os trágicos episódios que culminaram com a destruição da comunidade liderada pelo beato José Lourenço; segundo, é uma produção cearense. É um filme que marca o encontro do povo cearense com a sua memória, durante tantas décadas amordaçada, e marca também a consolidação do Ceará com o novo e importante centro de produção cinematográfica do Nordeste. Sem o “ranço” do documentário tradicional, misturando realidade com elementos ficcionais, o filme não se prende apenas ao passado. Muitos acontecimentos presentes ofereceram imagens que redimensionaram historicamente a narrativa. Além de todo o material iconográfico (fotos da época, desenhos, manchetes de jornais etc), também lança mão do imenso e vigoroso corpus da cultura popular nordestina”(CARIRY, 2011)²⁰

3.2. Documentário *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*: um sertão de memórias

No Brasil, existem inúmeros filmes dentro da vertente do cinema histórico-social. Temas como descobrimento, escravidão, ditadura, Inconfidência Mineira, dentre outros, estiveram e ainda estão presentes na cinematografia nacional. Em relação às temáticas nordestinas, filmes com foco no sertão e, principalmente, no cangaço, como a clássica obra de Lima Barreto, *O Cangaceiro*, de 1953, também foram produzidos ao longo dos anos.

Vale destacar o pioneirismo de Rosemberg Cariry. Apesar de contar com algumas temáticas que também estão presentes em outras produções cinematográficas que retratam o sertão nordestino, como a religiosidade, o messianismo e o fanatismo, por exemplo, o *Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* se propôs a explorar e a levantar um assunto até então pouco visto e pouco discutido como o Caldeirão. E até o momento, de acordo com o acervo

²⁰ CARIRY, Rosemberg: *O Caldeirão: Um Patrimônio Brasileiro*. 2011. 3p. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/56984016/Artigo-O-Caldeirao-O-Povo-Rosemberg-Cariry>>. Acesso em 27/07/2011.

catalogado da *Cinemateca Brasileira*²¹, a obra de Rosemberg Cariry foi a primeira e única produção cinematográfica a abordar a temática.

Uma crítica feita aos estudos de Marc Ferro é que o historiador, durante suas pesquisas, valoriza as imagens, em detrimento dos demais recursos presentes no filme. Contudo, seria praticamente impossível analisar a obra de Rosemberg Cariry apenas por esse aspecto. Por tal razão, segundo Alcides Freires Ramos (2001),

“(...) cabe destacar que a imagem isolada e descontextualizada não diz quase nada ao historiador. Ou, em outros termos, sem informações a respeito de autoria, data de produção, circunstâncias geográficas desta mesma produção, etc., é praticamente impossível que o historiador faça uso profícuo da imagem cinematográfica (RAMOS, 2001: p.29)”

N’O *Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, um exemplo que ilustra essa questão são os elementos utilizados pelo cineasta para contar a história de José Lourenço, mais de 40 anos após o massacre, conforme o próprio fez questão de enfatizar. Como não foram feitas filmagens durante o período, o diretor utilizou recursos típicos da própria cultura nordestina para narrar determinados episódios.

Um grupo de reisado, por exemplo, conta (e canta) para o espectador como foi a prisão do beato, por conta da suposta adoração ao Boi Mansinho, ainda no sítio Baixa Dantas. Patativa do Assaré, o maior poeta da cultura popular, tanto no Ceará como no Nordeste, que levou o canto sertanejo para o mundo, versa sobre a saga de José Lourenço, no poema intitulado Beato José Lourenço, feito especialmente para o filme:

Sempre digo, julgo e penso
Que o beato Zé Lourenço
Foi um líder brasileiro
Que fez os mesmos estudos
Do grande herói de Canudos
Nosso Antônio Conselheiro.

Tiveram o mesmo sonho
De um horizonte risonho

²¹ A Cinemateca Brasileira surge a partir de 1940, com a fundação do Clube de Cinema de São Paulo por alunos do curso de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP). Em 1984 foi incorporada ao Governo Federal, como órgão do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Atualmente, faz parte da Secretaria do Audiovisual.

Dentro da mesma intenção,
Criando um sistema novo
Para defender o povo
Da maldita escravidão.

Em Caldeirão trabalhava
E boa assistência dava
A todos os operários,
Com a sua boa gente
Lutava pacificamente
Contra os latifundiários.

Naquele tempo passado
Canudos foi derrotado
Sem dó e sem compaixão,
Com a mesma atrocidade
E maior facilidade
Destruíram Caldeirão.

Por ordem dos militares
Avião cruzou os ares
Com raiva, ódio e com guerra,
Na grande carnificina
Contra a justiça divina
O sangue molhou a terra.

Porém, por vários caminhos,
Pisando sobre os espinhos
Com um sacrifício imenso,
Seguindo o mesmo roteiro
Sempre haverá Conselheiro
E Beato Zé Lourenço²²

Esse material se mistura ao que Rosemberg Cariry coletou, ao longo de sua pesquisa, como fotografias, jornais e desenhos, além dos próprios depoimentos colhidos, para a produção do filme. É interessante perceber, a partir da relação intrínseca e complementar das características do documentário e da produção ficcional, que a obra do diretor procura abordar o Caldeirão a partir das manifestações populares, que aproximam a memória do Caldeirão do povo cearense.

Outros personagens ilustres do Ceará estão presentes n' *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, como a Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto, tradicional grupo musical do Crato, fundado ainda no século XIX, mas que até hoje leva seus pífanos e zabumbas ao sertão e às capitais de todo o País. Cenas como a prisão de José Lourenço, no caso do Boi Mansinho, foram retratadas por bonecos de barro, modelados por Maria das Dores Bernardo. Para o

²² ASSARÉ, PATATIVA do. Beato José Lourenço. In: CARVALHO, Gilmar de. Patativa do Assaré Antologia Poética. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007

documentário, a artesã produziu mais de 500 peças. Já a expulsão de José Lourenço e seus adeptos do Baixa Dantas e a ida deles para o Caldeirão são contadas por meio do repente, a arte de improvisar e de cantar diante do público, tão presente nas festas populares do Nordeste.

Pedro Boca Rica (1936-1991), homem simples, consagrado no Brasil e no mundo²³ pelos seus bonecos, além de ser considerado o melhor puxador de boi do Ceará, também está no documentário de Cariry. É ele quem dá vida ao boi de fitas, logo no início do filme, sobre as dunas marítimas.

Nessa cena, a Irmandade da Santa Cruz do Deserto se transporta para o litoral. Conforme aponta Iza Luciene Mendes Regis (2003), a filmografia de Rosemberg Cariry, de uma forma geral, é marcada pela presença do mar, mesmo quando a história se passa no seco chão nordestino. O espectador desatento, em um primeiro momento, pode pensar que o diretor tomou como ponto de partida a oposição entre o litoral, civilizado, e o sertão, atrasado. Contudo, o leve dançar do boi nas dunas do litoral supera essa dicotomia:

“As imagens do filme trazem uma separação de “Brasis” no que se refere à paisagem, mas unifica os dois espaços, sertão e litoral, nas faces do povo, que trazem as mesmas características” (REGIS, 2003: p. 41)

A relação entre esses dois espaços pode ser percebida também como uma tentativa de levar a lembrança de José Lourenço e seu povo para o litoral. Diante do processo que culminou no esquecimento da experiência de José Lourenço, unir o mar e o sertão pode ter sido a forma encontrada por Rosemberg para inserir e manter o Caldeirão vivo na memória de todos os cearenses, de não restringi-lo apenas a quem nasceu na região do Cariri.

Para o historiador, os elementos cênicos utilizados pelo diretor para dar vida ao documentário podem ser percebidos a partir do conceito de representação. São símbolos, valores ou perspectivas que, segundo Chartier, apontam para os diferentes sentidos atribuídos a determinados grupos sociais, apropriados por eles, e os identificam.

²³ A arte de Pedro Boca Rica está presente, por exemplo, em museus dos EUA, Japão e França. Em São Paulo, seus bonecos podem ser vistos no Memorial da América Latina. Além disso, sua obra está exposta no Ceará, como no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

Pode-se constatar esses aspectos durante todo o documentário. As injustiças cometidas contra José Lourenço e os moradores do Caldeirão, por exemplo, são relatadas com ênfase pelo narrador. Os remanescentes descrevem, saudosos, sobre o modo como todos na comunidade viviam, tendo como base o trabalho, a religião e o bem comum. Para os sertanejos que viveram no sítio, o resultado de todo esse trabalho não poderia ser diferente: fartura e dignidade.

A narrativa construída por Rosemberg reforça ao público a ideia de que o Caldeirão era um local pacífico, repassando aos espectadores essa ideia. E que, portanto, a sua destruição e o seu apagamento da memória não se justificam. Uma das cenas que ilustram essa questão é quando o narrador explica a suposta denúncia de que José Lourenço tivesse comprado armas e munições da Alemanha. Após a entrada dos militares no local, para averiguar e reprimir os sertanejos, a voz “*em off*” afirma que os camponeses entregaram suas “únicas armas”. Paralelamente à fala do locutor, está a cena de homens e mulheres, filmados apenas da cintura para baixo, jogando no chão seus machados, facões e outros instrumentos típicos do trabalho no campo.

O documentário também ressalta que a comparação feita, na época, entre o Caldeirão e o comunismo foi crucial para a destruição do sítio. E quem reforça isso são os próprios depoentes. O jornalista, escritor e advogado Jader de Carvalho, por exemplo, afirma que o modo de vida pregado pelo beato e seus adeptos, “a cada um de acordo com suas necessidades”, assemelhava-se com as ideias da revolução socialista.

Personagem conhecido no meio intelectual cearense, fundador do jornal socialista *A Esquerda*, em 1928, Carvalho é contundente, quando diz que “na verdade, não houve nenhum crime de morte durante todo o tempo em que o Caldeirão viveu, lá era a completa e perfeita paz social”. É a opinião que compartilham os remanescentes presentes na obra, por exemplo. E, principalmente, trata-se da opinião do próprio Rosemberg Cariry.

Tanto a iniciativa de produzir um filme sobre o Caldeirão quanto os recursos fílmicos utilizados apontam para o fato de que o diretor trouxe para o presente aquilo que ele próprio considerava pertinente para sua obra e, conseqüentemente, para o público. O *Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, portanto, não retrata aquilo que existiu, aquilo que foi real, mas é a recriação e a representação do real, a partir do olhar de Rosemberg Cariry.

As práticas culturais, como a produção de uma obra cinematográfica, são permeadas de múltiplas representações, além do próprio diretor. Vale destacar ainda que, no caso *d'O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, que o espectador também pode se apropriar das representações inseridas por Rosemberg em sua obra e recriá-las à sua maneira. Ao dar ênfase à relação entre livro e leitor, Chartier também auxilia a compreensão da ideia de apropriação do conteúdo do filme pelo espectador:

“No ponto da articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria de leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afectam o leitor e o conduzem a uma nova forma de compreensão de si próprio e do mundo” (CHARTIER, 2002: p. 24).

Esta pesquisa não tem como objetivo adentrar, de forma aprofundada, a receptividade da obra por parte de seus espectadores. Tendo como base a história social, a partir dos estudos culturais, percebe-se que o documentário de Rosemberg Cariry faz parte do que se considera serem, conforme dito anteriormente, ações e iniciativas que corroboram a ideia de preservação da memória do Caldeirão. É o contraponto à abordagem dada pela imprensa, em especial os jornais *O Povo*, *O Estado* e *O Nordeste*, que foram legitimadores, não só do combate à comunidade, mas principalmente do seu esquecimento. Trata-se, pois, da principal evidência de que o Caldeirão, apesar de todo antinomismo, jamais foi esquecido.

Para o cineasta, contudo, o Caldeirão não está e nem é o passado. Em artigo publicado no jornal *O Povo* em 14 de maio de 2011, no caderno especial intitulado *Santidades*, Rosemberg Cariry reafirma a importância de José Lourenço para a história do Ceará. Essa opinião fica evidente quando o diretor tenta traçar um ponto em comum entre o beato, Padre Cícero e Padre Ibiapina:

“De todos eles, em seus aspectos de grandeza e de humanidade, foi o beato José Lourenço, um negro deserdado da terra, ao lado do padre Ibiapina, que deu um dos maiores exemplos de paixão pelo próximo e fez uma ousada experiência social, quando ajudou a Irmandade da Santa Cruz do Deserto na organização da comunidade do Caldeirão. O Caldeirão não é passado. O Caldeirão é uma aposta no futuro” (CARIRY, 2011)

Apesar de afirmar que a experiência da Irmandade da Santa Cruz do Deserto não faz parte do passado, Rosemberg ressalta que o assunto foi retomado na região do Cariri anos após o massacre:

“Execrada e proibida durante décadas, a memória do beato José Lourenço e da comunidade do Caldeirão foi resgatada pelo povo Cariri, a partir do início da década de 80. O homem virou mito. O beato José Lourenço, hoje, é legenda nas Romarias da Terra e nas invasões dos latifúndios improdutivos pelo Movimento dos Sem-Terra – MST” (CARIRY, 2011)

A partir dessa citação, torna-se evidente que o próprio cineasta participou desse movimento de resgate da memória do Caldeirão, visto que o documentário começou a ser produzido e foi lançado no mesmo período em questão. Além disso, Rosemberg Cariry se mostrou ciente do movimento que “execrou” e “proibiu” a memória da comunidade e de seu líder. Como cineasta, *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* foi a forma que ele encontrou de apostar no futuro do Caldeirão. Por meio do seu documentário, Cariry teve, e ainda tem, a chance de passar adiante o legado de José Lourenço e seus seguidores.

Rosemberg Cariry é filho do sertão. Nasceu em Farias Brito, município da região do Cariri, Ceará, no ano de 1956. Na certidão de nascimento consta Antônio Rosemberg de Souza, mas adotou o sobrenome que o tornaria famoso, a partir de seus estudos sobre as manifestações populares do local onde nasceu e cresceu, no final de década de 1960.

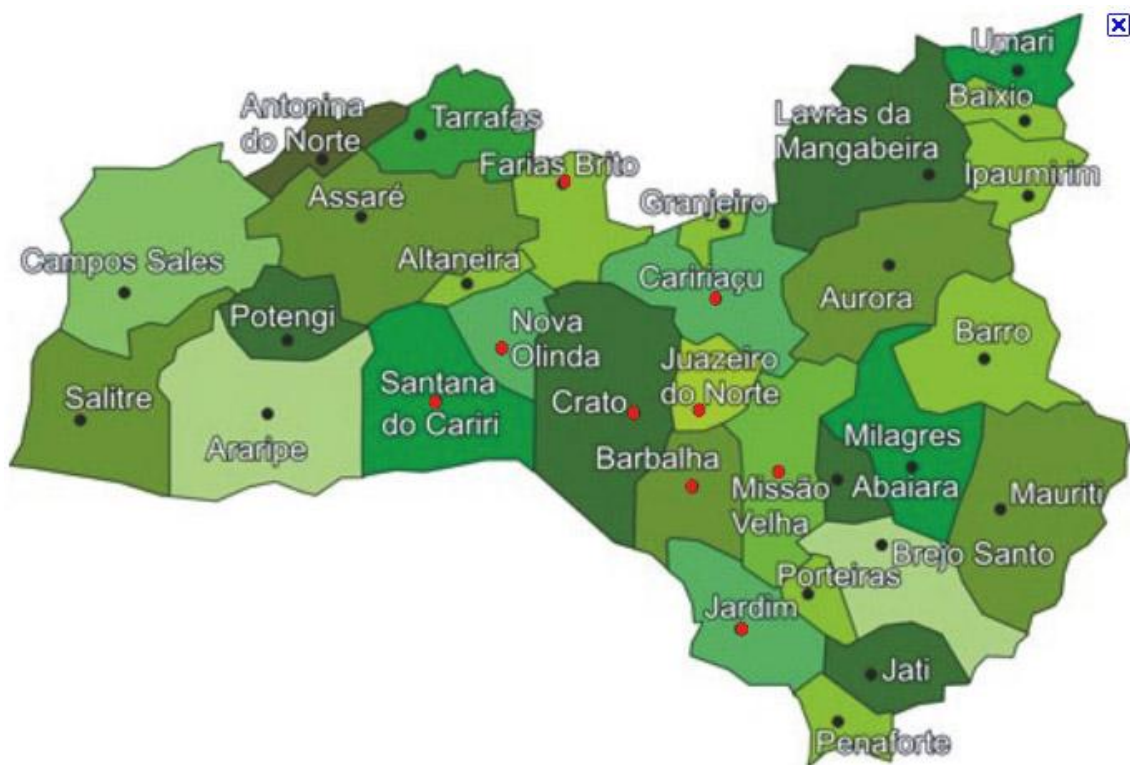


Ilustração 8 – Mapa da região do Cariri, Ceará. Ver imagem em <http://pibcjr.wordpress.com>. Acesso em: 19.08.2011

Foi a partir de suas pesquisas e de seu engajamento cultural na região que ele se mostrou interessado em produzir uma obra cinematográfica sobre o Caldeirão. Rosemberg Cariry conseguiu coletar depoimentos de remanescentes, de pesquisadores e de quem viveu na época e foi responsável, direta ou indiretamente, pelo fim da comunidade. Da produção ao lançamento, foram mais de três anos.

Detalhes que não são vistos pelo público, mas que fazem parte do processo de criação do filme, ajudam a entender a importância do documentário na preservação e na manutenção do Caldeirão na memória. Primeiramente, trata-se da verba captada para a execução do projeto e para o lançamento do filme. O custo total da produção, conforme apurou a jornalista Aramis Millarch, em 1986, foi de apenas 90 mil cruzeiros. Para contornar as dificuldades financeiras, Rosemberg “conseguiu mobilizar uma equipe de idealistas apaixonados por cinema” (MILLARCH, 1986: p. 13).

Além de amantes da sétima arte, todos que se juntaram ao diretor, para dar vida ao *Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, compartilhavam o mesmo interesse que movia Rosemberg, que era de levar a história do beato José

Lourenço para além da região do Cariri. O diretor não estava sozinho. Além dele, “roteiristas, atores e produtores, bem como o público que prestigiou o filme, se esforçaram para retomar e monumentalizar certos acontecimentos ou problemáticas” (SOARES; FERREIRA, 2008: p. 12) presentes no Caldeirão.

É o que Pierre Nora chama de “lugares de memória”, quando diz que, nos dias de hoje, grupos sociais passaram por uma mudança significativa no que concerne a sua relação com o passado. O historiador reforça ainda, traçando um paralelo com o Caldeirão, que os “lugares de memória” visam a do que é tão característico para aqueles que viveram no sítio, para seus descendentes e também para os moradores do Cariri, que passaram a se interessar pelo assunto, ainda na década de 1980.

O engajamento de Rosemberg Cariry e de sua equipe de produção foi fundamental para a construção dos “lugares de memória”. A motivação, o trabalho e interesse de todos os envolvidos na produção do documentário e por esses lugares da memória,

“(…) onde se ancora, se condensa e se exprime o capital esgotado de nossa memória coletiva, ressalta dessa sensibilidade. História, profundidade de uma época arrancada de sua profundidade, romance verdadeiro de uma época sem romance verdadeiro. Memória, promovida ao centro da história: é o luto manifesto da literatura” (NORA, 1993: 28).

O cineasta é ciente da sua contribuição na luta pela cultura e memória do povo cearense. Primeiramente, vale destacar a própria produção em si, com poucos recursos, realizado totalmente no Ceará, onde até então não havia uma tradição cinematográfica.

Antes de lançar *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, Rosemberg Cariry havia feito três curtas-metragens: *Profana Comédia* (1975), *Patativa do Assaré* (1981) e *Canto Cariri* (1979). Em entrevista a Revista Cinema no ano de 2009, o cineasta cearense fala do seu pioneirismo como diretor:

“Fiz o meu primeiro longa-metragem no início da década de 80, de forma totalmente independente, marcando desde o início uma postura estética e política, na afirmação do Nordeste como importante espaço de produção de filmes e de bens simbólicos. Eu lutei em quase todas as batalhas para transformar o Nordeste no polo de cinema importante que é hoje, na ABD, na APCNN, no CBC. E nunca deixei o Ceará. Sou um raro exemplo de cineasta que faz seus filmes fora do eixo Rio-São Paulo. Sempre fiz meus filmes com uma linguagem e estética

particulares, dentro das condições de produção possíveis, com os recursos disponíveis no momento, respondendo a uma necessidade mais profunda do meu ser no mundo”. (CARIRY, 2009).

O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto foi um filme produzido para festivais e mostras de cinema. Em 1986, integrou o XIX Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Com a boa aceitação do público e de críticos que prestigiaram a sessão, Cariry recebeu convites para mostrar seu documentário em festivais fora do Brasil, como Cuba e Portugal.

As boas impressões do filme partem tanto do princípio estético, de produção, como da singularidade do tema abordado. Dessa forma, por mais que não tenha entrando no circuito comercial, *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* atingiu seu objetivo, que era o de trazer para a memória e também contar, para aqueles que desconheciam a história de José Lourenço e o seu povo, o massacre pelo qual a comunidade e o seu povo passaram. O artigo de Aramis Millarch, por exemplo, deixa evidente essa impressão:

“A produção cinematográfica no Brasil vem crescendo tanto que em festivais como o de Brasília e Gramado, paralelamente as mostras competitivas, ocorrem exhibições em obras interessantes, que, dificilmente chegarão aos circuitos comerciais - e, quando muito, terão exhibições em salas culturais - como a Cinemateca do Museu Guido Viaro, em Curitiba. No último dia do XIX Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, na Sala Alberto Nepomuceno do Teatro Nacional, uma platéia interessada foi surpreendida com um longa-metragem produzido no Ceará, que revela um episódio histórico até hoje pouquíssimo conhecido: “O Caldeirão de Santa Cruz do Deserto”. (...) É, assim, um filme que marca o encontro do povo cearense com a sua memória, durante tantas décadas amordaçada e marca também a presença do Ceará como novo e importante centro de produção cinematográfica do Nordeste” (MILLARCH, 1986: p. 13)

Pode-se afirmar, então, que o documentário *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, de Rosemberg Cariry, é um dos exemplos de “reencontro” da comunidade e de seu líder, a partir da perspectiva de que, após o processo de esquecimento, surgiram iniciativas que trouxeram a comunidade ao encontro da memória. Mais de 20 anos após seu lançamento, o filme ainda desperta o interesse do público, como ocorreu na 21ª edição do Cine Ceará, festival internacional de cinema realizado em Fortaleza em outras cidades do Estado. É o exemplo de que a memória “*procura salvar o passado para servir o*

presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2003, p. 477).

3.3. O cordel conta o Caldeirão

O documentário *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* não foi a única forma encontrada para contar a memória e o legado de José Lourenço e seus adeptos e trazê-los de volta. A obra de Rosemberg Cariry atingiu públicos que até então desconheciam a comunidade. Não foi lançado comercialmente, mas participou dos principais festivais de cinema do Brasil, além de ter sido exibido em outros países.

Como afirmou Rosemberg, o povo do Cariri iniciou o processo de resgate da Irmandade da Santa Cruz do Deserto a partir da década de 1980. Contudo, já nos anos 1930, a literatura de cordel contava para os habitantes da região como foi o surgimento, a perseguição e o combate ao sítio.

De acordo com o historiador Gabriel Ferreira Braga (2011), o primeiro cordel sobre o Caldeirão foi escrito pelo poeta José Bernardo da Silva, amigo pessoal de José Lourenço. Ele relata a trajetória do beato, desde a sua ida a Juazeiro do Norte, até a sua relação com Padre Cícero, passando pelo início de sua vida em comunidade ainda no sítio Baixa Dantas e a criação e o ataque ao Caldeirão.

José Bernardo ressalta, dentre os aspectos, o trabalho que o líder da comunidade desenvolvia junto aos seus sertanejos. Muitas vezes, o poeta descrevia José Lourenço por meio de referências bíblicas, o que aproxima o beato *“do público que ouve e lê sua história”*. (BRAGA, 2011: p. 103). O cordelista diz:

O beato Jose Lourenço
No trabalho é um leão
E um Job na paciência
No saber um Salomão
E um Daniel na Fe
Um Moises na oração

Não se pode distinguir

Este beato que é
Eu digo que é um homem
De animo, coragem e Fé
Um humanitário profundo
Em conselho é um Noé²⁴.

Quem também faz uso de personagens bíblicos para se referir aos desdobramentos do Caldeirão é Paulo de Tarso B. Gomes. Publicado em março de 1992, o cordel *O Beato José Lourenço e o Caldeirão* narra a chegada do capitão José Bezerra, morto no combate de 10 de maio de 1937, ao céu:

O Capitão Zé Bezerra no espaço
O céu também procurou
Mas foi ligeiro informado:
São Pedro o recusou
Não há vaga pra bandido

Zé Bezerra no espaço
O diabo foi visitar
Mas quando chegou no inferno
Não deixaram ele entrar
Temendo que o diabo chefe
Ele viesse matar²⁵

Nota-se, a partir dos dois últimos trechos citados, a diferença entre a maneira como os cordéis e a imprensa se posicionavam em relação ao Caldeirão. Os jornais O Povo, O Estado e O Nordeste desqualificavam os seguidores de José Lourenço e principalmente o seu líder. Conforme se vê no primeiro capítulo, as notícias sobre o combate de 10 de maio de 1937 homenageavam a família do capítulo e lhe prestavam as “mais sinceras condolências”, enquanto os remanescentes mortos eram exibidos como troféus. No cordel, pode-se perceber o oposto, ou seja, quem é valorizado é o próprio beato José Lourenço, um homem de “ânimo, coragem e fé”. Já em relação ao capitão, nem mesmo o diabo deseja o ter por perto.

Outro tema presente no cordel de José Bernardo da Silva foi o período de penitência que José Lourenço viveu. Sob influência de Padre Cícero, o beato passou cerca de nove anos andando pelo sertão, junto com um grupo de

²⁴ SILVA, José Bernardo. A Santa Cruz do deserto. Apud: BRAGA, Gabriel Ferreira. Entre Fanatismo e a utopia: a trajetória de Antônio Conselheiro e do beato Zé Lourenço na literatura de cordel. 2011: p. 101 e 102

²⁵ GOMES, 1992: p. 12

penitentes. Esse tempo em que viveu isolado foi fundamental para a formação religiosa de José Lourenço, que viria a influenciar a maneira como ele conduziria seus seguidores em Baixa Dantas e, posteriormente, no Caldeirão. José Bernardo explica:

Quem esta cruz conduzir
Perante Deus não é réu
E é a primeira chave
Que abre as portas do céu
A bandeira triunfante
O mais seguro troféu
(...)
Ele pegou seu madeiro
Se retirou de repente
Internou-se nas montanhas
Foi viver ocultamente
Fazer orações
Na vida de penitente
Assim passou muitos anos
Pelos bosques internado
Até quando meu padrinho
Mandou a ele um recado
E ele com muito gosto
Foi acudir o chamado²⁶

Por ter sido publicado no mesmo período em que o Caldeirão existiu e foi destruído, José Bernardo da Silva contou para os leitores aquilo que ele presenciou, ou seja, aquilo que viu de perto em relação à experiência de José Lourenço na comunidade. Portanto, pode-se afirmar que o legado do beato e a crueldade com a qual o sítio foi destruído não foram esquecidos, como queriam as classes dominantes, que se mobilizaram para acabar com a experiência da Irmandade.

Dessa forma, constata-se que o apagamento e a desqualificação da comunidade e do beato não ocorreram de forma efetiva. Mesmo que, em um primeiro momento, o cordel elaborado por José Bernardo não tenha atingido um público maior, a obra foi difundida para aqueles que viviam na região do Cariri. E esses leitores, oralmente, passavam adiante o legado da comunidade e de seu líder.

²⁶ SILVA, José Bernardo. A Santa Cruz do deserto. Apud: BRAGA, Gabriel Ferreira. Entre Fanatismo e a utopia: a trajetória de Antônio Conselheiro e do beato Zé Lourenço na literatura de cordel. 2011: p. 101 e 102

Outro cordelista que merece destaque é Abraão Batista. Ele publicou, em 1973, um cordel intitulado *História do Beato José Lourenço e o Boi Mansinho*. O interessante nesse caso é a maneira como ele propõe, por meio de suas palavras, uma reflexão sobre a crueldade do ataque. Tanto para Abraão quanto para José Bernardo e Paulo de Tarso de B. Gomes, José Lourenço nunca foi quem as classes dominantes afirmavam ser com veemência para a população, uma pessoa perigosa e que, por isso, deveria ser combatido e ter a sua comunidade destruída. Abraão cita:

Agora eu faço pausa
Numa consideração
De utilidade do beato
Na miséria do sertão
Só sabe é quem conhece
E que sofre de precisão

Naquela época sem escolas
Sem assistência social
O caboclo só vivia
Porque tinha o ideal
De lutar contra o pecado
Causador

(...)

O beato José Lourenço
Era o chef ideal
Falava a linguagem do povo
Entendia o bem e o mal
Era como é agora
O monitor do Mobral

Agora, quando se estuda
Essa história sem atenção
Chama-se o beato de fanático
Pernorso, ruim e ladrão
Mas o beato foi bom
Caridoso, justo e cristão²⁷

Pode-se apontar semelhanças entre a obra de Abraão Batista e a de José Bernardo. Ambos, por exemplo, citaram em seus cordéis os anos em que José Lourenço viveu em penitência. Fica constatado, pois, que, para os dois autores, esses anos de isolamento foram cruciais para moldar algumas das características mais marcantes do beato, durante toda a sua trajetória, que são

²⁷ BATISTA. A História do beato José Lourenço e o boi mansinho. 1973: p. 13

a simplicidade, o desprendimento, a ajuda ao próximo e a vida em fraternidade. Conforme conta Batista:

Muito tempo se passou
Com José Lourenço no mato
Rezando, só e contrito
Passando fome e maltratado
Se escondendo do povo
Naquela fuga de fato²⁸

Existe também uma profunda relação entre Abraão Batista e José Bernardo da Silva no que se refere à produção do cordel no Ceará, e mais precisamente na região do Cariri. O primeiro é mais recente, iniciou sua produção no final da década de 1960. Atualmente, é uma das principais referências na literatura de cordel, ao lado de nomes como João Pereira da Silva, Walderêdo Gonçalves e Antônio Lino da Silva, dentre outros, sendo também poeta e xilógrafo.

José Bernardo da Silva, o primeiro a escrever sobre o Caldeirão, também foi atuante na divulgação da literatura de cordel do Brasil. De acordo com Braga (2011), entre os anos de 1940 e 1960, José Bernardo foi um dos principais editores do Brasil. Além disso, o cordelista é considerado uma referência, pois:

“Fundou a Tipografia São Francisco, comprou os direitos de publicar as obras de João Martins de Athaide, e junto com elas pôde publicar também os cordéis de Leandro Gomes de Barros, cujos direitos pertenciam a Athaide. José Bernardo foi, portanto, não só um importante poeta, como também um grande difusor da literatura de cordel no país” (BRAGA, 2011: p. 101)²⁹

Além de serem nomes de destaque no cenário da literatura de cordel, outra semelhança entre José Bernardo e Abraão Batista é que ambos escreviam sobre fatos que marcaram a memória do Cariri e também do sertão nordestino. Os autores também publicaram, dentre outros temas, obras sobre Padre Cícero, Canudos e Lampião. Dessa forma, os dois cordelistas se propuseram a produzir e a difundir o Caldeirão, pois a experiência de José

²⁸ BATISTA. A História do beato José Lourenço e o boi mansinho. 1973: p. 13

²⁹ De acordo com Braga, a Tipografia São Francisco mudou de nome, passando a se chamar de Lira Nordestina. Atualmente, recebe ajuda do governo federal, por meio do “Ponto de Cultura”, para produzir, editar e difundir a literatura do cordel por todo o País.

Lourenço ainda permanecia viva no imaginário daqueles que lá moravam. E, por escreverem sobre o que ainda estava presente na memória de Juazeiro do Norte, Bernardo, Batista, além de Paulo de Tarso B. Gomes, foram fundamentais para que o Caldeirão não fosse esquecido.

A maneira como José Lourenço e seus adeptos foram retratados pela polícia, políticos, padres salesianos, latifundiários, dentre outros grupos ou indivíduos, também se reflete na literatura de cordel. É o caso da publicação de Paulo Nunes Batista, que lançou, em 1988, a *História do Boi Mansinho e o Beato José Lourenço*. O cordelista incorpora a ideia de que os moradores do Baixa Dantas acreditavam nos milagres do Boi Mansinho, assim como propagou Floro Bartolomeu. Por isso, para Batista, os seguidores e o próprio beato poderiam ser qualificados como fanáticos:

O curioso é que Batista pede desculpas ao leitor, por concordar com o fanatismo dos sertanejos, em relação ao caso do Mansinho. Apesar de afirmar que os seguidores de José Lourenço eram fanáticos, o cordelista em questão também é solidário à causa de José Lourenço, além de lamentar o desfecho do Caldeirão. Essa questão fica evidente nos trechos finais de sua obra:

Quem escabou da metralha
Morreu pela baioneta –
Velhos, mulheres e crianças...
Difícil é que se cometa
Outra mais triste chacina
Como em terra nordestina
Vou um dia este planeta!

Aviões jogaram bombas
Pra não ficar nem semente...
Onde havia um arraial
Faziam cinzas, somente...
Milhares de lavradores
Morreram... foram os louvores
Para a polícia valente

(...)
Só o povo organizado
(cada vez mais me convenço!)
Poderá contar vitória
Contra o terrorismo imenso
Do latifúndio daninho...
É a história do Boi Mansinho
E o beato Zé Lourenço!...³⁰

³⁰ BATISTA, 1988: p. 19 e 20

Pode-se afirmar, então, que mesmo considerando o “fanatismo” do Caldeirão, Paulo Nunes Batista não concordava com o massacre à comunidade. Além de se posicionar de forma contrária ao ataque, ele denuncia a crueldade cometida contra os sertanejos, com a morte de velhos e crianças, fazendo referência ao bombardeio aéreo autorizado pelo ministro de guerra, Eurico Gaspar Dutra.

3.4 Oralidade e academia

Ao analisar iniciativas que mantêm e/ou trazem de volta o legado de José Lourenço e seus sertanejos para memória, pode-se ressaltar a iniciativa dos próprios produtores, que optaram por relatar a experiência do Caldeirão a partir de seus cordéis. Nas finas e artesanais páginas de suas obras, os autores abordam a vida em comunidade, valorizam os feitos realizados pelo beato e denunciam o massacre.

O Paul Zumthor (2007), ao usar o cordel como fonte historiográfica, afirma que a análise desse tipo de literatura deve ser feita apenas pela forma, a partir da relação entre oralidade e escrita, mas, principalmente, através da recepção.

A literatura de cordel está intrinsecamente relacionada à oralidade. Trata-se, segundo Jesus Martin-Barbero (2009), de um tipo de “escritura com estrutura oral”. (BARBERO, 2009: p. 149). Isso ocorre por duas razões. A primeira é que o cordel é escrito na forma de verso, assemelhando-se a canções típicas entoadas pelos sertanejos do Cariri. Isso possibilitou e ainda possibilita a aproximação do conteúdo com o público.

A segunda razão é que, tradicionalmente, o cordel é lido, recitado em voz alta, de forma coletiva. Assim, entende-se a força que a literatura de cordel exerceu na manutenção e na inscrição do Caldeirão na memória.

A primeira obra produzida sobre o sítio e o beato é datada, conforme se viu anteriormente, nos anos 1930, ou seja, logo após o fim da comunidade. Portanto, mesmo com todo o movimento contra a experiência de José Lourenço, os cordelistas já se posicionaram diante do fato, escrevendo, contando e repassando ao público o que viram ou sabiam.

O público, por sua vez, recebia o conteúdo dos cordéis graças ao que Guglielmo Cavallo e Roger Chartier (1998) denominam de “práticas de leitura”. Isso significa dizer que a forma como o autor, ou leitor, se posiciona e como o receptor recebe a mensagem são atividades plurais e diversas. Um cordel lido em voz alta, ou silenciosamente, é capaz de produzir significados diferentes. Independentemente de como a mensagem chega e de como é a sua recepção, o conteúdo do que é proposto a ser dito é retransmitido adiante.

Em relação ao Caldeirão, aqueles que não sabiam ler tinham o conhecimento do conteúdo do cordel através das leituras feitas em praças, parques e outros locais públicos. Ao abordar a questão do texto e das diferentes formas de leitura, Cavallo e Chartier (1998) ajudam a refletir sobre cordéis com a temática do Caldeirão e de como o conteúdo dessas produções foram fundamentais para a manutenção da memória da comunidade:

“Os autores não escrevem livros: não. Escrevem textos que se tornam objetos escritos – manuscritos, gravados, impressos e, hoje, informatizados – manejados de diferentes formas por leitores de carne e osso cujas maneiras de ler variam de acordo com as épocas, os lugares e os ambientes” (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 9).

A produção de cordel sobre a comunidade liderada por José Lourenço também foi motivada pelo contato que os autores tinham com livros e pesquisas sobre o tema. É o caso de Paulo Nunes Batista. Ao final de seu cordel, o autor afirma que a obra foi baseada “*no trabalho ‘O Beato José Lourenço, o Boi Mansinho e O Problema Social do Caldeirão, de Fátima Menezes’*” (BATISTA, 1988: p. 20).³¹

Já o cordelista Paulo de Tarso B. Gomes se inspirou nos trabalhos do historiador cearense Régis Lopes para publicar o seu livreto. Ela explica:

A história é bonita
Merece sua atenção
Pois agora vou falar
Dos fatos do Caldeirão

O fato que vou narrar
Observe meu leitor,
Foi pesquisando num livro

³¹ GOMES, 1992: p. 1

De um bom historiador
Meu amigo Régis Lopes
Rapaz de muito valor

No livro que ele escreveu
Temos uma nova versão
Pois o Régis conversou
Com o povo do Caldeirão
Por causa disso ele traz
Importante informação

Por isso o seu trabalho
Está muito enriquecido
Merece ser divulgado
Merece ser aplaudido
Precisamos estudá-lo
Para não ser esquecido

É interessante perceber a relação entre a literatura de cordel e o meio acadêmico. Eles não se anulam, pelo contrário, complementam-se, para passar adiante, cada uma à sua maneira, a memória do Caldeirão, do seu líder e de seus seguidores.

Fica evidente, nas palavras de Paulo de Tarso, o caráter inovador de Régis Lopes, que deu voz e vez aos remanescentes da comunidade. Este, por sua vez, na apresentação da *Coleção Outras Histórias*, projeto editorial do Museu do Ceará (2006), afirma que durante muitos anos a comunidade foi inscrita na memória apenas pelos cordéis.

A produção acadêmica sobre o Caldeirão vem se mostrando, a partir da década de 1990, bastante profícua. A obra homônima de Régis Lopes (1995), por exemplo, é pioneira, pois traz a memória da comunidade e de seu líder através dos remanescentes. São os próprios sertanejos que contam aquilo que viveram e sofreram, para os leitores, a partir de uma profunda pesquisa realizada pelo historiador cearense.

Lemuel Rodrigues da Silva (2009), por sua vez, adentra seus estudos a partir do discurso religioso no processo de migração, principalmente dos sertanejos que viviam no Rio Grande do Norte, para o Caldeirão. Em sua dissertação de mestrado, o pesquisador também aborda detalhes do cotidiano do sítio, como a relação que José Lourenço tinha com fazendeiros vizinhos e a influência de Severino Tavares na propagação dos ideais pregados pelo beato por todo o Nordeste.

A historiadora Iza Luciene Mendes Regis (2003) foca sua pesquisa na bravura do sertanejo, a partir da análise das obras cinematográficas de Rosemberg Cariry. Já Gabriel Ferreira Braga (2011) opta por narrar a trajetória de José Lourenço e Antônio Conselheiro através da literatura de cordel.

Todos esses autores são exemplos de que o Caldeirão não foi apagado da memória. As fontes utilizadas, tendo como referência a História Cultural, mostram que as ações realizadas por José Lourenço não foram esquecidas, apesar do soterramento imposto pelas classes dominantes.

Estes mesmos pesquisadores são enfáticos quando afirmam que o Caldeirão foi apagado da memória. Braga (2011), por exemplo, explica ao seu leitor que:

“A comunidade foi perseguida e destruída pelas forças policiais, e durante certo tempo também sua memória foi silenciada. Na região do vale do Cariri, porém, essa memória permaneceu viva, especialmente através da oralidade transmitida por aqueles que viveram no Caldeirão. Todavia, nas demais regiões do Brasil, especialmente no Sudeste e Sul, uma nuvem de esquecimento ainda paira sobre a história de José Lourenço, seus seguidores e as comunidades igualitárias que organizou no interior do Ceará” (BRAGA, 2011: p. 100)

Assim, por mais que as pesquisas sobre a comunidade estejam avançando, poucas refletem sobre o apagamento da memória do Caldeirão. Entendemos que o filme de Rosemberg Cariry e os cordéis produzidos sobre a trajetória do beato foram fundamentais para o crescimento do interesse pelo assunto. Logo na introdução, Régis Lopes (1995) relata que a motivação para pesquisar o tema ocorreu após assistir ao documentário do cineasta cearense. A opção metodológica escolhida pelo historiador foi pelo viés da história oral, em detrimento de uma análise mais profunda das notícias publicadas no período.

Entretanto, acredita-se que entender o apagamento do Caldeirão da memória local e nacional é fundamental para mantê-la viva e/ou trazê-la de volta. Compreender os motivos que levaram grupos e indivíduos a se posicionarem contra a Irmandade e, principalmente, reforçar o papel da imprensa no processo de esquecimento e de desqualificação de José Lourenço e seu povo são aspectos que podem auxiliar a melhor compreensão diante da

história do Caldeirão. Pode-se afirmar, a partir das análises feitas nesta pesquisa, que o Caldeirão pulsa. Mas pode pulsar ainda mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apagar, soterrar, esquecer... Desde o início, ainda quando comandava o sítio Baixa Dantas, os ideais de trabalho, de fé e de vida pregados por José Lourenço foram vistos de forma deturpada pelas classes dominantes cearenses, inclusive pela própria igreja católica. Fazendeiros, políticos, sacerdotes e governantes se preocuparam em não apenas destruir o espaço físico da Irmandade da Santa Cruz do Deserto, mas apagar da memória a experiência vivida e o legado deixado pelo beato e seus seguidores.

Fortaleza prosperava. Os ideais positivistas de ordem e progresso estavam cada vez mais em voga. O campo, por sua vez, deveria acompanhar esse crescimento e, acima de tudo, deveria contribuir para a prosperidade da capital. Afinal, os fortalezenses precisavam do que o sertão tinha a oferecer.

Como afirma Raymond Williams, a vida no campo é repleta de significados e de sentimentos, independentemente do crescimento econômico, político e social das cidades. Enquanto Fortaleza se modernizava, enquanto as classes dominantes ascendiam, os sertanejos sofriam. Fome, miséria, muito trabalho e pouca fartura eram a realidade dessas pessoas. E lutar por melhores condições, lutar por uma vida digna, moveu José Lourenço e seu povo.

Sertanejos unidos, trabalhando por um bem comum, produzindo e distribuído a população com igualdade, com base em uma fé inabalável, não condiziam com o ideal de civilidade que o Ceará, e também o próprio País, tanto buscava. A saída encontrada para dar continuidade a esse processo de modernização e de prosperidade era acabar com todas as experiências que confrontassem esses ideais. E o Caldeirão confrontava.

O combate aos sertanejos seguidores do beato foi planejado. E pode-se afirmar que tudo foi arquitetado da maneira mais cruel e humilhante, com a intenção de destruir e evitar que movimentos semelhantes não ocorressem novamente. Já no Baixa Dantas, lá estava Floro Bartolomeu prendendo José Lourenço por achar que este adorava um boi santo. Matou o animal e obrigou o beato a comê-lo. Em 1936, os padres salesianos, que, no testamento deixado por Padre Cícero, após sua morte, em 1934, detinham o direito a posse do Caldeirão, o governador do Ceará, o bispo do Crato e o secretário de polícia se

reuniram para discutirem as estratégias para destruir o Caldeirão. Antes, porém, o Capitão José Bezerra, morto no combate de maio de 1937, foi para o Caldeirão disfarçado, com o objetivo de conhecer de perto o beato e os moradores do Sítio. E, por mais que não tivesse visto armas, mesmo tendo sido recebido de forma pacífica e afetuosa, José Bezerra escreveu no relatório que o Caldeirão representava, de fato, um perigo à ordem vigente.

A polícia invade o Caldeirão. Os sertanejos viram de perto suas casas sendo destruídas, anos de trabalho virando cinza. A destruição não foi apenas material. A perda da dignidade, do direito de lutar por melhores condições, de viver do suor de cada dia, do direito a viverem em suas terras, foram, sem dúvida, as piores perdas. Aviões sobrevoaram a região e destruíram o que sobrou. Os sertanejos do Caldeirão não sabiam o motivo de tanta perseguição e crueldade.

A questão do combate à comunidade e do processo de apagamento da memória não pode ser dissociada da maneira como a imprensa se portou diante da situação. Os jornais cearenses, atrelados aos interesses das classes dominantes, ou fazendo parte delas, legitimaram os ataques, dando ênfase ao discurso de que o Caldeirão se tratava de um “novo Canudos” ou, como disse José Góes de Campos Barros, um “Estado comunista e teocrático”. Além disso, era comum os jornais da época, em especial o O Povo, O Estado e O Nordeste, desqualificarem os moradores do sítio e o próprio José Lourenço, adjetivando-os como fanáticos, desordeiros, vagabundos, transviados etc.

Nesta pesquisa, compreendem-se os jornais O Povo, O Estado e O Nordeste como espaços de práticas sociais, de experiências e de representações, tendo como referência a ideia de que a imprensa buscava firmar e manter sua presença na sociedade cearense, principalmente na década de 1930, quando o Caldeirão começou a ser abordado nas páginas desses periódicos. Eles foram crucial para a construção e para a legitimação de uma memória oficial da Irmandade de Santa Cruz do Deserto, a partir da valorização dos feitos para a destruição do Caldeirão e para o silenciamento das vozes dos sertanejos.

Por isso, pode-se afirmar que a imprensa foi um braço legitimador de todas as etapas do aniquilamento do Caldeirão, inclusive no que diz respeito ao esquecimento. Além da abordagem em si, em que os redatores das reportagens dão voz e vez às fontes oficiais, publicando telegramas e depoimentos dos membros da polícia e do governo, deixando apartados dos leitores, em sua grande maioria, os feitos dos seguidores e do próprio José Lourenço, os jornais não abordaram mais o assunto, ou seja, não fizeram uma reflexão junto ao leitor sobre a comunidade e seu líder. Após a morte do beato José Lourenço, em 1948, o jornal O Povo, por exemplo, só retoma o assunto em 1969.

Estudar experiências marginalizadas é compreender que, como sugere Jacy Alves de Seixas (2001), no artigo “Percursos de memória em terras de História: problemáticas atuais”, em *Memória e (Res)sentimento*, organizado por Stela Bresciani, as “lembranças dissidentes” também devem estar presentes na historiografia oficial. Tirá-las da obscuridade pode indicar respostas para os fenômenos intrínsecos à memória.

Carregada de emoções e sentimentos, a memória do Caldeirão tenta fazer-se presente na cena pública, com o objetivo de se tornar visível e de se projetar “em direção ao futuro”. O movimento feito para o esquecimento em torno dessa comunidade e para o soterramento da sua história, do seu legado e de seus personagens, deu-se de todas as formas, via todos os motivos encontrados (ou inventados), por aqueles que tinham interesse nesse propósito, com a participação da própria imprensa cearense.

Contudo, vale ressaltar que, após o processo de esquecimento pelo qual o Caldeirão passou, ao longo dos anos, surgiram iniciativas que trouxeram a comunidade de volta à memória, como é o caso do documentário Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, do cineasta cearense Rosenberg Cariry.

O documentário não-ficcional, como é o do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, dá pistas sobre a visão do diretor em relação ao ocorrido na Serra do Araripe, a partir de depoimentos de remanescentes, de pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para o combate à comunidade e de pesquisadores sobre o assunto. Constitui-se dessa forma, conforme define o historiador Pierre Nora, no artigo “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, presente na Revista Projeto História (1993), em um “lugar de

memória”. A constituição do “lugar de memória” não parte apenas do trabalho desenvolvido pelo diretor do documentário, mas também de toda a sua equipe, como roteiristas, diretores e produtores, além do próprio público que assistiu ao filme.

Rosemberg Cariry usa, no seu filme, recursos da própria cultura nordestina. Dessa forma, constata-se a presença das tradições orais no documentário, seja na ideia de elas estarem incorporadas à história narrada, como na prática comum entre os sertanejos, que contavam a peleja de José Lourenço e seus seguidores por meio da narrativa oral.

A memória popular, a partir dessas narrativas orais, manteve-se presente através da literatura de cordel. Apesar de todo o processo de aniquilamento da comunidade e do apagamento da experiência do Caldeirão da memória, o cordel não deixou a história de José Lourenço cair no esquecimento. E, em 1987, Cariry retoma suas origens e mostra para além do Brasil, visto que o filme foi veiculado em Cuba e Portal, além de ainda participar de mostras de cinema, como ocorreu na edição de 2011 do Cine Ceará, principal festival de cinema do Estado e um dos principais do Brasil.

Apesar das iniciativas de não deixar a Irmandade da Santa Cruz do Deserto ser silenciada por completo, ou, no caso dos cordéis, de a comunidade nunca ter se ausentado da memória dos sertanejos, constata-se que o processo de esquecimento do Caldeirão ainda persiste. Essa questão se torna mais evidente, se tomada como base a extinção do processo de ação civil pública, que pedia uma indenização de R\$ 500 milhões, por danos morais, aos herdeiros dos moradores do Caldeirão, ocorrida no ano de 2009.³²

Em matéria veiculada na TV Jangadeiro, uma das principais emissoras do Ceará, o sociólogo Domingos Savio de Cordeiro, autor do livro “Um Beato Líder: narrativas memoráveis do Caldeirão” (2004), concorda com os argumentos da Advocacia Geral da União (AGU), que afirma não existirem provas materiais da chacina ocorrida no Caldeirão, como ossadas e resquícios de balas, além de não se conhecerem parentes das vítimas.

³² Ver mais: http://www.youtube.com/watch?v=g-WaNSKOo_4&NR=1 acesso em: 16/07/2011

O primeiro questionamento que se faz diante disso é a de que não se pode afirmar a ausência de provas materiais sem uma procura efetiva por elas. E é justamente isso que a SOS Direitos Humanos, entidade que entrou com o pedido de indenização às vítimas do Caldeirão, está viabilizando, visto que as autoridades não se mobilizaram, nem mesmo diante desse processo, a realizar essas buscas.

O descaso em relação à ação civil pública é uma evidência de como o apagamento da memória do Caldeirão ainda se perpetua nos dias de hoje. Isso fica ainda mais evidente se levarmos em consideração que o caso foi extinto sem haver o julgamento do mérito.

Independentemente da busca por ossadas, se elas existem ou não, se houve exatos mil mortos na chacina de 1937, a perseguição e a humilhação sofridas por José Lourenço e os moradores do Caldeirão existiram. Existiu também o apagamento dessa experiência da memória, ao ponto de não existir sequer uma preocupação em aprofundar os fatos diante de um processo indenizatório às vítimas. Ser punido por simplesmente buscar uma chance de sobrevivência, por não fazer parte da então modernidade e do progresso da capital e do Ceará como um todo, já são motivos suficientes para se indenizar familiares das vítimas.

Apesar de tudo isso, o Caldeirão ainda pulsa. Mesmo que, comparado a experiências como Canudos e Contestado, a comunidade ainda pareça desconhecida, o legado de José Lourenço sempre esteve presente, nos cordéis, entre a população simples e sábia da região do Cariri, ou no documentário de um apaixonado pelo Ceará, que quis levar a história de um sertanejo perseguido para o Brasil e o mundo.

No movimento de desvelar a comunidade, reunindo indícios e buscando fontes, inscreve-se o esforço do pesquisador registrar a saga de José Lourenço e seus seguidores na historiografia cearense. A passos curtos, mas firmes, o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto ganha força, significado e importância nos dias de hoje.

FONTES

Jornais - Setor de Periódicos e Microfilmagem da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel – Fortaleza, Ceará

Jornal *O Estado* (Fortaleza, Ceará, 1936-1937)

Jornal *O Nordeste* (Fortaleza, Ceará, 1936)

Jornal *O Povo* (Fortaleza, Ceará, 1935-1981)

Jornal *do Brasil* (Rio de Janeiro, 1981)

Jornal *O Estado de São Paulo* (São Paulo, 2010)

Jornal *O Mutirão* (Fortaleza, 1977)

FILHO, José Alves de Figueiredo. In: COLEÇÃO OUTRAS HISTÓRIAS: *O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri*. 52. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

FIGUEIREDO, José Alves de. In: COLEÇÃO OUTRAS HISTÓRIAS: *O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri*. 52. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

Documentário

CARIRY, Rosemberg. *Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* (Fortaleza, 1987)

Cordeis (Fortaleza/Juazeiro do Norte, 1936-1987) – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB USP):

BATISTA, Abraão. *História do Beato José Lourenço e o Boi Mansinho*, 1973

BATISTA, Paulo Nunes. *História do Boi Mansinho e o Beato José Lourenço*, 1988

GOMES, Paulo de Tarso B. *O Beato José Lourenço e o Caldeirão*, 1992

SILVA, José Bernardo. A Santa Cruz do deserto. Apud: BRAGA, Gabriel Ferreira. Entre Fanatismo e a utopia: a trajetória de Antônio Conselheiro e do beato Zé Lourenço na literatura de cordel. 2011: p. 101 e 102

BIBLIOGRAFIA

ASSARÉ, PATATIVA do. **Beato José Lourenço**. In: CARVALHO, Gilmar de. **Patativa do Assaré Antologia Poética**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007

BARBERO. Jesus-Martin. **Dos meios as mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009

BARROS, Luitgarde in SOUZA, Simone. **História do Ceará**. Fortaleza: Multigraf, 1995

BRAGA, Gabriel Ferreira. **Entre Fanatismo e a utopia: a trajetória de Antônio Conselheiro e do beato Zé Lourenço na literatura de cordel**. Belo Horizonte: 2011.

CARIRY, Rosemberg: **O Caldeirão: Um Patrimônio Brasileiro**. 2011. 3p. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/56984016/Artigo-O-Caldeirao-O-Povo-Rosemberg-Cariry>>. Acesso em 27/07/2011

CHARTIER. Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. São Paulo: DIFEL, 2002

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. Roger. **História da Leitura no Mundo Ocidental**. São Paulo: Ática, 1998.

CORDEIRO, Domingos Sávio de Almeida. **Um beato líder: narrativas memoráveis do Caldeirão**. Fortaleza: Imprensa Universitária / Universidade Federal do Ceará, 2004.

COSTA, Geraldo in PONTE, Sebastião Rogério. **História & Memória do Jornalismo Cearense**. Fortaleza: NUDOC-UFC, 1999

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**. São Paulo, EDUC – Editora da PUC-SP, 2000

DE ALENCAR, Francisco Amaro Pontes; DA SILVA, Judson Jorge. **Do sonho à devastação, onde tudo se (re)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri – Ce**. In: Revista NERA. Presidente Prudente, 2009, nº 22

DE DECCA, Edgard. **Quaresma: um relato de massacre republicano entre a ficção e a história**. In: DE DECCA, Edgard e LEMAIRE, Ria (Orgs.). **Pelas Margens**. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000

DE LIMA, Eli Napoleão. **Para Não Esquecer Canudos**. In: MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo (Org.). **Formas de Resistência Camponesa: Visibilidade e Diversidade de Conflitos ao Longo da História**. São Paulo: Editora UNESP, 2008

DE OLIVEIRA, Ricardo. Euclides da Cunha, **Os Sertões e a invenção de um Brasil Profundo**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, 2002, nº 44

DE SEIXAS, Jacy Alves. In BRESCIANI, Stela; NAXARA, Marcia. **Memória e (Res)Sentimento**. Campinas: FAPESP, 2001

DELÓYE, Yves. In BRESCIANI, Stela; NAXARA, Marcia. **Memória e (Res)Sentimento**. Campinas: FAPESP, 2001

DUTRA, Wescley Rodrigues. **“A contraditória legalização e recepção do Rei do cangaço na Meca Nordestina – 1926”**. In: Encontro Regional de História da Ampuh, Ceará. 2010. 11p.

ESTRELA. Raimundo. **Pau de Colher: um pequeno Canudos**. Salvador: Assembleia Legislativa, 1997

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos – gênese e lutas**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2009

FARIAS, Aírton de. **O Caldeirão Vivo: a vida do beato José Lourenço**. Fortaleza: Tropical Editora, 2000

FERREIRA, Leonardo da Costa. **Memória, Política e na Obra de Amadeu Amaral entre 1916 e 1928**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2007

FURTADO, Tânia Cristina Tavares de Andrade; SILVA, Erolde Honório. **A mulher na mira no discurso disciplinador do jornal O Nordeste (1920 a 1940)**. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos. 2007. 19p.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga Gaeta. **A Cultura Clerical e a Folia Popular**. In: Revista Brasileira de História, 1997.
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200010&script=sci_arttext&tlng=es> Acesso em: 04/08/2011

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: edições Vértice, 1990

HAUSER, Christian. **A Guerra de Canudos na memória nacional**. In: LIMA, Eli Napoleão de; ZILLY, Berthold; ALMEIDA, Ângela (Orgs.). **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2001

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 2003

LEROI-GOURHAN, A. **Le geste ET La parole**. Paris: Michel, 1964-1965, 2vols. (trad. Port. Lisboa: Edições 70, 1981-1983).

LOPES, Raimundo Helio. **Os Batalhões Provisórios: legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (Ceará, 1932)**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009

LOPES, Régis. **Caldeirão**. Fortaleza: EDUECE, 1991

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a Imprensa**. Campinas: Revan, 1998

MARTINS; Paulo Henrique de Souza, VASCONCELOS; Gabriel Assis Araújo. **“O Caldeirão do Beato José Lourenço: Fé, Trabalho e Luta Social”**. In: I Colóquio de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. 2007. 11p.

MOLINARI, Germano. **Controle Ideológico e Imprensa: o anti-comunismo n’O Estado de São Paulo (30-37)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1992

MONTEIRO, Duglas Teixeira Monteiro. **Os Errantes do Novo Século: Um Estudo Sobre o Surto Milenarista do Contestado**. São Paulo: Duas Cidades, 1974

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto História, (Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, PUCSP). São Paulo, 1993

SEABRA, Roberto. **“Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da Internet”** In MOTTA, Luiz Gonzaga. **Imprensa e Poder**. São Paulo: Editora UNB, 2002

SILVA, Lemuel Rodrigues. **O discurso religioso no processo migratório para o Caldeirão do Beato José Lourenço**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009

SOARES, Mariza de Soares; FERREIRA, Jorge. **A História vai ao Cinema**. Rio de Janeiro: Record, 2008

SOUSA, Samuel Pereira. **Tessituras da Memória: os relatos orais e a resignificação do cotidiano integralista na cidade de Barbalha-CE (1933-1950)**. In: Revista Historiar, Rio de Janeiro. 2010. 2ª edição

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 1993

PROJETO HISTÓRIA: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **História e Imprensa (24ª edição)**. São Paulo: Educ – Editora da PUC-SP, 2007

PROJETO HISTÓRIA: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **História e Imprensa (35ª edição)**. São Paulo: Educ – Editora da PUC-SP, 2007

PROJETO HISTÓRIA: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **História e Imprensa (37ª edição)**. São Paulo: Educ – Editora da PUC-SP, 2007

RAMOS, Alcides Freire. **Canibalismo dos fracos: cinema e historia do Brasil**. Bauru: EDUSC, 2002

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração do Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará/Sécretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção e leitura**. São Paulo: Cosac Naif, 2007.